



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO AMAPÁ
FRANCISCO DAS CHAGAS BEZERRA – CHAGUINHA

RELATÓRIO FINAL

Macapá, AP
2017

GOVERNADOR DO ESTADO

ANTÔNIO WALDEZ GÓES DA SILVA

COLEGIADO

- DORIVAL DA COSTA DOS SANTOS (PRESIDENTE)
- JÚLIA MONNERAT BARDOSA
- MAURA LEAL DA SILVA

SECRETARIA EXECUTIVA

- EWERTON SOUZA NERI
- LEONIL FERREIRA GÓES
- MARIA IZABEL DE ALBUQUERQUE CAMBRAIA (SECRETÁRIA EXECUTIVA)

1º Presidente da CEV-AP

- JORGE WAGNER COSTA GOMES

2º Presidente da CEV-AP

- LUCIANO DEL CASTILO SILVA

DEMAIS MEMBROS

- ADERVAN DIAS LACERDA
- BENEDITO DE QUEIROZ ALCÂNTARA
- DANIEL SANTIAGO CHAVES RIBEIRO
- MARIA BENIGNA DE OLIVEIRA NASCIMENTO JUCÁ
- RAIMUNDO JOSÉ DA COSTA QUEIROGA
- AIRÁ PEREIRA SANTANA
- HAYAT GUIMARÃES FREIRE ZOUËIN
- LEIDIANE DA SILVA LAMARÃO PANTOJA
- MARIA APARECIDA DA COSTA PENHA
- PETRÔNIO BAHIA VALENTE

ESTAGIÁRIOS COLABORADORES - UNIFAP

- DIOGO SOUZA DA COSTA
- EDINELMA CHAVES
- GÉSSICA DOS SANTOS LOBO
- IRANILDA MORAES LEITE
- JESSICA JOYCE RODRIGUES
- JOSÉ WILLIAN DA SILVA FEITOSA
- LETICIA LOIOLA CAMPELO
- LUANE TOMAZ DE BRITO FONSECA
- LUCAS VELOSO DA SILVA
- LUCILENE MARQUES DO NASCIMENTO
- ROSEANE DIAS DA SILVA
- SÃ'A RAÍRA DE OLIVEIRA
- SABRINA SOUZA DA COSTA
- WILZA DOS SANTOS SOUZA

*Toda dor pode ser suportada se sobre ela puder
ser contada uma história.*

HANNAH ARENDT

APRESENTAÇÃO



A Comissão Estadual da Verdade do Amapá (CEV-AP), *Francisco das Chagas Bezerra* – Chaguinha, foi criada por iniciativa do Governo do Estado do Amapá, durante a gestão de Carlos Camilo Góes Capiberibe (2011-2014), por meio da Lei 1.756, de 24 de junho de 2013, publicada no Diário Oficial nº 5.490, alterada pela Lei 1.771, de 30 de setembro de 2013. Após um período de paralisação de quatro meses, foi reativada pelo atual governador, Antônio Waldez Góes da Silva, conforme Decreto nº 3482, de 6 de julho de 2015. Foi a primeira Comissão da Verdade criada na Amazônia, objetivando, assim como as demais comissões estaduais, municipais e institucionais, oferecer subsídios aos trabalhos realizados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), assim sendo, acompanhou as diretrizes e finalidades estabelecidas por essa comissão.

Foram objetivos da Comissão Estadual da Verdade do Amapá Chaguinha:

I - Esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos mencionados no *caput* do art. 1º da Lei 1756, de 24 de junho de 2013;

II - Identificar e tornar públicas as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionadas à prática de violações de direitos humanos mencionadas no *caput* do art. 1º da Lei 1756, de 24 de junho de 2013, suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade;

III - Encaminhar, à Comissão Nacional da Verdade, toda e qualquer informação obtida que possa auxiliar no alcance dos objetivos aqui dispostos;

IV - Colaborar com todas as instâncias do Poder Público para apuração de violação de direitos humanos, observadas as disposições legais;

V - Recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos;

VI - Promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução da história dos casos de graves violações de direitos humanos, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações.

A Comissão da Verdade Chaguinha foi composta por membros indicados pelo Governo do Estado, escolhidos conforme critérios profissionais e/ou experiência teórica e/ou prática, relacionados ao estudo da ditadura militar e na defesa dos direitos humanos. Nos três anos e meio de existência, mesmo com todas as dificuldades de pesquisa e coleta de dados e informações, por exemplo, a ausência de um Arquivo Público Estadual que organize a documentação oficial ou de qualquer outro arquivo, público ou privado, bem como, a resistência de muitos atores em rememorar esses anos, a CEV-AP buscou cumprir a missão de investigar o passado e romper com o silêncio.

Para tanto, realizou 38 oitivas, com homens e mulheres que vivenciaram a ditadura no Amapá, ou que de alguma forma tiveram suas vidas afetadas direta ou indiretamente por esses anos turbulentos. Contudo, mesmo com ausência de arquivos cientificamente organizados foram utilizados, como apoio, alguns documentos pesquisados em arquivos públicos setoriais tais como: Secretaria de Estado da Administração, Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública, Judiciário, imprensa Oficial, através do jornal *Amapá*¹, da Biblioteca Pública Elcy Lacerda, Prelazia de Macapá, especificamente jornal *A Voz Católica* e o Arquivo Edgard Leuenroth, na UNICAMP, além de documentos coletados com os próprios entrevistados, que contribuíram para esclarecimento de fatos e acontecimentos, sintetizados nesse Relatório.

Na complexa missão de montar e remontar esse mosaico histórico e deixar esse importante legado às atuais e futuras gerações, a Comissão Estadual da Verdade Chaguinha, para além da parceria da Comissão Nacional da Verdade, contou também com o auxílio da

¹ A primeira publicação do jornal *Amapá* ocorreu em 19 de março de 1945 e circulou até 1976, com periodicidade semanal e tiragem média de mil exemplares. O jornal era impresso nas oficinas da Imprensa Oficial do governo Território Federal Amapá, em tipografia, e teve como primeiro diretor o servidor público Paulo Eleutério Cavalcante de Albuquerque.

Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, da Ordem dos Advogados do Brasil-Seção Amapá, da Universidade Federal do Amapá e do Ministério Público Federal. Esse esforço somou-se aos significativos avanços globais conquistados em prol da preservação da memória, da promoção da justiça de transição e da reconstrução da verdade histórica.

A Comissão Estadual da Verdade do Amapá sempre pautou sua atuação pela tentativa de prestar um serviço público, e é neste sentido que todo o acervo documental e multimídia resultante das atividades desenvolvidas, após seu término, será encaminhado à Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), para compor seu Centro de Memória (ainda em fase de construção), resguardado o sigilo dos documentos que tem essa natureza, para servir de fonte para novas pesquisas que ajudem a acertar as contas com o passado e compreender como se estruturava e funcionava a sociedade brasileira nos chamados “anos de chumbo”. Essa doação se dará em caráter temporário até a implantação definitiva do Arquivo Público Estadual. Além disso, o acervo da Comissão Estadual da Verdade do Amapá já se encontra hospedado no site: <http://www.cev.ap.gov.br>.

Aqui fica o registro de gratidão às pessoas e instituições que contribuíram para que o Amapá começasse a passar a limpo esse passado doloroso, que hoje segue nessas páginas reparadoras de sua história, para que não seja esquecido e nunca mais aconteça.

FRANCISCO DAS CHAGAS BEZERRA



O nome da Comissão Estadual da Verdade do Amapá é uma homenagem à *Francisco das Chagas Bezerra*, o Chaguinha, cearense da cidade de Quixadá, nascido em 15 de dezembro de 1907. Na infância pobre aprendeu a ler e escrever lições de justiça e democracia, formadas a partir de sua percepção das desigualdades sociais vivenciadas no sertão nordestino, vindo daí seu envolvimento com a política. Veio para o norte, em 1933, morando em colônias agrícolas de Castanhal, no Estado do Pará.

Em 1949, Chaguinha mudou para Belém onde conheceu e se filiou ao Partido Comunista Brasileiro, o PCB, legenda pela qual se candidatou a deputado estadual. Veio para o Amapá, residindo inicialmente na colônia agrícola do Matapi, e em 1951, mudou-se para Macapá, passando a atuar como vendedor autônomo de plantas, comercializadas em um carrinho de mão nas ruas da cidade. Foi por conta de sua militância no Partido Comunista que foi preso em 1964, por ocasião do golpe civil-militar, ficando encarcerado na Fortaleza de São José de Macapá. Em 1973, voltou a ser preso pelos militares, acusado de subversão e comunismo, durante a Operação Engasga, e encaminhado juntamente com outros presos para Belém, no Pará. Após vinte dias, sem que os militares encontrassem provas de seus envolvimento com os supostos crimes que desencadearam essa operação, foram soltos e enviados de volta à Macapá. Chaguinha influenciou, significativamente, na formação política de inúmeros jovens estudantes que sonhavam com um mundo mais livre, justo e igualitário. Morreu em Macapá, em 1996.

A escolha de Chaguinha para nomear esta Comissão visou homenagear esse personagem da história amapaense – ora apresentado como líder da resistência, ora como um simples vendedor de plantas que circulava pelas ruas de Macapá –, bem como incentivar a produção de estudos que contribuam para uma melhor compreensão da importância histórica de sua trajetória e da resistência no Território Federal do Amapá, em tempo de autoritarismo e

opressão. É Fato, que Chaguinha era um homem simples e simboliza a história de muitos outros homens e mulheres, alguns anônimos, que exerceram um papel significativo na resistência política em regiões como a do Território Federal do Amapá, administradas diretamente pela União, por um modelo de governabilidade que, desde sua implantação em 1943, pouco dialogou com as representações políticas e com os movimentos sociais.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
FRANCISCO DAS CHAGAS BEZERRA	8
RECONTANDO A HISTÓRIA RECONSTRUINDO A VERDADE	12
I PARTE	17
ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO	17
1.1. Grupos de trabalho	17
1.2. Termos de Pactuação.....	18
1.3. Ações Realizadas	19
1.3.1 Participação no Programa <i>Fala Juventude</i>	22
1.4. Coleta de depoimentos.....	22
II PARTE	28
DITADURA CIVIL-MILITAR NO AMAPÁ (1964-1988)	28
2.1. Histórico da ditadura civil-militar: especificidades locais	28
2.2. Estrutura de Repressão.	31
2.3. Território Federal e Militarização	33
2.4. Intervenção em Sindicatos e Imprensa.....	36
2.5. Movimento Estudantil.....	41
2.6. Modos de Resistencia	51
2.7. Demissões de Militares e Servidores Públicos e de Cargos Políticos	61
2.8. Operação Engasga.....	73
2.9. Amapá e a Guerrilha do Araguaia	85
2.10. Mortos e desaparecidos.....	91
2.11 Lugares de memoria: locais de prisões e torturas.....	96
III PARTE	104
PROJETO “A MEMÓRIA VAI À ESCOLA”	104
IV PARTE	110
RECOMENDAÇÕES	111
REFERÊNCIAS	1288

RECONTANDO A HISTÓRIA RECONSTRUINDO A VERDADE

A lei 12.528, de 18 de novembro de 2011, que criou a Comissão Nacional da Verdade (CNV), estabeleceu, dentre outras coisas, como sua finalidade: *“Esclarecer os casos de torturas, mortes, desaparecimentos, ocultação de cadáveres, identificando e tornando públicas as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionadas aos crimes contra os direitos humanos”*.² Como órgão temporário de assessoramento ao governo, a CNV teve ainda *“poderes para identificar e reconhecer todos os fatos ocorridos e as pessoas que desse processo participaram, tanto as que sofreram com as violências como as que participaram de forma ativa na promoção dessas violências”*.³ Ao finalizar oficialmente suas atividades, em 14 de dezembro de 2014,⁴ a CNV esforçou-se em apresentar um relatório contundente, que pudesse esclarecer a sociedade com relação às graves violações de direitos humanos e os crimes contra a humanidade perpetrados pelo Estado.

Vale destacar que no Brasil, último país na América Latina a tomar parte no processo de *“descobrir, esclarecer e reconhecer formalmente os abusos do passado; responder às necessidades concretas das vítimas; contribuir com a justiça e a responsabilidade; fazer um esboço da responsabilidade institucional e recomendar reformas; promover a reconciliação e reduzir os conflitos sobre o passado”*⁵, a criação da CNV não transcorreu sem conflitos e foram necessários alguns anos de intensos debates até a nomeação de seus membros. Dentre os fatores que contribuíram para orientar as discussões, podemos destacar a publicação do livro-

² BRASIL. Lei 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Art 1º.

³ (BRASIL). *Cartilha elaborada pelo Núcleo de Preservação da Memória Política São Paulo*. Comissão da Verdade no Brasil. São Paulo, 2011. Disponível em <http://www.portalmemoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/media/>. Acesso em 29 de maio de 2013.

⁴ (BRASIL). BALANÇO DE ATIVIDADES: 1 ano de Comissão Nacional da Verdade. Comissão Nacional da Verdade. Brasília, maio de 2013. Disponível em: www.cnv.gov.br. Acesso em: 15 de dezembro de 2015.

⁵ *“To discover, clarify and formally acknowledge past abuses; to respond to specific needs of victims; to contribute to justice and accountability; to outline institutional responsibility and recommend reforms; and to promote reconciliation and reduce conflict over the past”*. HAYNER, Priscilla. *Unspeakable Truths: Confronting State Terror and Atrocities*. New York/ London: Routledge, 2002, p.24. Tradução livre.

documento *Direito à Memória e à Verdade*, de 2007⁶; a discussão em torno do Terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3), em 2009⁷; e a condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH-OEA), em novembro de 2010⁸, decorrente de uma ação movida por familiares de mortos e desaparecidos na Guerrilha do Araguaia que recomendava a investigação e punição dos responsáveis por crimes de lesa-humanidade e crimes graves contra os direitos humanos.

A pesquisa histórica vem revelando, há pelo menos três décadas, muitos aspectos desconhecidos a respeito do período da ditadura civil-militar brasileira, e auxiliando no esclarecimento das complexas bases de sustentação do regime e dos diferentes graus de participação e colaboração. Assim, consolidam-se estudos que abordam desde a crise no governo Goulart e o debate sobre o golpe de 1964, até a censura nos órgãos de comunicação, as organizações de luta armada, o funcionamento do aparato repressivo, o papel do judiciário, as cassações de parlamentares, as perseguições em meios estudantis e sindicais e as peculiaridades da transição no caso brasileiro⁹.

⁶ BRASIL. *Direito à verdade e à memória*. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

⁷ BRASIL. *Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)*. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília: SDH/PR, 2010.

⁸ Com relação à sentença ler: WEICHERT, Marlon Alberto. “A Sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos e a obrigação de instituir uma Comissão da Verdade”. In: GOMES, Luis Flavio; MAZZUOLI, Valerio (Org.). *Crimes da Ditadura Militar*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2011. Para o texto da sentença, cf. “Corte Interamericana de Direitos Humanos Caso Gomes Lund e Outros (“Guerrilha Do Araguaia”) vs. Brasil Sentença de 24 de Novembro de 2010”. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf. Acesso em 29/05/2013.

⁹ Como exemplo, podemos indicar uma pequena amostra da produção sobre o período: ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964 - 1984)*. São Paulo: EDUSC, 2005; BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 7.ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; D’ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (Orgs.). *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000; DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981; FICO, Carlos. *Além do golpe*. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004; GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987;; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000; RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Ed. Unesp, 1993; ROLLEMBERG, DESCDenise; QUADRAT, Samantha Viz. (orgs.) *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX (Brasil e América Latina)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

No entanto, os largos passos dados ao longo destas três décadas pela expressiva produção bibliográfica, fruto de rigorosa pesquisa acadêmica, não encerraram de modo algum a questão. Numerosos debates permanecem em aberto e resta muito para se investigar e conhecer, especialmente após a ampliação da possibilidade de acesso e a disponibilização de novos acervos. No Brasil, o acerto de contas com o passado de ditadura (1964-1988) ainda está inconcluso. De acordo com um balanço produzido, em 2008, por estudiosos, sobretudo, da área jurídica, em um Seminário na Universidade de São Paulo, que gerou a publicação intitulada *O que resta da ditadura*¹⁰, a ditadura militar brasileira encontrou uma maneira insidiosa de se manter, de permanecer na estrutura jurídica, nas práticas políticas, na violência cotidiana, em traumas sociais, que se fazem sentir mesmo depois de reconciliações “extorquidas”. A questão é muito mais profunda e requer um permanente fórum de discussão sobre um passado recente e de sua incrível capacidade de não passar: *“Esse passado que insiste em perdurar de maneira não reconciliada no presente, que se mantém como dor e tormento, esse passado não passa”*¹¹.

Deve-se considerar que no Brasil, foi o próprio governo militar que promulgou, em 1979, a Lei da Anistia, deixando como herança um texto que, em razão de sua redação ambígua e de uma conveniente interpretação da lei, acabou impedindo que fossem levados ao banco dos réus os crimes dos torturadores, acabando por igualar, numa inclusão posterior, de “terrorismo” de esquerda, crimes não diferenciados entre eles. A imposição do esquecimento pelo Estado, como gesto forçado de apagar e de ignorar, de fazer *como se não tivesse acontecido* tal crime, tal dor, tal trauma, tal ferida no passado, esse gesto vai justamente na direção oposta das funções positivas do esquecer pela vida.

Dessa forma, as políticas de anistia, que são práticas antigas e não foram nenhuma invenção dos militares brasileiros, servem, no máximo, (e é isso a que, geralmente, pretendem), para tornar possível uma sobrevivência *imediata* à nação, mas não garantem uma coexistência em comum duradoura. Portanto, para se sair deste ciclo, o que se deve fazer é o esclarecimento do presente para se evitar a repetição de novas formas de exclusão e de genocídio. No caso das comissões de verdade, elas não visam o esquecimento, pelo contrário, visam a narração precisa, mesmo que insuportável dos acontecimentos, e sobre essa base comum de

¹⁰ TELES, Edson, SAFATLE, Vladimir (org.). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010..

¹¹ TELES; SAFATLE, Op. Cit., p.185.

conhecimento, encontrar um lugar para essas memórias, pois conforme Gagnebin *“convém muito mais tentar acolher essas lembranças indomáveis, encontrar um lugar para elas, tentar elaborá-las, em vez de se esgotar na vã luta contra elas, na degeneração e no recalque”*¹².

Testemunhar implica lembrar. E lembrar nesse caso é superar o trauma. Na ausência de arquivos oficiais que documentassem as violências e atrocidades cometidas pelos agentes de repressão, a forma mais óbvia foi promover e incentivar os testemunhos dos sobreviventes e de seus descendentes, e assim, o testemunho se transformou, a um só tempo, em peça jurídica e documento histórico para recompor a verdade. Ao se estimular o testemunho, reconstrói-se a verdade abafada pela ditadura e aquilo que era esquecimento se transforma em memória, gerando um novo direito, um *“direito a memória”*, dos perseguidos pelo Estado e silenciados pela história oficial.

Tomando as questões acima indicadas, em síntese, este relatório se propõe a contribuir com um movimento de retomada de estudos críticos sobre a ditadura, com a firme convicção de que a ciência histórica e o conhecimento institucional podem intervir nas discussões e transformações do presente. Entende-se que já existem numerosos trabalhos de pesquisa de qualidade sobre os temas. Um fato a se lamentar é que este conhecimento tenha ficado restrito aos círculos acadêmicos, sem conseguir penetração suficiente no debate mais amplo junto à sociedade brasileira, e sem alcançar a construção de uma *“cultura da não repetição”* ou *“cultura do Nunca Mais”*.

A pesquisa sobre esse período em âmbito local, ainda tem muito a avançar dada a escassa produção historiográfica sobre o tema na região, mas já é consenso entre um tímido grupo de pesquisadores que a ditadura no Amapá atuou de forma muito particular comparada à realidade dos principais centros urbanos do país. Para Dorival Santos (2001), a mais importante dessas especificidades se refere à resignificação que as ações e as normas preconizadas pelo centro definidor do poder nacional vão adquirir em uma sociedade com as características que a amapaense apresentava, com uma cultura e mentalidade preponderantemente tradicional, comunitária e mitológica, em termos pré-modernos. Isso explicaria porque a Operação

¹² TELES; SAFATLE, Op. Cit., p.183.

Engasga, deflagrada no Amapá, em 1973, pelos militares, utilizava-se do imaginário mitológico e da estranheza que tanto o comunismo quanto o progressismo causavam na população, para disseminarem o medo e o terror e criarem formas de admoestações.

As pessoas presas por essa operação passaram de “engasgadores” a “engasgados”. Muitas delas tiveram que carregar as marcas provocadas pela repercussão imaginária do “engasga-engasga” e da exclusão, pois tiveram que lidar com a aversão e o medo da própria sociedade. Nesse caso, vale lembrar que muitos desses presos foram taxados não só de comunistas, mas de elementos perigosos, terroristas, marginais, subversivos e promotores da desordem social. Talvez a explicação para o surgimento do mito dos “engasgadores” do Amapá esteja nos fios que teceram a trajetória de Estados que nasceram de experiências de Territórios Federais dentro da história republicana brasileira.

A proposta aqui, é que todo esse conhecimento produzido pelas investigações dessa pesquisa possa ter alcance e visibilidade junto à sociedade, colocando-se assim a serviço da consolidação das instituições democráticas e do resguardo dos direitos humanos no país. O presente relatório, portanto, com base na pesquisa documental e nos depoimentos, tem a intenção imediata de produzir conhecimento histórico e de aprofundar o debate acerca deste período, desvendando suas peculiaridades e especificidades, e assim contribuir para o entendimento de que a ditadura brasileira, ainda está longe de ser compreendida em sua totalidade.

I PARTE

ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

O Regimento Interno, elaborado durante a realização da Oficina de Planejamento Estratégico da CEV-AP e aprovado por seus membros, foi publicado pela Resolução nº 001/13 e divulgado no Diário Oficial nº 5.613, de 13 de dezembro de 2013. A dinâmica de funcionamento da CEV-AP foi estruturada, inicialmente, em quatro Grupos de Trabalho, no entanto, ao longo de sua trajetória, devido à necessidade de compatibilizar suas demandas, os grupos acabaram por se fundir em um só sistema operacional, descritos a seguir com seus respectivos objetivos. Os membros da Comissão Estadual da Verdade do Amapá se reuniam a cada 15 dias, para deliberar sobre o seu funcionamento político-administrativo, visando garantir o desenvolvimento de suas atribuições e atividades.

1.1. Grupos de trabalho

GT 1: Pesquisa, geração e sistematização de informações

- Intercambiar informações com instituições e espaços de pesquisa;
- Catalogar e digitalizar documentos e registros;
- Levantar bibliografia, acervos de áudio, vídeo e fotos;
- Preparar memoriais para subsidiar as oitivas;
- Apontar potenciais depoentes, partícipes e vítimas dos crimes.

GT 2: Relações com a Sociedade Civil e instituições

- Fomentar as relações com as instituições pactuadas, sociedade civil e outras instituições afins;
- Inserir as atividades da CEV-AP nos eventos públicos;
- Visitar as instituições a fim de prospectar elementos necessários ao desenvolvimento das atividades da CEV.

GT 3: Comunicação Social e Gestão da Informação

- Acompanhar as atividades da comissão;

- Divulgar as ações e eventos da comissão;
- Acompanhar e documentar o registro dos depoimentos.

GT 4: Realização de Oitivas

- Criar ambiente propício e adequado (infraestrutura e logística) para oitivas (públicas e reservadas) da sociedade referente ao período da ditadura;
- Estabelecer normativas (princípios e valores, bases legais, objetivos, metodologia e produto) para realização das oitivas e o tratamento das informações, respeitando os princípios constitucionais da liberdade de expressão e publicidade e a Lei de acesso à informação
- Definir agenda de realização das oitivas.

1.2. Termos de Pactuação

A CEV-AP assinou Termos de Cooperação Técnica com quatro instituições, cujo objetivo foi promover a colaboração mútua na efetivação do direito à memória, à verdade histórica e à reconciliação nacional, listadas a seguir:

- *A Comissão Nacional da Verdade/ Presidência da República* – essa parceria resultou nas diretrizes e orientações que nortearam o desenvolvimento político-administrativo das ações da CEV-AP, bem como, em participações recíprocas em eventos realizados pelas duas Comissões;

- *A Comissão de Anistia/ Ministério da Justiça* – parceria que contribuiu nas orientações fornecidas aos depoentes quanto aos processos de anistia, bem como, em participações significativas nos eventos da CEV-AP e na doação de diversas publicações

- *A Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Amapá (OAB-AP)* – atuou de forma bastante qualificada em diversas ações desenvolvidas pela CEV-AP e contribuiu, também, com a disponibilização de seu espaço físico para a realização de diversas ações;

- *A Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)* – colaborou com a cessão de docentes para compor o Colegiado da CEV-AP e para atuar no projeto “A “A Memória Vai à Escola””. Ainda, foram disponibilizados estagiários do curso de história para o desenvolvimento de atividades complementares, tais como: acompanhar e transcrever as oitivas, organizar acervo documental e pesquisar dados biográficos.

1.2.1. Demais Parcerias

- O *Ministério Público Federal do Amapá* – participou diretamente das Oitavas relacionadas à “Guerrilha do Araguaia”;

- A *Secretaria Extraordinária da Juventude* – na parceria com a realização do Projeto *Fala Juventude*;

- As *escolas de ensino, públicas e privadas* – parceiras nos Projetos “A ““A Memória Vai à Escola””, “Cinema pela Verdade” e “Mostra de Direitos Humanos no Hemisfério Sul”;

- A *Escola de Administração Pública do Amapá (EAP)* – parceira na logística das ações da CEV-AP.

1.3. Ações Realizadas

Exercício de 2013

Os trabalhos da Comissão Estadual da Verdade do Amapá iniciaram em agosto de 2013, com a nomeação da Secretaria Executiva, cuja primeira ação foi mediar a indicação da Fortaleza de São José de Macapá como LOCAL DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA, junto ao Instituto Brasileiro de Museus-IBRAM. Em setembro a CEV-AP foi convidada para participar de um encontro realizado pela Comissão Nacional da Verdade-CNV, em São Paulo, com o objetivo de promover uma socialização dos trabalhos desenvolvidos pela CNV e pelas comissões estaduais. A CEV- AP utilizou-se dessas orientações para auxiliar na organização e no planejamento de suas ações.

No período de 30 de outubro a 01 de novembro de 2013, a CEV-AP participou da *Feira do Livro do Amapá*, com o evento *FLAP-Memória e Verdade*, através da realização de três Painéis: *O Amapá na época da Ditadura*; *A Amazônia na época da Ditadura*; e *O Brasil na época da Ditadura*, durante o qual aconteceram lançamentos de livros e noites de autógrafos de publicações relativas à ditadura civil-militar brasileira. A *FLAP Memória e Verdade*, representou um marco na história dessa comissão, pois foi durante sua realização que surgiu a ideia do *Projeto Memória Vai Escola*.

No dia 10 de dezembro de 2013, a comissão promoveu um evento rememorativo dos *65 Anos de Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Na ocasião foram realizadas: a *Audiência Pública*, com o ex-prefeito de Amapá, Leonel Nascimento, a *Palestra: 65 Anos de Declaração Universal dos Direitos Humanos*, e a exibição do documentário *Anistia 30 anos*, com alunos do ensino fundamental e médio da Escola Estadual Nanci Nina da Costa.

Exercício de 2014

A CEV-AP participou dos seminários *Memória e Compromisso*, realizados pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) nas cidades de Belém (PA), Recife (PE), São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS). Em 28 de março foi realizada a segunda *Audiência Pública* com a temática *Violação dos Direitos Humanos cometidos na época da ditadura civil-militar*, com o casal Capiberibe, Janete e João, em parceria com a OAB-AP.

Apesar das palestras nas escolas terem iniciado ainda em 2013, foi somente no mês de maio de 2014, que foi lançado oficialmente o Projeto A *“A Memória Vai à Escola”*, com ações mais sistematizadas, realizadas em parceria com a Secretaria de Estado da Educação (SEED), com Instituições de Ensino Superior Públicas e Privadas.

Nesse ano ainda, a CEV-AP participou de reunião da Comissão Nacional da Verdade - CNV, em São Paulo-SP, aproveitando para realizar pesquisas no acervo do Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), onde coletou documentos importantes relacionados a atuação empresarial na região e a organização do Partido Comunista no período da ditadura no Amapá.

Também ocorreram participações na *Caravana Cinema pela Verdade*, da Comissão de Anistia/ Ministério da Justiça e da *9ª Mostra de Cinema e Direitos Humanos no Hemisfério Sul*, da Secretaria de Direitos Humanos e do Ministério da Cultura, ambos tinham como objetivo promover o debate sobre filmes ambientados no período da ditadura.

A CEV-AP também coordenou o Projeto *Memorial da Verdade* do Conjunto Habitacional Macapaba, resultado da parceria entre os governos federal e estadual, com a montagem de

um Memorial que relembresse 12 (doze) personalidades locais e nacionais, vítimas da ditadura, que foram escolhidas para dar nomes às ruas e avenidas do conjunto.

Finalizando esse ano, a Comissão da Verdade, participou em dezembro do *I Encontro Estadual da ANPUH-AP* (Associação Nacional de História), na Universidade Federal do Amapá-UNIFAP, compondo a mesa *O compromisso com a verdade, justiça e memória: resultados preliminares da Comissão Estadual da Verdade do Amapá*.

Exercício de 2015

A CEV-AP se dedicou ao desenvolvimento das atividades de sistematização de acervo bibliográfico, catalogação, digitalização e edição da documentação coletada, bem como, realização e transcrição de oitivas e a estruturação e elaboração do Relatório Final.

Exercício de 2016

No exercício de 2016, deu-se continuidade a parceria com a UNIFAP, por meio do Termo de Cooperação Técnica nº 004/2013, inserindo em suas ações a participação de estagiários. Também foi dado prosseguimento à organização do acervo bibliográfico da comissão, com atividades de catalogação, digitalização, transcrição e edição da documentação coletada em Instituições e dos depoentes. A CEV também participou do Simpósio Temático “História e Ditaduras: diálogos sobre democracia e autoritarismo”, organizados pelos professores Dr. Dorival da Costa dos Santos (UNIFAP/CEV-AP), Dra. Júlia Monnerat Barbosa (UNIFAP/CEV-AP) e Dra. Maura Leal da Silva (UNIFAP/CEV-AP), durante o “II Encontro Estadual da ANPUH-AP: Culturas, trabalho e sociabilidades na Amazônia: das especificidades locais aos desafios transnacionais”, no período de 06 a 09 de dezembro de 2016, realizado na Universidade Federal do Amapá.

Exercício de 2017

Nesse exercício, a CEV-AP prosseguiu com a coleta e transcrição de oitivas e concluiu os trabalhos de redação e publicização do relatório final. Concomitantemente prosseguiu com as tratativas de parceria com o Ministério Público Federal-MPF, que poderá se concretizar com a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica, cujo objeto é a criação de um centro de documentação digital de acesso público na rede mundial de computadores, com acervos da Comissão Nacional da Verdade e das comissões estaduais, além de outros conjuntos documentais que estejam relacionados ao tema da justiça de transição no Brasil.

1.3.1 Participação no Programa *Fala Juventude*

Atividade desenvolvida semanalmente na programação da Rádio Difusora de Macapá (RDM), emissora oficial do governo do Estado, no Programa “*Fala Juventude*”, da Secretaria Extraordinária da Juventude, com objetivo de levar aos ouvintes a temática da ditadura, dos direitos humanos e de temas afins, com a participação de convidados para debater a pauta proposta para cada programa. Foram realizadas dezesseis intervenções, que aconteceram tanto no estúdio da RDM quanto em gravações externas, durante a realização do Projeto “A “A Memória Vai à Escola””. Os programas contemplaram temas como: a música e a ditadura no Brasil; a censura e a ditadura brasileira; futebol e a ditadura; os governos ditatoriais no Amapá; os reflexos da ditadura na Educação; Guerrilha no Araguaia; o golpe civil-militar, dentre outros.

1.4. Coleta de depoimentos

1.4.1. Audiências Públicas

As duas Audiências Públicas que foram realizadas, com a parceria da OAB-AP, objetivaram coletar publicamente depoimentos de vítimas da ditadura, que notadamente sofreram violação aos seus direitos durante o regime militar brasileiro, bem como, buscou dar publicidade e informar à sociedade sobre o funcionamento e relevância das ações desenvolvidas pela CEV-AP.

O público presente nas duas Audiências Públicas foi formado, na sua maioria, por estudantes de ensino médio e superior e por familiares dos depoentes. A orientação

metodológica buscou seguir as diretrizes da Comissão Nacional da Verdade, adaptada ao contexto local.

A primeira audiência foi o testemunho de Leonel Nascimento, ocorrida no dia 10 de dezembro de 2013, conduzida pela Comissão Nacional da Verdade, durante o evento “65 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos”. Leonel Nascimento foi ex-prefeito do município do Amapá, e teve seu mandato cassado em 1975, acusado de ter mandado atear fogo no prédio da prefeitura de Amapá. Contudo, segundo o ex-prefeito a acusação foi injusta e inverídica, tendo sido utilizada como perseguição política.

A segunda Audiência, com os testemunhos da deputada federal Janete Capiberibe (PSB-AP) e do Senador João Capiberibe (PSB-AP), aconteceu no dia 28 de março de 2014, conduzido pela Comissão Estadual da Verdade do Amapá, durante o evento “50 anos do Golpe Militar”. O casal Capiberibe militou na Aliança Libertadora Nacional (ALN), foi preso e torturado no Pará durante o regime militar, quando tentavam implantar um grupo de guerrilha na região. Após a prisão conseguiram fugir, exilando-se em países como Bolívia, Peru, Chile, Canadá e Moçambique, até a anistia em 1979, quando retornaram ao Brasil.

1.4.2 Oitivas

O processo de escuta dos depoentes teve por objetivo coletar testemunhos de homens e mulheres que vivenciaram, direta ou indiretamente, o período da ditadura civil-militar, sobretudo em nível local, sem jamais perder de vista sua dimensão nacional. Ao todo foram coletados trinta e oito depoimentos, que estão disponíveis, tendo em vista suas devidas correções e autorizações, para consulta no site da Comissão Estadual da Verdade do Amapá: <http://www.verdade.ap.gov.br>.

A metodologia utilizada acompanhou, respeitando as devidas peculiaridades, as orientações estabelecidas pela Comissão Nacional da Verdade, que compreendeu esses testemunhos como meios essenciais para alcançar os objetivos propostos, “*constituindo-se tanto em fonte para o esclarecimento circunstanciado de casos específicos, como para a*

*reconstrução histórica do contexto e das práticas do regime do período*¹³. Na ausência de arquivos e documentos oficiais, estimular o testemunho das vítimas e sobreviventes foram fundamentais para se recompor a verdade silenciada pela ditadura, e ao mesmo tempo servindo como peças jurídicas no processo de reparação das vítimas.

Assim, buscou-se colher tanto depoimentos de testemunhas, de vítimas e de seus familiares, como de agentes e colaboradores do regime. No entanto, no caso desses últimos o processo de localização e convencimento para a participação nas oitivas foi mais difícil, sendo necessário que se recorresse à intervenção do Ministério Público Federal. No entanto, não se obteve o retorno no sentido de conseguir a convocação de vários dos agentes da repressão, e as entrevistas limitaram-se a “pracinhas” que serviram na Guerrilha do Araguaia e a agentes da Guarda Territorial do extinto Território Federal do Amapá.

Em razão da forma como se estruturou o regime militar e sua resistência no Amapá, os depoimentos foram agrupados por temas ou fatos específicos, dentre eles: Operação Engasga, Guerrilha do Araguaia, Modos de Resistência e Perseguição Política. Os depoimentos foram colhidos em sua maioria de forma individual e reservada, e raramente em forma de audiência pública, como já exposto.

As oitivas seguiram um roteiro previamente estabelecido que pretendia abarcar a trajetória individual dos entrevistados e sua relação com a ditadura, quer na perspectiva da resistência, quer na perspectiva de agente do regime. Para tanto, em um primeiro momento, foi solicitado que o entrevistado se apresentasse e, posteriormente, narrasse os fatos que considerasse relevantes sobre o período. Este modelo de entrevistas resultou em uma certa disparidade entre o volume de informações pessoais fornecidas por cada entrevistado ou entrevistada, e isto torna-se visível neste relatório, que apresenta dados biográficos diferenciados, uns mais completos que outros. Assim, optou-se por seguir as linhas narrativas escolhidas pelos depoentes.

¹³ (BRASIL). BALANÇO DE ATIVIDADES: 1 ano de Comissão Nacional da Verdade. Comissão Nacional da Verdade. Brasília, maio de 2013. Disponível em: www.cnv.gob.br. Acesso em: 15 de dezembro de 2015.

Reconstruir a verdade a partir de fragmentos de memórias tidas como “traumatizantes” requer um cuidado para não expor os depoentes a situações delicadas. Trata-se de uma tarefa complexa, pois lida com emoções de pessoas que ainda sofrem ao expor o que passaram nas prisões e torturas. Durante as oitivas, os testemunhos foram cercados de grande emoção, e não raro os homens e mulheres choraram durante seus relatos, ao reviverem memórias de um passado recente doloroso que insiste em não passar, afinal “*nós somos o que lembramos*”¹⁴ e “*também somos o que esquecemos*”¹⁵.

QUADRO DAS OITIVAS

Depoente	Data de Realização
ADAMOR DE SOUZA OLIVEIRA	03 de novembro de 2014
ALDO SILVA ARANTES	09 de maio de 2014
ALEXANDRE FERNANDES RIBEIRO	12 de fevereiro de 2014
IDENTIDADE DO DEPOIMENTO CONFIDENCIAL	06 de maio de 2014
ADOLPHO EUGÊNIO DE OLIVEIRA NERY	25 de janeiro de 2016
BIRACY DE JESUS GUIMARÃES	06 de dezembro de 2016
CARMOZINA TAVARES LIMA	21 de fevereiro de 2014
CLÁUDIO CARVALHO NASCIMENTO	10 de junho de 2014
DURVALINA FRANÇA GOMES	01 de dezembro de 2016
ELFREDO FÉLIX TÁVORA GONSALVES	19 de agosto de 2014
ELSON MARTINS DA SILVEIRA	01 de novembro de 2013
EURY SALLES FARIAS	11 de outubro de 2016
FERNANDO PIMENTEL CANTO	02 de setembro de 2016
GUILHERME JARBAS BARBOSA DE SANTANA	21 de agosto de 2014
JANETE MARIA GÓES CAPIBERIBE	28 de março de 2014

¹⁴ BOBBIO, Norberto. *O tempo da memória - De senectute e outros escritos autobiográficos*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

¹⁵ IZQUIERDO, Iván. “A mente humana”. *MultiCiência*. 3, out., de 2004. Disponível em https://www.multiciencia.unicamp.br/artigos_03/a_01_.pdf. Acesso em 28 de dezembro de 2015.

JOÃO ALBERTO RODRIGUES CAPIBERIBE	28 de março de 2014
JOÃO FRANCISCO CARDOSO NETO	29 de agosto de 2014
JOÃO RODRIGUES CAPIBERIBE	21 de março de 2014
JOSÉ CÉLIO MALCHER	12 de fevereiro de 2014
JOSÉ DE RIBAMAR MONTEIRO	14 de outubro de 2014
JOSÉ FIGUEIREDO DE SOUZA (SAVINO)	11 de novembro de 2014
IDENTIDADE DO DEPOIMENTO CONFIDENCIAL	12 de novembro de 2014
JOSIAS NOGUEIRA HAGEN CARDOSO	19 de setembro de 2014
JOÃO DE DEUS DE SOUZA FILHO	02 de setembro de 2016
LEONEL NASCIMENTO	10 de dezembro de 2013
IDENTIDADE DO DEPOIMENTO CONFIDENCIAL	12 de novembro de 2014
LÚCIO MACIEL DA SILVA	18 de fevereiro de 2014
LUIZ CARLOS DA COSTA PESSOA	18 de fevereiro de 2014
METON JUCÁ JUNIOR	14 de fevereiro de 2014
NESTLERINO DOS SANTOS VALENTE	28 de agosto de 2014
PAULO CESAR FONTELES DE LIMA FILHO	02 de novembro de 2013
RAIMUNDO JOSÉ DA SILVA RODRIGUES	28 de maio de 2014
RAIMUNDO MACIEL DE ARAÚJO (DINHO)	18 de fevereiro de 2014
RAIMUNDO PEREIRA DUARTE (PIRIQUITO)	16 de março de 2013.
REGINA COELI MENEZES MEDEIROS	11 de fevereiro de 2014
RUI GONÇALVES LIMA	20 de fevereiro de 2014
TÂNIA MERCEDES COSTA PESSOA	18 de fevereiro de 2014
VALDIM PEREIRA DE SOUZA	13 de maio de 2014

IMAGENS DOS DEPOENTES



FOTOS ACERVO COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO AMAPÁ

II PARTE

DITADURA CIVIL-MILITAR NO AMAPÁ (1964-1988)

2.1. Histórico da ditadura civil-militar: especificidades locais

Para a compreensão das especificidades da ditadura civil-militar no Amapá precisa-se levar em consideração o contexto sociocultural em que ela operou. Dito de outro modo, é preciso entender como a ditadura militar brasileira, vigente entre 1964 e 1988, funcionou em uma sociedade de feições sociais e antropológicas tradicionais, com uma população numericamente pequena, onde o anonimato era impossível e as relações de vizinhança e de afeto eram onipresentes e estruturantes da vida em sociedade.

O Amapá possui enormes dificuldades de integrar-se ao contexto nacional, em virtude, principalmente, de certa peculiaridade geográfica que o transformou em uma “quase-ilha”: deslocado espacialmente do restante do país pela gigantesca foz do Amazonas e agregado ao Platô das Guianas, como estivesse “de costas” para o Brasil. Neste sentido, tem uma vocação e uma facilidade de comunicação e relacionamentos mais estreitos com os países do Platô das Guianas e do Caribe do que com outras unidades federativas. Neste aspecto, destacava-se uma exceção: o Estado do Pará, que agia em relação ao Amapá, como um filtro das questões nacionais, intermediando os temas brasileiros comuns que impactavam a sociedade local.

Tal peculiaridade geográfica e cultural estimulou, entre as décadas de 40 e 70 do século passado, a produção de valores tradicionais e comunitários¹⁶, sobretudo, em uma sociedade que, até meados da década de setenta, desconhecia – à exceção do rádio – qualquer um dos grandes meios de comunicação de massa. É, portanto, neste contexto social e cultural que se instalou e evoluiu o regime ditatorial civil-militar no Amapá.

Conforme dados dos Anuários Estatístico do Território Federal do Amapá – Anos XII (1963); XXIII (1974) e XXIV (1975), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no início da década de 60, o Amapá possuía uma população de 68.889 habitantes, sendo que

¹⁶ Fala-se aqui em cultura tradicional, centrada na comunidade e na permanência da tradição em contraposição a uma cultura modernista centrada na inconstância, no individualismo e na ideia de progresso.

aproximadamente 40% concentrava-se na capital, Macapá (27.585 habitantes). Vê-se logo que ainda era uma população predominantemente rural, com apenas dezessete núcleos urbanos, sendo que destes – excetuando Macapá – somente dois possuíam população pouco acima de mil habitantes¹⁷; o restante estava distribuído pelos 140.276 Km², o que significa algo em torno de 3,6 Km² para cada pessoa, o que revela uma urbanização da capital, mas ainda assim um tanto quanto acanhada, quando confrontada com outros dados estatísticos. Por exemplo, havia na cidade 5.532 prédios; destes apenas 794 eram abastecidos com água tratada, 725 com esgoto e 4.512 possuíam energia elétrica. Para atender eventuais turistas e visitantes existiam apenas um hotel e duas pensões, com capacidade total para 235 hóspedes.

Em termos econômicos, desde meados da década de 50, o Amapá já conhecia uma das pontas de lança do capitalismo industrial: instalara-se na Serra do Navio a exploração em larga escala do minério de manganês, quase em sua totalidade exportada para Europa, Estados Unidos e Japão. Porém, em 1960, esse o empreendimento empregava somente 152 operários. O que sustentava a vida da imensa maioria da população era a economia extrativa de subsistência. Mesmo o funcionalismo público que, a partir da década de 80 do século passado passaria a ser a principal força de trabalho no Amapá, era insignificante na década de 60 diante da grande maioria de trabalhadores rurais¹⁸.

Neste contexto, destaca-se uma cultura e um imaginário essencialmente fantástico/mitológico, reminiscência da cultura indígena, onde seres e histórias mágicas eram elementos presentes no cotidiano da sociedade. Mesmo nos núcleos populacionais mais urbanizados, pode-se afirmar que esta era ainda uma comunidade, onde a tradição tem um papel integrador decisivo e resistente a novas ideias e valores. Uma sociedade onde a estabilidade, a vida pacata, as relações de afeto e presença, o coletivismo e a imaginação fantástica predominavam, ou como descreveu o escritor e músico Zé Miguel¹⁹, o Amapá desta época, é um lugar onde:

¹⁷ A Vila de Clevelândia, no Oiapoque e a cidade de Amapá.

¹⁸ Havia 172 funcionários públicos, servidores dos municípios e do Território.

¹⁹ GOMES, Joãozinho e MIGUEL, Zé. Vida Boa. In: MIGUEL, Zé. *Vida Boa*. Belém, 1991. (CD).

[...] a canoa balança bem devagar. A maré vazou, encheu é preamar. O Zé vai pro mato apanhar açaí, Maria pra roça vai capinar. A vida daqui é assim devagar, precisa mais nada não pra atrapaçar, basta o céu, o sol, o rio e o ar e um pirão de açaí com tamuatá. Que vida boa sumano! Nós nem tem que fazer planos e assim vão passando os anos. Êta! que vida boa!

Uma sociedade com baixo índice de criminalidade. Para se ter uma ideia, em 1962 havia na Delegacia de Polícia, localizada no bairro do Beírol, apenas 14 presos, sendo 10 por homicídio, e somente uma mulher. Doze anos depois, havia 18 presos, 09 por homicídio e novamente apenas uma mulher. Enquanto a população crescera 40% no mesmo período – de 68.889 habitantes, em 1960, para 114.359, em 1974 –, a criminalidade crescera apenas em torno 28%²⁰. Ressalte-se o fato de que entre 1964 e 1974 não houve, no Presídio de Macapá, sequer um detento provisório ou com pena transitada em julgado, ou mesmo preso cautelarmente, em razão de motivação política. Mas, como é evidenciado neste Relatório, isso não significa que os aparelhos de Estado amapaense tivessem um caráter mais democrático ou menos ditatorial do que no resto do Brasil. Ao contrário, estes dados revelam que as ações de repressão no Amapá, como em muitos outros cantos deste país, desde o seu início, ocorreram à margem, à sombra e contra a ordem legal. Era basicamente este tipo de sociedade que a ditadura civil-militar encontrou no Amapá.

²⁰ Fonte: Anuário Estatístico do Território Federal do Amapá – Ano XII / 1963 / Serviço de Geografia e Estatística / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

2.2. Estrutura de Repressão.

Evidentemente que não é possível compreender a estrutura repressiva da ditadura civil-militar no Amapá desconectada do plano nacional. As Forças Armadas, entre 1964 e 1968, aumentaram em 160%, passando de 114 mil para mais de 300 mil militares. Seu objetivo mudou, o novo foco era o combate ao “inimigo interno”. O governo militarizou as polícias estaduais e montou a estrutura de espionagem e repressão. O primeiro órgão a ser criado foi o Serviço Nacional de Informações (SNI) que, de acordo com estimativas de alguns autores, chegou a ter à sua disposição 300 mil informantes e um milhão de colaboradores, tendo fichado mais de 250 mil pessoas.²¹

Cada ministério ganhou a sua Divisão de Segurança e Informação (DSI). Nos demais órgãos públicos funcionava a Assessoria de Segurança e Informação (ASI). O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), existente nos Estados e que já fora usado na ditadura de Getúlio Vargas, transformou-se em centros de tortura. Exército, Marinha e Aeronáutica também formaram seus centros de repressão e tortura, respectivamente, Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e Centro de Informações da Aeronáutica (CISA).

Surgem, em 1970, no governo Médici, os DOI-CODIs (Destacamento de Operações e Informações/Centro de Operações e Defesa Interna) que funcionavam em cada uma das regiões militares do país, subordinados ao Comando Regional do Exército. Com o apoio de empresários, foi criada, em São Paulo, a Operação Bandeirante (OBAN), que reunia representantes do II Exército, da Aeronáutica, da Marinha, do Departamento da Polícia Federal (DPF), do Serviço Nacional de Informações (SNI), da Secretaria de Segurança Pública (SSP), do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), da Guarda Civil e da Força Pública do Estado de São Paulo (FPESP).

As mudanças ocorridas no DOPS, após o golpe de 1964, visavam adequá-lo à doutrina de Segurança Nacional e ao processo de militarização da sociedade. Também visavam ajustá-lo ao

²¹ D'ARAÚJO, Maria Celina & SOARES, Gláucio A.D. (orgs). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1994.

aprimoramento do aparato repressivo da ditadura brasileira. Para se aperfeiçoarem no combate aos “subversivos”, membros da Secretaria de Segurança eram enviados a outros Estados e até outros países, como os Estados Unidos para treinamentos específicos de repressão.

Os presos políticos no Amapá eram enviados para vários locais utilizados como prisão política: a Delegacia do Bairro do Trem, celas do Palácio do Setentrião e da Polícia Federal, o Quartel do Exército, a Prisão do Beírol, e, fundamentalmente, a Central de Polícia, a Delegacia de Investigação e Captura (DIC)²² e a Fortaleza de São José de Macapá, que eram os locais de prisão e tortura durante a ditadura. A Guarda Territorial, até 1975, encarregava-se da repressão às infrações de rotina e o DOPS, apoiado pela Polícia Federal, responsabilizava-se pelas infrações de natureza política. Não custa lembrar que a repressão no país se dava através do Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN), que articulava todas as forças policiais e militares.

A funcionalidade deste sistema começa pela informação (SNI), articula-se com os três órgãos militares (CIE, CISA e CENIMAR), e todos atuavam integrados com o DOPS. O CISA e o CENIMAR não tiveram atividades conhecidas no Amapá, ao contrário do CIE que teve intensa atuação. De todo modo era no âmbito policial local que a repressão realmente se efetivava, sobretudo, a partir da Secretaria de Segurança, dentro da qual se destacaram, no auge da repressão, personagens como o secretário coronel Índio Machado, o delegado Oscar²³, delegado Pedro da Costa Uchôa, coronel Josemir Mendes de Souza e o capitão Fontenelle.

O itinerário da angústia, ou seja, o caminho percorrido pelos presos políticos no Amapá, de certo modo atesta a articulação entre órgãos militares e civis na efetivação da repressão: primeiro eles iam para o quartel do exército, para a central de polícia ou para a polícia federal e daí diretamente para a Fortaleza de São José de Macapá, e alguns eram enviados em aviões das Forças Armadas para encarceramento em Belém-PA, fato que atesta o funcionamento em rede do sistema de repressão, no caso, o Amapá articulado e subordinado ao aparato repressivo da 8ª Região Militar, sediada em Belém-PA.

²² Nesse prédio, atualmente funciona o museu Joaquim Caetano.

²³ Nos depoimentos os entrevistados se referem ao delegado Oscar, também como “Calo Seco”, mas sabem precisar seu sobrenome.

2.3. Território Federal e Militarização

Nos vinte e um anos de ditadura (1964 - 1988) a militarização da sociedade foi tão acentuada que ainda hoje, passados mais de cinquenta anos, deixou marcas em setores importantes da vida nacional. A ideia de que seria impossível a existência da ditadura sem apoio social, tem levado muitos estudiosos a proclamar que não teria havido só uma ditadura militar, mas sim uma ditadura civil-militar, concepção com a qual essa comissão compartilha.

A partir de então, a militarização da sociedade brasileira ficou evidente não apenas na ocupação da presidência e de vários ministérios por militares, como também, estava presente nas divisões de segurança e informação de órgãos públicos, que faziam o crivo dos funcionários civis de cargos de confiança e controlavam as políticas setoriais. As escolhas dos governadores dos Estados e Territórios Federais dependiam dos comandos das regiões militares e dos oficiais que serviam à presidência. As polícias militares estaduais eram controladas por um departamento do Ministério da Guerra, e comandadas por oficiais gerais ou coronéis do exército. No caso do Amapá, até 1975, a função policial foi exercida pela Guarda Territorial, sob o comando direto dos governadores. Portanto, o Amapá não estava a margem dessa cultura. Pelo contrário, a própria transformação em Território Federal, em 1943, mais de duas décadas antes da implantação da ditadura civil-militar, já contava com um controle direto das forças armadas sobre a administração territorial, uma vez que a região era considerada como área estratégica de defesa nacional e administrada diretamente pela União.

No período territorial vê-se essa militarização da sociedade amapaense, sobretudo, no controle governamental da população e na subordinação de todas as instituições civis, expressas paradigmaticamente na militarização da educação, seja na sua forma, seja na estrutura curricular. No que tange a forma, a disciplina militar se expressava na educação na ordem unida à entrada das aulas, na supervalorização dos símbolos patrióticos (hinos, desfiles, bandeiras, rituais), que chegavam ao seu ápice nas festas cívicas de 07 e 13 de setembro (data da criação do T.F.A.) que mobilizavam todo o Território Federal. Na estrutura curricular os métodos pedagógicos expressavam o autoritarismo, e os conteúdos programáticos das disciplinas escolares eram impregnados com valores cívicos, patrióticos e militares.

Desde os primeiros momentos do golpe civil-militar a elite política local, sob a liderança do governador Terêncio Porto (novembro de 1962 a abril de 1964), adotou a ideologia e a prática política do novo regime. Já entre os dias 03 e 07 de abril de 1964, medidas repressivas de toda ordem foram efetuadas: batidas policiais pela cidade de Macapá, devassa de órgãos públicos e detenção arbitrária de cidadãos, acusados, em sua maioria, de “militância comunista”.

Em concomitância com a prisão de “adeptos do comunismo”, o governo territorial desencadeou uma campanha persecutória indiscriminada, gerando um significativo estado de apreensão e medo na população. Servidores públicos foram punidos, demitidos, admoestados sem a menor formalidade administrativa, sindicalistas foram destituídos e detidos, estudantes penalizados e expulsos de colégios, opositores investigados e ameaçados e militantes petebistas e comunistas vigiados e presos.

Configurava-se desde os primeiros momentos do golpe civil-militar o que viria a tornar-se prática estrutural da ditadura: o terror de Estado, entendido aqui, como a substituição das chamadas liberdades políticas pela prática regular de ações estatais contrárias ao sistema legal vigente, materialmente coercitivas e ideológicas que visavam atentar diretamente contra a integridade física e psicológica das pessoas e grupamentos sociais, objetivando aliená-los da participação política pelo medo. A nota oficial do governo do Território Federal do Amapá, de 08 de abril de 1964, não deixa dúvidas quanto ao seu caráter intimidatório e discricionário:

Infelizmente, as investigações policiais determinadas pelo governo, desde o início do movimento de restauração democrática, revelaram a existência de um grupo de comunistas no Amapá, infiltrados em diversos setores. Pessoas comprometidas com os agitadores, seus protetores e mentores vêm sendo apontados no decorrer das investigações.²⁴

Essa mesma nota oficial revela as tramas ditatoriais entre o comando do golpe no Estado no Pará e o no Território Federal do Amapá, com o intuito de repressão a estudantes universitários amapaenses domiciliados em Belém, que eram investigados, perseguidos e presos, por causa da militância no movimento estudantil.

²⁴ *Amapá*, Macapá, 08 de abril de 1964.

Em Belém, um trabalho infame, já desmascarado e que visava perturbar a tranquilidade da família amapaense, desorganizar os serviços públicos, desmoralizar as autoridades, retardar o pagamento dos funcionários e substituir, abruptamente, o governador, estava em marcha. Seus autores, sobejamente conhecidos, inimigos declarados do Amapá, já estão prestando contas de seus crimes perante as autoridades militares, mediante provas apresentadas²⁵.

A nota oficial termina exortando a população à delação e ao servilismo e anuncia a repressão e a intimidação terrorista que viria.

Pode confiar povo amapaense que chegou a hora de se livrar dos perniciosos elementos, cujas atividades de apoio aos comunistas são conhecidas, pois eram feitas abertamente, dando-lhes participação na administração, vantagens indevidas e cobertura total, inclusive financeira²⁶.

Esta parte da nota oficial revela também o fracionamento na elite amapaense. Os “perniciosos elementos” que acobertavam os comunistas nada mais eram que o deputado Janary Gentil Nunes, ex-governador do Território, e seus seguidores que de comunistas não tinham nada. Na verdade, essa tentativa de desconstrução de lideranças, como a do ex-governador, evidencia como em torno de questões nacionais ligadas ao regime ditatorial emergem tramas e disputas locais pelo poder dentro do Território.

²⁵ *Amapá*, edição de 08 de abril de 1964.

²⁶ *Ibidem*.

2.4. Intervenção em Sindicatos e Imprensa

Toda a estrutura organizacional dos trabalhadores brasileiros, na base e na cúpula, foi duramente atingida pelo golpe civil-militar de 1964. As prisões de lideranças, as perseguições a militantes, bem como, a desestruturação do trabalho nos sindicatos e nas fábricas, desbarataram atividades que levariam bastante tempo para serem recompostas. Nesse sentido, o regime militar buscou redefinir e limitar as ações dentro dos sindicatos, partidos e imprensa. Tal estratégia só foi bem-sucedida em certos momentos, não sendo capaz, no entanto, de imobilizar tais setores, uma vez que resistências e embates não deixaram de acontecer.

No Amapá o movimento sindical sentiu os impactos da ditadura logo no início da nomeação do primeiro governador do regime, o general Luiz Mendes da Silva (abril de 1964 a abril de 1967). Entre as principais medidas adotadas, tanto por sua administração, quanto a do seu antecessor, estão as intervenções em sindicatos, partidos políticos e imprensa. Diretorias sindicais foram destituídas e sindicalistas investigados, vigiados, perseguidos, presos e torturados.

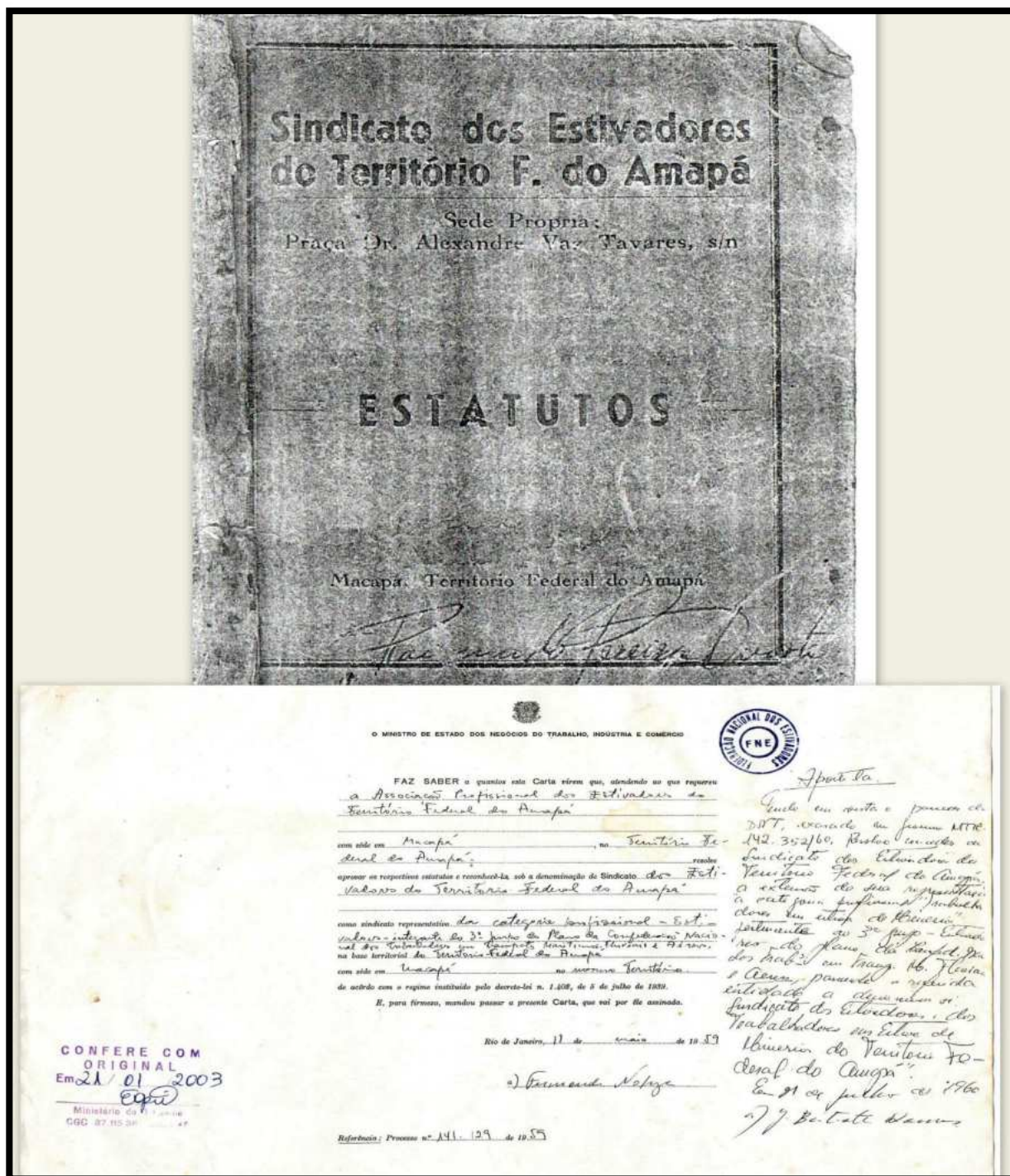
Alexandre Fernando Ribeiro, filho de Jorge Fernando Ribeiro (conhecido como “Jorge Padeiro”), em depoimento cedido à CEV-AP, relatou a repressão sofrida pelo pai e outros sindicalistas.

Em 64 foi o golpe militar. Então, eu estava com 14 anos e o papai (Jorge Fernando Ribeiro, o “Jorge Padeiro”) fazia parte de um movimento sindical. O nosso sindicato era um sindicato atuante dentro de Macapá, era Sindicato dos Estivadores [...]. Lá faziam parte desse sindicato: o “Periquito”, “Chico Diabo”, Osmar do Nascimento [...]. Eles foram taxados de ser de um movimento subversivo, alguém que tinha ideias contra o governo, mas não tinha nada a ver contra o governo. É o direito do cidadão.²⁷

Jorge Ribeiro, na verdade, foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Panificação e Confeitaria, entre 1960 e 1962, e também um dos articulistas do jornal *Folha do Povo*, onde mantinha seções ligadas ao movimento sindical local e nacional. Outro caso, é o de

²⁷ Alexandre Fernando Ribeiro. Depoimento cedido à CEV-AP, em 12 de fevereiro de 2014.

Raimundo Pereira Duarte, conhecido como "Periquito", que presidiu o Sindicato dos Estivadores do Território Federal do Amapá, um dos mais atuantes da época.



Estatuto do Sindicato dos Estivadores do Território Federal do Amapá (Acervo: Raimundo Pereira Duarte)

Em depoimento, à CEV-AP, narrou o que significava ser oposição e sindicalista no Amapá, já antes da implantação da ditadura civil-militar e a perseguição que sofreu logo nos meses que se seguiram ao golpe de 64,

Fui preso, porque o governador não gostava de mim, sabe por quê? Porque eu era presidente do Sindicato dos Estivadores, fundei o sindicato [...]. Eu cheguei lá e fui receber uma conta da estiva que estava atrasada. Quem trabalhou 24 horas tem que receber. E cheguei lá para receber, e disse para ele: “ – Coronel senhor sabe o que é estiva? Quem trabalha 24 horas com isso tem que receber, não pode passar de 24 horas”. E você sabe o que ele me disse? “ – Você sabe de uma coisa que eu vou lhe dizer? Os estivadores são um bando de safado. E você é o mais safado porque é o presidente deles”. Eu dei um murro na boca dele, ele era o governador! [...]. Naquele tempo do partido comunista, se alguém falasse que era comunista, era preso. Daí me tachou de comunista. Aí fui preso pela “revolução” como comunista. Fui para Belém preso, daí eu fui para 5ª Companhia. Era o major Lourinho, o comandante. Aí fui entrando, o tenente chegou e disse: “ – Ei afasta essa metralhadora desse homem. Ele não tem nada de comunista. Esse homem é violento! Ele não é comunista”. Eu passei 30 dias como suplente de estivador lá com ele.²⁸

O controle da imprensa foi regulamentado pela Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967 (Lei de Imprensa), que restringia a liberdade de expressão. No entanto, a situação se tornou mais crítica com a edição do AI-5, e com a promulgação do Decreto-Lei nº 898, denominado Lei de Segurança Nacional (LSN), de 29 de setembro de 1969. Em Macapá, as publicações já eram controladas bem antes destas regulamentações.

Ainda no governo de Terêncio Porto ocorreram episódios de repressão nos jornais *Folha do Povo* e *A Voz Católica*, objetivando desarticular a imprensa crítica e decidir o que poderia ou não ser publicado. Imediatamente após o golpe, a repressão infiltrou um sensor entre os editores do jornal de propriedade da Prelazia de Macapá, *A Voz Católica*, conforme descrito por Hélio Pennafort, cronista e jornalista amapaense da época:

Para a *Voz Católica* foi designado um censor, o professor Antônio Munhoz Lopes, que, numa inexplicável falta de atenção, concordava que o jornal circulasse com uma tarja preta ao lado do título, onde se lia “Edição

²⁸ Raimundo Pereira Duarte (Periquito). Depoimento cedido à CEV/AP, em 16 de março de 2013.

Censurada”. Disse inexplicável, mas, hoje, compreende-se melhor a complacência de Munhoz. Sua sensibilidade e o seu espírito liberal absolutamente não combinavam com tarefas dessa natureza.²⁹



Jornal “Folha do Povo” – Macapá-Ap

Redação e Administração

Fonte: <http://porta-retrato-ap.blogspot.com.br> - acervo: Nilson Montoril

Contra a *Folha do Povo*, o governador desencadeou severa repressão e violência, com a intervenção direta ao jornal e a prisão de jornalistas.

o interventor foi o delegado de polícia José Alves, um advogado pernambucano um tanto simplório. José Aragarino, que escrevia para o jornal e estava na mira do governador, logo observou que tal intervenção não viera através de ato oficial. Foi determinada verbalmente. Pensou, então, num jeito de caracterizar o arbítrio em qualquer documento que fosse, para defesa posterior. Valeu-se, inteligentemente, do depoimento que prestava juntamente com o jornalista Amaury Farias, redator-chefe, e o empresário Leopoldo Teixeira (figura bastante estimada na cidade, onde era conhecido apenas por Teixeira) e engatilhou três perguntas ao interventor que o escrivão Olavo da Veiga Cabral, ingenuamente, colocou no papel. “ – Por que nós estamos sob regime de intervenção? ” – primeira. “ – Não sei”, respondeu o delegado, acrescentando em seguida: “ – Acho que foi alguma coisa que vocês fizeram ao governador”. Com isto, Aragarino conseguiu que ficasse documentada a intervenção. A segunda pergunta: “ – Está o governador Terêncio Porto em condições de fazer esta intervenção, tendo sido integrante

²⁹ PENNAFORT, Hélio. *Amapaisagem*. Macapá: Imprensa Oficial: 1992, p.50.

de um governo que caiu e ao qual estava solidário até os últimos instantes?”. Resposta do Delegado: “ – Sim, porque ele ainda é o governador”. Com esta resposta ficava, então, provada a solidariedade de Terêncio Porto a Jango. Finalmente, Aragarino indagou: “ – O senhor deseja fazer uma devassa em nossas gavetas e arquivos?”. Nesse ponto a bobeação do interventor foi além do limite: “ – Não, porque essa devassa já foi feita pela manhã e não encontramos absolutamente nada, que viesse de encontro às leis do País”. Isto deixou claro (sic) a inocência dos FOLHEIROS.³⁰

Segundo a narrativa de Pennafort, o primeiro a ser preso foi “Teixeirinha”, incumbido de levar uma cópia do depoimento acima citado para Belém do Pará e entregá-la ao major Jarbas Passarinho, principal articulador do golpe na Amazônia. Identificado ainda no avião que se deslocava para a vizinha capital, foi detido nas dependências da Base Aérea de Belém. Amaury Farias e José Aragarino buscavam fugir da perseguição imposta pelo governador, que por fim decidiu ordenar ao chefe da Guarda Territorial que mobilizasse todas as suas forças para a captura dos fugitivos. Amigo de longa data de Amaury Farias, Uadih Charone decidiu não obedecer à ordem do governador e então se aquartelou na Fortaleza São José de Macapá. O próprio Amaury Farias narra assim o acontecido: “[...] *depois de ter liberado o Alceu, o governador manda prender eu e o Aragarino. Porém Charone não fez recolhimento no xadrez deixou-nos livre numa sala ... sim! Éramos irmão de maçonaria, um irmão conhece o outro, depois nos liberou*”.³¹

Em decorrência de mudanças políticas que culminaram com a escolha de Costa e Silva para substituir Castelo Branco, o governador Luís Mendes da Silva foi substituído pelo general de exército Ivanhoé Gonçalves Martins (abril de 1967 a novembro de 1972) que passou a adotar medidas econômicas mais intervencionistas na região e um maior controle sobre os movimentos sociais e o sistema educacional.

³⁰ Ibidem, p.51.

³¹ Entrevista concedida no dia 16 de setembro de 1995 a Hermano Benedito Pinto de Araújo e Jocinildo Batista de Moura. In: SANTOS, Dorival da Costa dos. “O regime ditatorial militar no Amapá: terror, resistência e subordinação 1964-1974”. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Campinas: Unicamp, 2001.

2.5. Movimento Estudantil

Durante o regime militar no Amapá o Movimento Estudantil foi responsável por muitas ações de resistência, e teve apoio, mesmo na clandestinidade, de alguns partidos e organizações sindicais. Entender como se processou a dinâmica do movimento na região requer perceber que muitas foram as formas de articulação e manifestação. Grupos independentes, grêmios, organizações e dissidências disputavam leituras de conjuntura e formas de ação possíveis.



Anos 60 – Inauguração do prédio da UECSA

Fonte: <http://porta-retrato-ap.blogspot.com.br> – acervo: Prof. Carlos Nilson Costa

A historiadora Maura Leal da Silva faz uma síntese do perfil da resistência estudantil em território amapaense, nesse período.

O que se seguiu ao golpe civil-militar com relação ao destino que o Amapá deveria tomar nesse novo cenário nacional, foi o de afirmação de um modelo de desenvolvimento econômico de exploração para a região muito mais agressivo e dependente, mas que tentou vender a ideia de que era algo novo e o caminho mais próspero para a conquista da autonomia política, que passou a crescer, juntamente, com a juventude amapaense em formação, e com o seu engajamento político, social e cultural. Vão ser esses jovens que, de certo modo, canalizarão para si a responsabilidade de debater os problemas do Amapá, não só os decorrentes do autoritarismo promovido

pelo regime ditatorial, mas os de sua condição territorial. Esse crescimento dos movimentos sociais, políticos e culturais, organizados em grande maioria por essa juventude “amapaense”, distante em muitos aspectos do padrão nacional comumente estudado, sobretudo, nas principais capitais do país, também sentiu o pulsar e a agitação das ruas, seja em torno de organizações classistas e partidárias ou simplesmente em espaços que suscitavam a crítica social ao regime, através da criatividade musical e literária.³²

Nesse contexto, destaca-se a atuação da União dos Estudantes dos Cursos Secundários do Amapá (UECSA), entidade criada em 09 de julho de 1950 – a partir da atuação dos grêmios estudantis – e que exerceu durante anos um papel determinante na atuação dos secundaristas amapaenses e na representatividade junto ao movimento estudantil regional e nacional, e abrigou, ao mesmo tempo posturas ambíguas de denúncia e resistência, e de apoio e sustentação do regime ditatorial, chegando, talvez, a ser uma das poucas entidades de estudantes a apoiar o golpe de 1964.

O movimento estudantil no Amapá, e esse apoio imediato ao golpe, pode ser compreendido a partir de algumas peculiaridades, tais como: a ausência de uma Instituição de Ensino Superior no Território, o que conservava o movimento organizado restrito à Educação Básica; a maciça presença de filhos e filhas de funcionários da máquina estatal no sistema público de ensino; e a intensa propaganda feita pelo governo nas escolas. Portanto, o controle direto que o governo territorial buscou exercer sobre a UECSA, desde sua criação, teria levado parte de estudantes do movimento secundarista amapaense a apoiar o golpe. Um exemplo disso, foi a realização da palestra proferida pelo movimento nacional denominado *Cruzada Cívica de Esclarecimento da Juventude*, promovida com grande apoio do governo, em agosto de 1964, para uma plateia lotada de estudantes no Cine Territorial, tendo como conferencistas os universitários da Universidade de São Paulo (USP), Rubens Loureiro e Sérgio Santacrósi, membros da organização estudantil de extrema direita Comando de Caça aos Comunistas – CCC.³³

³² SILVA, Maura Leal da. *O Território imaginado: Amapá, de território à autonomia política (1943-1988)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Brasília: Universidade de Brasília, 2017, p.185.

³³ SANTOS, Fernando Rodrigues. *História do Amapá: da autonomia territorial ao fim do Janarismo (1943-1970)*. Macapá: Editora Gráfica “O Dia” S/A, 1998, p.164.

Porém, essa tentativa de controle não se operou de forma uniforme e imediata. Mesmo dentro da UECSA opiniões e posturas divergentes também eram observadas. Depoimentos, como o de José Figueiredo de Souza (o Savino), que foi presidente desse grupo estudantil, dão conta da existência de estudantes da entidade que eram identificados como subversivos pelo regime. Savino foi um dos estudantes presos na Fortaleza de São José de Macapá, logo no início do golpe, por prestar apoio ao diretor do Colégio Amapaense e chefe da Guarda Territorial, Uadih Charone.

Quando iniciou a Revolução ficou um ambiente meio pesado. E o governador, se não me engano, era o Terêncio Porto. Eu me candidatei a presidente da UECSA. O Charone foi chamado pelo governador pra ele prender o Amaury Farias e um outro cidadão lá de Amapá, o Alfredo Távora. Mandou prender os dois que eles não obedeceram a ordem dada pelo governador. Charone disse que não ia prender porque não havia razão. Não prendeu. Rebelou-se. O que ele fez? Aquartelou-se na fortaleza junto com os guardas territoriais. Ele (o governador) telefonou pra 8ª Região Militar do exército, pedindo reforço porque a guarda estava sob o comando do chefe da guarda que não queria seguir as ordens emanadas do governo. Chegou aqui um avião, à tarde, uma guarnição do exército cheio de metralhadoras.³⁴

Savino, exercendo sua influência no movimento estudantil, resolveu mobilizar os alunos do Colégio Amapaense em uma passeata pelo centro da cidade até a Delegacia de Polícia, onde Uadih Charone permanecia preso. A consequência desse apoio foi a prisão de Savino por perturbação da ordem e incitação ao comunismo, conforme relato a seguir:

Nessa altura, eu reuni os alunos dos colégios aqui no centro. O Charone ficava sempre onde é a Biblioteca Elcy Lacerda. Era ali que funcionava a chefia de polícia. Eu convoquei os estudantes pra lá. Eu me lembro bem que a esposa do Amaury Farias, a Deusolina Farias, estava lá e várias lideranças. Pegamos a bandeira brasileira e saímos rumo a fortaleza pra dar apoio ao tenente Charone porque o exército já estava lá. Chegamos lá, eu subi a rampa, quando eu subi a rampa, eu disse: “ – Peço a palavra”, “ – Tá Preso! Encoste ali! Seu Charone quem é esse rapaz?”, “ – É um líder estudantil”, “ – Tá preso o senhor também!”. Na hora eu fui preso e já tinha outros presos lá também. Então, daí começou a história da revolução conosco, principalmente com os estudantes. O primeiro caso político estudantil foi esse. Fui preso lá. [...]. Quando eu entrei no ônibus, o que tinha de pente de metralhadora!! Eles vinham aqui parecia iam pra uma guerra. Esse governador fez pensar que tinha realmente uma guerra aqui. Ele disse, inclusive, que eu havia colocado um monte de tambores

³⁴ José Figueiredo de Souza. Depoimento cedido a CEV/AP em 11 de novembro de 2014.

para o avião não descer, avião búfalo. Não era nada disso. Aí, mandaram me levar lá para o xadrez. Primeiro me jogaram numa cafua fedorenta. Me deram uma caixa [de fósforo] pra eu riscar e cheirar, que era só o que diminuía o fedor.³⁵

Savino ficou confinado por horas num cárcere que antes abrigava uma onça pintada. O animal foi retirado do local para servir de prisão, pois na Delegacia de Polícia não havia mais vagas devido à grande quantidade de pessoas presas, desde o golpe. O depoimento de Savino é interessante por evidenciar a intensidade da repressão aos estudantes no Amapá e como as redes de influência atuavam nas engrenagens repressivas, conforme indica a descrição que o depoente faz sobre o episódio de sua liberação, pelo Capitão Fontenelle: “ – *Eu vou lhe soltar porque o bispo Dom Aristides me disse que você não é comunista nem subversivo. Que você é até filho de padre, mas tome cuidado que daqui pra frente você vai monitorado o tempo todo! – Não deu outra*”.³⁶ Savino foi liberado, mas continuou vigiado pelos militares, sendo constantemente levado à delegacia para depor mesmo sem ter qualquer participação nas manifestações.

Nestlerino dos Santos Valente foi outro depoente que também narrou sua experiência estudantil dentro da UECSA, destacando as duas correntes divergentes que disputavam o controle da entidade, conforme trecho abaixo:

Eu fui presidente do grêmio Rui Barbosa, concorri a presidência da UECSA, aonde eu perdi as eleições, mas a época no Colégio Amapaense tinha algumas figuras que gosto de lembrar e me dá até uma crise de risos, eram pessoas que eu respeitava muito, como: José Ribeiro que era um guarda territorial envolvido em um processo de política estudantil, Messias Tavares, Isnard Lima, José Figueiredo de Souza (Savino), Raimundo de Souza de Oliveira, o irmão dele, Francisco de Souza de Oliveira [...], e tantos outros nomes importantes da política estudantil, só que se dividiam em duas correntes: uma dos “subversivos” comunistas e a outra daqueles que faziam apenas a política estudantil, uma espécie de atividade social, para a congregar a classe estudantil para participar desses movimentos sociais todos, menos o político, e a gente participava de um grupo mais político, mais politizado.³⁷

Segundo Nestlerino Valente as duas correntes dentro da UECSA eram identificadas como

³⁵ José Figueiredo de Souza. Depoimento cedido a CEV/AP em 11 de novembro de 2014.

³⁶ Ibidem

³⁷ Nestlerino dos Santos Valente. Depoimento cedido a CEV/AP, em 28 de agosto de 2014.

“direita” e “subversiva”. Essa última, da qual Nestlerino fazia parte, agrupava os vistos como subversivos e comunistas pelo regime, apesar de muitos deles não possuírem qualquer ligação com o PCB. Contudo, muitos desses estudantes amapaenses acabaram se aproximando do comunismo fora do Amapá, durante o período que cursaram o Ensino Superior, o que levou muitos desses jovens, quando retornaram, a sofrer perseguições pelo regime. Foi o que acabou acontecendo no caso de Nestlerino, que se filiou ao PCB quando cursava graduação em ciências econômicas, em Belo Horizonte. Durante esse período esteve em contato com vários militantes no Amapá, mantendo-se informado sobre a conjuntura política local. Em razão de denúncias sobre seu envolvimento com o comunismo em Belo Horizonte perdeu o apoio financeiro do governo amapaense e passou a residir no anonimato nessa cidade. Acabou sendo preso pelo DOPS no Estado de Minas, durante uma consulta médica, conforme trecho a seguir:

eu estava sendo consultado por um médico do Centro Acadêmico por falta de dinheiro, e lá eu fui preso nu, por isso que eu falo que é pitoresco, porque o médico estava me examinando quando o DOPS chegou e me prendeu lá. A partir disto eu fui registrado como comunista, embora que naquele exato momento eu estava cuidando da minha saúde. Como o Dops classificou, eu passei a participar de todos os processos políticos de Belo Horizonte inclusive, do Diretório Acadêmico. Eu fui o tempo todo representante de turma, só que naquela época não era muito fácil para a Polícia Federal nos identificar. [...]. Eu era da Escola de Ciências Econômicas aonde funcionavam três cursos: Economia, Administração Pública e Privada e Sociologia, era Instituição Federal, mas do Amapá, exatamente, eu fui orientado em Belo Horizonte, porque já tinha colegas nossos militando na política estudantil e de projeção.³⁸

No Amapá, mesmo com a ocorrência de manifestações de apoio ao regime por setores da direita estudantil, a repressão e prisões de militantes do movimento foram recorrentes. Guilherme Jarbas, que iniciou sua atuação estudantil nos anos 60, chegando a ser presidente dos Grêmios Literários Barão do Rio Branco e Rui Barbosa, secretário-geral e vice-presidente da UECSA, relatou que a entidade teve sua sede tomada pelos militares, e seus integrantes foram severamente reprimidos e perseguidos pelo regime.

No dia 15 de março, me recordo bem, foi uma festona e no dia 31 a Polícia Federal, o exército invadiu a sede do Grêmio Rui Barbosa. Então, nesse período o movimento estudantil, ele se voltava mais para a área cívica e cultural com pequenos movimentos sociais diferenciados, e era também um grupo muito pequeno, ligado mais ao Messias Tavares, ao Ribeirinho, tinha o

³⁸ Nestlerino dos Santos Valente. Depoimento cedido a CEV/AP, em 28 de agosto de 2014.

Ermínio Gurgel. Era um grupo muito pequeno. [...]. Quando o governo federal tomou o grêmio, nós tínhamos ali uma biblioteca. Toda história estudantil do Amapá, estava encadernada através daquele jornal *O Castelo*, que eles levaram tudo. Fecharam e aí veio a ditadura que acabou com o movimento estudantil. [...]. Aí, quando veio a revolução, fecharam lá, fizeram até um departamento da Polícia Federal. Inicialmente a UECSA acabou pagando um preço alto e tornou-se aí um departamento da Polícia Federal. O grêmio Rui Barbosa fechou. Quando veio o governador, o General Luiz Mendes da Silva, ele fez uma reunião no Colégio Amapaense e fez uma proposta numa Assembleia. Naquele tempo os alunos estudavam no segundo andar que tinha uma sala enorme. Ele transformaria ali numa escola e que depois reformaria. Então, naquele primeiro momento da revolução, se tornaria um ponto de encontro de estudantes. Na verdade, ele terminou a escola, saiu a escola de lá, fechou o grêmio novamente. E no governo de Lisboa Freire em 73, foi entregue para os Campus Avançados. Aí passou [ser] a sede dos Campus Avançados.³⁹

Segundo Guilherme Jarbas logo no primeiro momento da instalação da ditadura no Amapá quase todas as lideranças estudantis foram investigadas e detidas pelos militares.



Anos 60 - *Membros da UESCA* em Macapá

Fonte: <http://porta-retrato-ap.blogspot.com.br> - acervo: Carlos Nilson

³⁹ Guilherme Jarbas Barbosa de Santana. Depoimento cedido a CEV/AP, em 21 de agosto de 2014.

O depoente foi um dos poucos militantes que não foi preso, devido a sua proximidade com a Prelazia Católica de Macapá:

“ – Você anda com quem?” “ – Eu ando com o fulano...”. Bastava citar o nome que eles recolhiam. Então aqueles ligados às entidades estudantis, eles todos foram realmente presos. O único que não foi preso foi eu, porque eu tinha uma proteção da igreja, do bispo Dom Aristides Piróvano. Eu era da Juventude Estudantil Católica, e havia um movimento, eu tenho até essa foto da discussão aqui no Cine João XXIII, da Juventude Estudantil Católica, onde eu fiz um rebate a uma agressão que o padre Antônio sofreu por parte do Ribeirinho. O padre Antônio, numa solenidade, em vez de cantar o hino nacional, ele pediu que rezassem o pai nosso. E eu prestei uma solidariedade ao padre Antônio, afinal eu vivia ali com os padres. Então, eu fui chamado pelos padres, pelo Dom Aristides que eu deveria ser da Prelazia, que eu estava sendo cassado por esse Capitão Fontenelle. E eu fiquei até aliviar a barra. Eu acabei não sendo preso. O único dirigente de entidade que não acabou preso por causa dessa proteção.⁴⁰

Além de todo esse aparato repressivo militar e policial para conter o movimento estudantil, Josias Nogueira Hagen Cardoso, em seu depoimento à CEV-AP, enfatizou conteúdos e métodos autoritários nas escolas públicas do Território Federal do Amapá para manter o controle sobre os estudantes e repelir manifestações estudantis contrárias ao regime, conforme trecho a seguir:

Naquela época nossa atividade estudantil era um tanto restrita porque todos os estabelecimentos de ensino no Território eram de propriedade do governo, de modo que era difícil fazer uma campanha que não afetasse o governo. E você que estudava na escola do governo terminava se prejudicando. [...] eu, o Nestlerino (Valente), o Aroldo Franco, Celso Saleh, Adelbaldo Andrade, Jair Farias, Messias Tavares, Alopécio Franco, uma série de estudantes abraçavam a política estudantil. Quando começamos, a gente era penalizado. Quando tomávamos alguma iniciativa ou medida que esbarrasse no governo, com certeza seríamos punidos.⁴¹

Os critérios que muitos professores e diretores escolares⁴² utilizavam para qualificar

⁴⁰ Guilherme Jarbas Barbosa de Santana. Depoimento cedido a CEV/AP, em 21 de agosto de 2014.

⁴¹ Josias Nogueira Hagen Cardoso. Depoimento cedido à CEV/AP, em 19 de setembro de 2014.

⁴² No Amapá, durante a vigência do Território Federal, dada a importância que a educação pública passou a ter para a consolidação da política territorial, o cargo de Diretor de Escola era considerado uma função estratégica para a administração pública, vinculado diretamente ao Governador.

um estudante como subversivo, conforme o depoimento de Fernando Canto, eram os mais variados e muitas vezes absurdos: *“O referido professor [Mário Quirino] propagava que todo cabeludo e barbudo era subversivo e eu estava incluído por usar cabelo grande”*. Na impossibilidade de resistência física, organizada, armada; o corpo, o comportamento, as atitudes instrumentalizavam o inconformismo.

O professor Mário Quirino disse-me que era agente do Serviço Nacional de Informações e mostrou-se brutal no tratamento a mim dispensado, o que gerou discussão, quase motivando minha expulsão do colégio, cogitada por ele, o que não aconteceu graças à intervenção da orientadora. Afinal eu estudaria o último ano do curso de Contabilidade.⁴³

Em seu depoimento Josias também discorre sobre as primeiras medidas repressivas direcionados aos estudantes amapaenses logo após a instalação da ditadura no país, em 1964.

A CIA já estava dentro do país informando, ninguém podia fazer nada que tudo era comunista. Quando estourou a revolução de 64 todos fomos apanhados. [...]. Eu participava da JOC, Juventude Operária Católica, que teve um trabalho no Amapá de denominar o nome dos bairros de Macapá. Nessa época só chamavam Igarapé e foi mudado para Perpétuo Socorro e no Beírol surgiu o Santa Inês. A JOC passou a fazer o enfrentamento e os militares diziam que os padres eram brancos por fora e vermelhos por dentro. Então fomos presos e veio para cá uma Comissão Sumária e passou a fazer interrogatórios de todas as pessoas que tinham sido presas ou informadas pelo SNI ou suspeito de serem contra os interesses da Revolução.⁴⁴

Pelo depoimento acima, percebe-se que o movimento estudantil local não pode ser entendido apenas como reflexo das correntes em disputa dentro da UECSA. Assim, é importante destacar as organizações da juventude católica amapaense, que surgiram no início dos anos 1950, tiveram papel de destaque dentro do movimento estudantil: Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Estudantil Católica (JEC) e a Juventude Operária Católica (JOC). Conforme destacou Randolfe Rodrigues: *“[...] a JEC [Juventude Estudantil Católica] foi a única organização estudantil que ensaiou uma resistência ao golpe de 64, promovendo pichações*

⁴³ *Resistência*, Belém, maio de 1980.

⁴⁴ *Ibidem*

contra os militares, produzidas a partir de cera das velas das igrejas católicas. ⁴⁵.

Além das organizações da juventude católica, que acabaram tendo uma atuação com maior liberdade, comparada à vigilância que o governo estabelecia na UECSA, Josias também menciona, assim como Nestlerino Valente, as constantes trocas de informações entre o movimento estudantil local e o nacional, o que denota a grande circularidade entre seus membros, levando os militares a intensificarem a repressão ao movimento estudantil local. Em linhas gerais, pode-se afirmar, fazendo-se as devidas ponderações às características locais, que a repressão ao movimento estudantil amapaense atuou no mesmo sentido do ocorrido em âmbito nacional, objetivando aniquilar qualquer resistência ao regime. O fechamento da UECSA, dos grêmios estudantis e das demais instituições que congregavam estudantes, do golpe até o AI-5, em 1968, demonstram que a repressão política foi intensa no sentido de frear esses movimentos no Amapá. No caso da UECSA, somente em 1986 será retomada, com a realização do seu XII Congresso e da eleição de Walmir do Carmo para sua presidência.

Por outro lado, isso não foi impeditivo para que uma crescente juventude amapaense, mesmo com a precariedade com que as informações circulavam em todo o Território e do monopólio estatal dos poucos canais de comunicação existentes, também encontrasse caminhos de diálogos e se mantivesse próxima das inspirações e projetos vividos pelos demais jovens de outros cantos do país e do mundo, construindo outras estratégias de resistência que não aquelas observadas por suas representações estudantis. Os estudantes expressavam sua resistência contra o autoritarismo realizando feiras culturais, círculos de leitura e discussão, cursos, seminários, saraus artísticos, sem contar os inúmeros atos de indisciplina escolar que iam da gozação, da paródia, de caricaturas anônimas à depredação de bens de professores autoritários.

Portanto, os anos 1960 e início dos 1970, foram de amadurecimento de uma juventude que impulsionou uma produção artística genuinamente amapaense, principalmente musical e

⁴⁵ RODRIGUES, Randolfe. "A participação política dos estudantes amapaense: da fundação da UECSA ao golpe de 64". In: OLIVEIRA, Augusto e RODRIGUES, Randolfe (orgs.). *Amazônia, Amapá: escritos de história*. Belém-PA: Editora Paka-Tatu, 2009.p. 134.

literária, que refletiram não só a crítica política, social e econômica ao regime, mas também ao programa de desenvolvimento imposto pelo governo brasileiro aos Territórios Federais.

2.6. Modos de Resistencia

A cidade de Macapá era o centro econômico e concentrava a maior parte da população do Território Federal do Amapá. A dimensão demográfica⁴⁶, a estrutura cultural, social e política moldada em base tradicional, não permitia o florescimento de uma resistência explícita e organizada contra a ditadura militar, e qualquer manifestação nestas condições provavelmente estaria inviabilizada, dada a impossibilidade de anonimato e, por consequência, de organização política de oposição nos moldes em voga nos centros definidores do poder nacional.

No entanto, esta aparência provinciana, pacata, ordeira e submissa da sociedade amapaense escondeu uma resistência que teve seus momentos de claro enfrentamento, de organização, mas que foi, sobretudo, uma resistência que surgiu nas frestas da máquina ditatorial, às escondidas, disfarçada de molecagem, de artes, de músicas, de silêncios, de recusas e afirmações; uma resistência nem sempre consciente, porém, indicativa de uma luta de indivíduos e grupos para sobreviverem livres e autônomos em uma condição opressiva e castradora.

Como já apresentado anteriormente, o episódio de oposição direta mais marcante do período aconteceu logo nos primeiros dias do novo regime, em 12 de maio, explodiu uma rebelião na Guarda Territorial, sob o comando de Uadih Charone, que se recusou a cumprir ordens de prisão enviadas pelo governador Terêncio Porto. Hélio Pennafort, descreveu assim os primeiros momentos do levante da Guarda Territorial:

Foi pelos meses de abril/maio de 1964, plena época pós-revolucionária, que o então Território do Amapá viveu dias de agitação em consequência de um levante recheado de lances melodramáticos. O ponto culminante foi quando a Guarda Territorial (atual Polícia Militar), comandada pelo Tenente Uadih Charone, rebelou-se contra o governador, chegando ao ponto de ensaiar um cerco à Residência Governamental, onde todo o primeiro escalão estava em permanente e solidária vigília⁴⁷.

Seja como for, um enfrentamento assim tão explícito e aberto como foi a rebelião da

⁴⁶ No ano de 1960 a população variável por pessoas em domicílio (urbano e rural), se apresentava no quantitativo de 68.688 segundo senso demográfico do IBGE. Fonte: www.sidra.ibge.gov.br

⁴⁷ PENNAFORT, Op. Cit., 1992, p.50.

Guarda Territorial não mais se observou no curso da ditadura militar no Amapá, pelo menos conforme dados e documentos colhidos para elaboração deste relatório. De um modo geral, as resistências eram mais simbólicas que físicas, e se efetivavam mais significativamente no âmbito cultural.

Com a prisão de Charone e de estudantes, o governador Terêncio Porto criou um clima propício para uma intervenção militar mais efetiva, apoiada pelo comando da 8ª Região Militar, sediada no Pará. Savino era muito próximo da Prelazia Católica de Macapá, mais especificamente, do bispo Dom Aristides Piróvano. Durante sua prisão na fortaleza, o capitão Fontenelle, através de informações cedidas pelo bispo, fez um levantamento completo da vida do líder estudantil. Os suspeitos de conspirações, a partir de então, foram constantemente vigiados e a qualquer momento poderiam ser presos para prestar depoimento perante as autoridades. Segundo João Francisco Cardoso Neto (o Bolero), mencionado em algumas oitivas como um possível agente do SNI no Amapá, qualquer atitude vista como suspeita era motivo para detenção policial.

O Savino foi líder estudantil na época! Eu não sei se ele apanhou, mas ele era desses de bagunçar! Ele não tinha medo não dos militares! [...] Ele tinha alergia a cabeludo, o Ivanhoé. Não entrava cabeludo na sala dele! [...]. Mas eles eram assim, esse pessoal da revolução. Eu achava o seguinte, não existiu esse negócio de pau-de-arara, que eu garanto para vocês [...]. E por causa do cara fazer manifestação [...]. Aí prendia o cara e chegava a passar até 24 horas como foi o caso do Bonfim Salgado.⁴⁸

Foi só no período em que o general Ivanhoé Gonçalves Martins (abril de 1967 a outubro de 1972) governava o Amapá que a oposição ao regime se rearticulou e começou a ser tornar visível. Nesta época a oposição cresceu mais solidamente, ocorrendo uma intensa efervescência cultural expressa em festivais de música, organizações da juventude laica e religiosa, manifestações artísticas de diversas naturezas e matizes, que começou a fugir ao controle e a incomodar o regime.

⁴⁸ João Francisco Cardoso Neto (Bolero). Depoimento concedido à CEV/AP, em 29 de agosto 2014.

Um grupo de jovens saía de bicicleta, quase sempre à noite, para quebrar placas de sinalização, lâmpadas de iluminação pública, apedrejar órgãos públicos, depredar veículos oficiais. Estes atos eram considerados pelas autoridades locais expressões de vandalismo, mas, também, podem ser vistos como formas de resistência e de afrontamento ao poder estabelecido. Segundo Raimundo Simões Nobre, participante da Juventude Oratoriana do Trem (JOT)⁴⁹:

a gente se reunia na JOT [Juventude Oratoriana do Trem] em uma sala da paróquia da Igreja de Nossa Senhora da Conceição [...]. Éramos supervisionados pelo Padre Vitório Galianni, que apesar de descontente com a situação brasileira, preferia e até nos aconselhava a se preocupar com o futebol, esportes e lazer, mas fechava os olhos quando discutíamos aqui e ali alguma coisa de política. Não propriamente de política, mas a gente gostava de rock, jovem guarda, Beatles, Elvis, cachaça, calça boca de sino, cabelos grandes, e a polícia, especialmente, o delegado Oscar que era magrinho e enrugado e apelidamos ele de “Calo Seco” e o delegado Uchôa, meu tio, perseguiam a gente sem quê, nem porquê. Um dia decidimos aprontar. Quebrar placa de rua, lâmpadas de poste e apedrejar a Central de Polícia que ficava ali onde é o BANAP [Banco do Estado do Amapá] hoje. Saíamos pelo menos uma vez por semana para estas incursões até a nossa proeza máxima que foi quebrar todas as lâmpadas da pista do aeroporto. A coisa repercutiu muito e decidimos parar com aquilo [...].⁵⁰

Meton Jucá, em depoimento à CEV-AP, lembra que dentre as formas de resistência estavam as pichações noturnas nos muros da cidade, realizadas pela juventude, camufladas pelo apoio de padres católicos, como o padre Caetano Maiello, que depois foi suspeito de ser o delator dos envolvidos nessas pichações.

Lembro que numa noite, nós, sentindo a necessidade de confrontar os militares reunimos com um padre que se chamava Pe. Caetano Maiello, lá onde funciona o dormitório dos padres do PIME, a Rádio Educadora, o jornal *A Voz Católica* e o Colégio Diocesano. De lá saiu a ideia de nós sairmos na rua pichando palavras de ordem, com frases contundentes contra os militares [...]. Isso foi em 1970 ou 1971 [...]. Quando nós resolvemos formar grupos, para sair na calada da noite pichando a cidade com aquelas palavras de ordem, nós procuramos o padre Caetano Maiello. E muito tempo depois, quando esses

⁴⁹ A Juventude Oratoriana do Trem era uma associação de jovens católicos, que funcionou entre os anos 60 e 70, fundamentalmente com fins recreativos, esportivos e culturais.

⁵⁰ Entrevista de Raimundo Simões Nobre, concedida a Dorival Santos, em 23 de fevereiro de 2000. In: SANTOS, Op. Cit, 2001.

grupos foram se desfazendo, por inúmeros motivos, a gente ficou sabendo que todo o pessoal que compunha os grupos, que foram presos, foi o padre que os entregou para o SNI.⁵¹

Os jovens manifestavam seu descontentamento com a sociedade autoritária, extravasando suas revoltas por meio de pichações e grafites nos muros de Macapá. Na impossibilidade da resistência organizada e armada, a resistência simbólica se efetua. Fernando Canto sintetiza assim o teor comum nestas manifestações: *“os grafites que chegam a Macapá carregam um gosto simbólico de medo, da explosão lírica de uma juventude tiranizada pela propaganda e dogmatizada paulatinamente por uma educação obscura no silêncio dos anos”*⁵².

Formado, sobretudo, por jovens moradores do bairro do Laguinho (dentre eles alguns estudantes do Colégio Amapaense) organizou-se um grupo autodenominado Clã Liberal do Laguinho, com o propósito explícito de discutir questões artísticas, religiosas e científicas, e que acabou incomodando o regime. A independência e criatividade com que o grupo funcionava se tornou intolerável no contexto repressivo, e foi cerceada violentamente com a prisão de importantes lideranças do Clã e com seu consequente esfacelamento. Fernando Canto, preso em razão de sua militância, recorda:

Eu participei juntamente com o João de Deus de todas as atividades do Clã Liberal do Laguinho, no período de 1972 e 73, e até se romper mesmo com auge da missão esdrúxula que aconteceu aqui no Amapá e Macapá que chamava “Operação Engasga-Engasga”. Mas, a gente era um grupo de jovens que tentava buscar além das atividades é... sociais e religiosas, que nós éramos ligados também muito à igreja São Benedito do movimento jovem, mas que não era o suficiente pra gente estender nossas próprias ideias e também nossas canções, e a gente reunia no Clã Liberal do Laguinho pra, no quintal do Pai do João de Deus, (inaudível) no lado do poço do mato, lugar muito aprazível, muito bonito, a gente se reunia lá pra se divertir e pra conversar, era tão interessante que até o programa de rádio ia ser transmitido direto de lá, e a gente ia.⁵³

Ainda que seus integrantes procurassem ressaltar que o grupo tinha apenas e exclusivamente preocupações artísticas e estéticas, isso não impediu que recaísse sobre eles o

⁵¹ Meton Jucá Junior. Depoimento concedido à CEV/AP em em 14 de fevereiro de 2014.

⁵² CANTO, Fernando. *Telas e quintais*. Macapá: Conselho de Cultura do Amapá, 1987, p.44.

⁵³ Fernando Pimentel Canto. Depoimento cedido a CEV/AP, em 02 de setembro de 2016.

peso da repressão. As expressões culturais promovidas pelo Clã Liberal do Laguinho representaram uma das formas encontradas pela juventude para lidar com as imposições do regime ditatorial. Não era a arte pela arte, naqueles tempos a experiência artística era também uma atitude política. O grupo tinha em torno de setenta componentes, muitos menores de idade, e promovia eventos musicais com letras autorais inspiradas pelos grandes nomes da música popular brasileira, como se observa no depoimento de João de Deus:

Na realidade nós começamos com os festivais de música [...]. Participava de festivais de músicas, participava de eventos sociais na própria Igreja Católica né, movimento jovem [...]. A gente tocava muito também, tocava, isso que reunia o povo. O violão e a música na realidade eram o elemento assim amplificador de tudo isso, né? E a gente já sabia algumas músicas que a gente tocava, como (inaudível) de Geraldo Vandré que a gente sabia e já tocava e o pessoal começava a entrar na onda, quer dizer, era proibido, e pô a gente sabe que hoje pra juventude a gente põe uma coisa proibida, da muito fina... transgredir, (risos) e a gente fazia muito isso sim, agora festivais de música valorizando inclusive as coisas daqui. Nós fizemos em 1971 parece que foi no festival, no chamado festival de música, com a música “Laguinho, Laguinho, Laguinho”, era do Odilardo, letra quilométrica do Odilardo Lima e falava dos valores do bairro, até hoje esse pessoal ainda canta [...].⁵⁴

A vitalidade e o dinamismo do grupo, as possibilidades de discussão de concepções de cultura e de sociedade, mesmo que a partir de sua produção artística, são chaves importantes para entender a forma com que o estado reprimiu seus integrantes. A seguir, Fernando Canto fala das prisões indiscriminadas dos membros do grupo ocorridas em meados dos anos setenta, e do enfraquecimento do Clã Liberal do Laguinho:

Nós não tínhamos universidade. Todo mundo tinha que ir pra fora estudar tanto que nós fomos, mas depois do “engasga-engasga” e também quando eu terminei o meu curso essencial em 1973 eu ia sendo expulso por causa disso, eu tive que ir embora daqui, eu fui preso. Toda hora a gente ia ser preso a qualquer motivo. A repressão era tão grande que a gente era marcado. A gente já sabia que se fizesse qualquer coisinha, andasse sem carteira de identidade, ia preso, um negócio que realmente revoltou muita gente, traumatizou de alguma forma, né? Até hoje a gente sente isso. Depois que a gente foi preso junto lá no exército, e os outros nossos companheiros estavam presos em Macapá, enjaulados lá, tanto que existe vários depoimentos e tudo mais. Mas agora, tu tava falando a respeito dessa formação intelectual que nós tínhamos. Não chegaram a levar livro meu e nem entrar em casa, o cara que foi me buscar foi o Amaury, o filho do seu Amaury [Antônio Farias] o subtenente R2 cheio de soldados armados com metralhadora [...]. A ditadura

⁵⁴ João de Deus de Souza Filho. Depoimento cedido a CEV/AP em 02 de setembro de 2016

tinha que ter um, um, bode expiatório, né? E no caso seria aqueles caras que tinham sido presos na época de 64, então vai lá, prende o padeiro, prende o Chaguinha, prende o Gurgel, prende o Isnard, prende o Odilardo, quer dizer, tudo isso é carta marcada, ao passo que eles estavam fazendo um tipo de atividades que se soube depois que não era exatamente um combate aos criminosos.⁵⁵

A faceta política implicada na articulação destes jovens do Clã Liberal do Laguinho em suas atividades artísticas e em seus encontros culturais pode ser percebida também no depoimento de Rui Gonçalves Lima que, recordando os primeiros momentos do grupo, deixa escapar que de fato o Clã Liberal do Laguinho constituiu-se em um importante foco da resistência à ditadura no Amapá:

Manoel Bispo, artista plástico e tudo, ele foi do primeiro, se eu não me engano foi o primeiro presidente do Clã Liberal do Laguinho [...]. Era interessante o movimento. Mas ali se reunia para debater mesmo alguns assuntos, debatia, conversava [...]. Principalmente política, questões mesmo do Amapá. Não era todo final de semana, mas todo uma vez por mês a gente fazia uma feijoada lá na casa do João de Deus, que ficava nas Nações Unidas, na rua de casa⁵⁶.



Clã Liberal do Laguinho (acervo Fernando Canto)

⁵⁵ Fernando Pimentel Canto. Depoimento cedido a CEV/AP, em 02 de setembro de 2016.

⁵⁶ Rui Gonçalves Lima. Depoimento cedido à CEV/AP, em 20 de fevereiro de 2014.

A Igreja Católica no Amapá, assim como em todo o Brasil, mantinha uma postura ambígua. Parte da cúpula era alinhada ao regime e parte dos clérigos paroquiais era claramente apoiadora ou simpática às manifestações de resistência ao poder ditatorial. Esse apoio era concretamente motivado em razão de injustiças praticadas contra a integridade física e psicológica de seus fiéis. As reuniões comunitárias patrocinadas por esses padres culminavam quase sempre com alguma discussão sobre as ações repressivas do Estado e as maneiras de enfrentá-las.

Porém, onde de fato se verificou essa resistência ao regime ditatorial no Amapá, no âmbito clerical, e até mesmo social, foi nos órgãos de imprensa da Igreja Católica, mais precisamente, na Rádio Educadora e no jornal *A Voz Católica*, lugares onde se abrigavam descontentes com a ordem estabelecida. Padres como Vitório Galianni, Caetano Maiello, Botan e Jorge Basile protegiam jornalistas, estudantes e artistas nesses órgãos, dando-lhes liberdade de expressão e proteção possível nas condições de um Estado repressor. Élon Martins, Odilardo Lima, Bonfim Salgado, entre outros, aproveitaram o espaço para destilar suas ironias claramente endereçadas ao regime. Bonfim Salgado, referindo-se jocosamente à Lei de Segurança Nacional, à tortura e à perseguição, escreveu neste periódico:

[...] é a lei. Olho por olho, dente por dente. Afinal, o que anda acontecendo? Quem souber que responda. Eu não sei. Observo e calo. Anoto numa agenda, que tão cedo não sairá do fundo da gaveta. É perigoso mostrar a agenda. Nada de abrir o jogo. Batuque. Mãe de Santo. Se der santo e senha, falo. Não deu santo e senha, calo. Rimou⁵⁷.

Outro exemplo da linha contestatória assumida pela *A Voz Católica* em algumas ocasiões foi a matéria publicada, em 14 de novembro de 1970, véspera do Dia da Bandeira, data importante no simbolismo do regime ditatorial militar, conforme trecho a seguir:

Muitos chegam mesmo a dizer que o mundo, que o Brasil, não tem mais conserto, que não adianta nada reagir. O melhor seria deixar como está para ver como é que fica. Engano meu amigo, um grande engano o teu. Temos esta experiência e tu podes fazê-la também [...]. Todos são uns covardes. A única coisa que os torna atrevidos é a timidez dos bons. Basta, porém, falar um pouco mais alto, basta levantar a cabeça, basta dizer umas poucas verdades e acabou-se a coragem deles. Hoje mesmo um amigo, um amigo me dizia que o Brasil é de quem grita mais [...].⁵⁸

⁵⁷ Jornal *A Voz Católica*, de 13 de dezembro de 1969.

⁵⁸ Jornal *A Voz Católica*, de 14 de novembro de 1970.

A partir de 1969, sob a influência dos inúmeros festivais de música que se multiplicavam pelo país, a sociedade local organizou os Festivais Amapaense da Canção, nos anos de 1969, 1970, 1971, e 1975. Estes eventos eram a oportunidade não apenas de extravasar através das letras e músicas a inquietação com a sociedade autoritária, mas, também como uma forma de congregação e de organização dos agentes da resistência. Mais do que canais de expressão artística, os festivais revelaram-se verdadeiros instrumentos de veiculação do descontentamento com o quadro social em que estava imersa. Os festivais catalisavam a energia contestadora, transformando-se em um espaço onde se discutia estética, ciência, literatura e, permeando tudo isto, a política. A música “Devaneio”, de autoria do jovem artista Fernando Canto, classificada em segundo lugar no IV Festival Amapaense da Canção, de 1972, é representativa nesse sentido, tendo sido censurada pelo regime.

Fernando Canto foi um dos mais ativos colaboradores dos festivais e revela que, apesar das informações sobre os grandes problemas e eventos nacionais e internacionais chegarem com um certo atraso, as novidades artísticas eram absorvidas e ressignificadas pela sociedade amapaense, como pode ser observado no trecho a seguir.

Embora existisse um certo isolamento cultural e morosidade nas notícias, estava sempre presente, com todo o apoio, a velha Rádio Difusora de Macapá. Dessa forma, os acontecimentos e mudanças socioculturais e políticas do ocidente de alguma forma influenciavam a criação musical de nossos compositores e poetas. Os temas mais cantados eram a guerra, a paz, o amor, etc. Nesse período os Beatles estavam ainda revolucionando o mundo com suas músicas maravilhosas. Havia a guerra no Oriente Médio, no Vietnã, na África. O homem havia pisado pela primeira vez na Lua. Movimentos guerrilheiros da América Latina e África eram fortemente massacrados pelo capital dos países ricos. Che Guevara partira para a Bolívia, e ali tombou. No Brasil a repressão política da ditadura militar fazia desaparecer presos políticos. Surgiram os assaltos a bancos por elementos pertencentes a movimentos guerrilheiros, apareceram sequestros de diplomatas. A retaliação do sistema se presenciava em massacres aos comunistas do MR-8. Escondia-se do povo a guerrilha do Araguaia.⁵⁹

As letras das canções, compostas quase sempre através do uso de metáforas e simbolismos, vez ou outra acabavam no crivo da censura. As músicas eram vistoriadas com meses de antecedência na Polícia Federal. Algumas canções ficaram anos sem poder vir a

⁵⁹ CANTO, Fernando. *Telas e quintais*. Macapá: Conselho de Cultura do Amapá, 1987, p.50.

público, outras até hoje são desconhecidas. No presente, alguns daqueles jovens de então relutam em confirmar sua adesão consciente e explícita aos modelos políticos e ideológicos contrários ao regime ditatorial. No entanto, foram protagonistas de uma forma de resistência bem coerente com o contexto e as características socioculturais da sociedade amapaense de então.

Outra forma de os jovens manifestarem seu descontentamento e manterem sua autonomia e liberdade de pensar, era em encontros cotidianos, em horários pré-estabelecidos e em locais alternados, para sintonizar e escutar a Rádio Cubana. Essa era uma prática de tal modo significativa para seus participantes que José Ribeiro da Conceição, guarda territorial e militante ativo do Partido Comunista Brasileiro, fugindo da repressão que desabou sobre os descontentes com o regime ditatorial, acabou indo parar em Cuba como radialista da programação em português de uma emissora naquele país⁶⁰.

Por fim, no que tange à resistência à ditadura civil-militar no Amapá, não se poderia deixar de mencionar o papel do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Ainda que jamais tivesse pregado o enfrentamento armado contra o regime teve a sua importância no movimento organizado de resistência no Amapá. O PCB funcionava em território amapaense desde pelo menos meados da década de cinquenta. Tinha importante inserção no meio sindical, especialmente, no sindicato da construção civil e no dos estivadores. São apontados como dirigentes ou militantes do partido: Francisco das Chagas Bezerra (Chaguinha), Jorge Fernandes Ribeiro (Jorge Padeiro), Osmar Nascimento, Nehemias Monteiro da Costa, José Mascarenhas, Altino Nasiaseno dos Santos, Francisco Gomes Pereira, Calixto de Moraes Acácio e Antônio Alexandre Gomes.

Era na seção Amapá do PCB que desaguavam e ao mesmo tempo fluíam as insatisfações e as resistências contra o regime. O funcionamento de um partido como o PCB pressupõe, sobretudo, em um contexto de ditadura, como condição indispensável o anonimato e, em uma sociedade como a amapaense, onde isto era quase impossível, o partido tornava-se extremamente vulnerável e só foi tolerado enquanto havia cobertura legal. Assim que as condições do autoritarismo se acirraram, o partido não conseguiu sobreviver organizado ao ano

⁶⁰ SANTOS, Dorival da Costa dos. *O regime ditatorial militar no Amapá: terror, resistência e subordinação 1964-1974*. Campinas: 2001, p.156. (Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual de Campinas.

de 1964. Seus principais dirigentes e alguns simpatizantes foram presos ainda na primeira semana do golpe, e continuaram – até pelo menos 1974 – sendo presos sempre que se suspeitava que alguma coisa estava sendo tramada contra o regime, eram os “bodes expiatórios” preferidos. Argumento acusatório das forças repressivas para a perseguição de descontentes ou opositores, a alcunha “comunista” marcou a existência de muitos resistentes, sendo eles filiados ou não ao partido.

2.7. Demissões de Militares e Servidores Públicos e de Cargos Políticos

Entre as ações repressivas de maior impacto da ditadura no Amapá, destacam-se as demissões a militares, servidores públicos e de pessoas que ocupavam cargos políticos dentro do Governo do Território Federal, que passaram a ser investigados, perseguidos, demitidos, transferidos e ameaçados. A criação, em 27 de julho de 1964, da Comissão de Investigação Sumária (CIS), que possuía autorização para, indiscriminadamente, devassar o serviço público e seus componentes, à cata de atividades “subversivas e antimilitares”⁶¹, serviu a esse propósito. A referida Comissão foi, inicialmente, composta pelo major Washington Mascarenhas, o contabilista Benedito Pedro Paiva e o delegado de polícia Lismar Leão Cardoso. Em seu relatório de agosto de 1964, a CIS indiciou e ordenou a prisão de aproximadamente vinte e três servidores que foram detidos, “nas masmorras da secular Fortaleza de São José pelo prazo de sessenta dias, sob a custódia da Guarda Territorial, que havia se tornado no Território do Amapá a presença armada e coercitiva do regime autoritário”⁶².

Concluídos os trabalhos, a expectativa era de dissolução da CIS. Todavia, ela foi recomposta, em 08 de setembro de 1964, ganhando ares de instituição e instrumento permanente de terror de Estado, constituída pelo advogado José Rufino Ribeiro, o promotor público Edson Gomes Corrêa e o servidor aposentado Floriano D’Horta Waldeck. De acordo com os estudos feitos pelo historiador amapaense Fernando Rodrigues dos Santos:

Com base nas averiguações da CIS, o presidente Castelo Branco, dia 07 de outubro de 1964, aposentava compulsoriamente um funcionário e demitia outros vinte e cinco do serviço público, sendo vinte por improbidade administrativa de variadas intensidades e os demais acusados de ações políticas anti-militar, como foi o caso do guarda territorial José Ribeiro da Conceição, de fato um contestador ideológico que, ao eclodir o golpe militar, desapareceu da região, sendo processado à revelia.⁶³

Durante todo o ano de 1964, e nos primeiros anos que se seguiram ao golpe, o governo territorial atuou intensamente para reprimir qualquer manifestação de resistência ao regime

⁶¹ SANTOS, Fernando Rodrigues. *Da autonomia territorial ao fim do jnanarismo (1943-1970)*. Macapá: Editora Gráfica O DIA S.A., 1998, p.155.

⁶² Ibidem.

⁶³ SANTOS, Op.cit., p.156

instalado, de modo que, no segundo semestre de 1967, as organizações classistas e partidárias praticamente inexistiam formalmente, a não ser em torno da estrutura partidária consentida, Movimento Democrático Brasileiro-MDB e Aliança Renovadora Nacional-ARENA.

A CEV-AP coletou vários depoimentos entre 2013 a 2017, dentre os quais, identificou-se que, durante o regime de exceção ocorreram demissões de funcionários públicos pertencentes ao quadro do antigo Território, vítimas de perseguições políticas cometidas por agentes a serviço da ditadura. Abaixo foram identificados alguns nomes das vítimas exoneradas do quadro do Território, porém, sabe-se que estes nomes representam apenas uma pequena parte do quantitativo de pessoas demitidas e exoneradas pelo regime autoritário no Amapá.

José de Ribamar Monteiro

José de Ribamar Monteiro foi um dos ex-servidores do G.T.F que perderam seus cargos públicos por perseguições políticas na ditadura. Antes de ser demitido do funcionalismo público, foi preso em Macapá e em Belém, em 1979, aos dezenove anos, por envolvimento com o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8) – organização política de esquerda da luta armada contra a ditadura militar. José de Ribamar relembra esse período como membro ativo do MR-8 em Macapá.

Eu fiz parte do MR8, Movimento Revolucionário 8 de Outubro. E então, nós tínhamos vários pensamentos, mas um deles era o que alentava o nosso, a nossa atitude que era justamente um país bom pra todo mundo. E eu garanto que o ar de democracia que se respira hoje, não só no Brasil, como principalmente em Brasília, foi fruto dos meus colegas⁶⁴

Ribamar, à época, mantinha contato com outros membros do MR8, através de rádio clandestino, meio de comunicação pelo qual os militantes do Amapá interagiam com os demais membros e ficavam sabendo do cenário político nacional, recebendo instruções de lideranças, como Vladimir Palmeira.

O pessoal daqui de Macapá quase todo...ele era militante na mesma vertente, sabe? Quando a gente às vezes viajava daqui se deslocava, era que a gente tinha contato com outros lá fora. [...] até Minas Gerais [...] do campo, mas a repressão era demais ai: “ – Olha fica lá e qualquer coisa a gente manda instruções pra vocês”. [...] nós tínhamos um amigo que ele tinha um rádio e

⁶⁴ José Ribamar. Depoimento concedido a CEV -AP, em 14 de agosto de 2014.

era através desse rádio que a gente...rádio de comunicação na época, não sei se existe, tipo assim como hoje é o Facebook, era uma rede social, aí ele recebia: “ – Olha tá acontecendo isso assim, assim”.

A relação de Ribamar com o MR8 e com o movimento estudantil incomodava as autoridades locais, resultando em várias prisões, na década de 1970, arbitrárias e sem registros formais, ou quando existiam tais registros eram extraviados, como se nunca tivessem acontecido.

Eu fui preso, mas os registros daqui foram queimados [...]. A gente ia preso sem comunicação [...]. Eu não posso provar nem que eu fui preso, não existe arquivo pra provar [...]. Eu era gato escaldado. Eu não saía a noite e mesmo se eu saísse eu corria o risco de ser preso. E naquele tempo não havia motivo pra gente ser preso, bastava que alguém dissesse: “ – Olha fulano ali é do contra⁶⁵

Ribamar também foi detido em Belém pelos agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) em visita a amigos na Casa do Estudante. Após esse período, já formado em técnico em contabilidade, ingressou no serviço público amapaense, por meio de concurso, para a Secretaria da Fazenda e Finanças do Território Federal do Amapá. Contudo, não pôde exercer suas funções, pois foi acusado de falsificar os documentos do concurso para investidura do cargo:

Está aqui olha! A minha carteira profissional assinada [...]. Quando eu assumi lá um pessoal me chamou e disse: “ – Olha rapaz tu passaste no concurso, né? Mas escuta o que vamos te falar”. Me levaram numa sala lá da assessoria jurídica do governo da Secretaria de Administração da Fazenda, e ai eles me disseram: “ – Olha tu passaste no concurso mas tu vai ter que seguir a linha aqui do governo”, ai eu disse: “ – Mas por que? ”, “ – Porque tu sabe que tu já fostes do contra”. “ – Eu sou concursado, não tenho que seguir a linha de ninguém, eu tenho a minha, por isso que fui militante”. “ – Olha o que tu tá dizendo”. Tudo bem, comecei a cuidar do meu serviço, eu passei na época, hoje, por exemplo, seria um programador de computador. Eles me chamaram lá e me disseram que a partir daquele momento eu não poderia mais ser servidor do Território porque eu tinha falsificado uns documentos, aí eu perguntei: “ – Quais documentos?”, “ – Não interessa, falsificaste documento”. E nesse momento, entraram mais um assessor jurídico, Zé Luís e mais o capitão Moura Vale. “ – Olha Zé, esse aqui é dos que batalhavam aí contra o governo e ele falsificou documento para entrar aqui”. Aí ele respondeu: “ – Bota na rua, bota na rua, não tem conversa não”, o capitão perguntou: “ – O que que ele ainda tá fazendo aqui?”. E eles disseram que eu falsifiquei um documento. “ – Eu quero ver esse documento que eu falsifiquei!

⁶⁵ José Ribamar. Depoimento concedido a CEV -AP, em 14 de agosto de 2014.

“– Você não tem que ver nada, pode se mandar daqui, senão já vai direto para Fortaleza, vai pagar tudo que já fez, caramba!”⁶⁶

Conforme a descrição acima, José de Ribamar foi exonerado do serviço público por falsificação de documento. Ainda tentou registrar uma queixa contra a administração pública na antiga Delegacia do Trabalho, objetivando reverter sua demissão, mas foi informado que como era contra o governo nada poderia ser feito.

Eu fui lá à Delegacia do Trabalho [...] o rapaz me atendeu lá: “ – O que está acontecendo?”. Ai eu disse: “ – Rapaz é o seguinte, eu estou demitido lá do governo” e o rapaz falou: “– Ah, é com o juiz, aguarda aí!”. Eu sentei lá, uma meia hora depois ele me chamou[...] era uma juíza, e ela era tida como muito severa, sabe? Rígida mesmo. Ela perguntou: “– Me conte o que está acontecendo!”. “– Olha eu passei no concurso do governo”. Conte a história pra ela. Ela botou a mão no queixo e disse: “– Mas meu filho, é contra o governo? Você não vai poder fazer nada. Sabe o que você faz? Vai atrás de outro emprego que é melhor”. Aí aquilo foi outra cacetada. “– Mas eu não tenho direitos?”. Ela disse: “– Você não tem direito a nada. Vá embora daqui, por favor!”.⁶⁷

Atualmente José de Ribamar aguarda resposta do processo de anistia e reparação financeira pelo Estado brasileiro, pelos danos morais causados e pelo tempo que ficou desempregado devido a perda do cargo público no ex-Território Federal do Amapá.

Claudio Carvalho do Nascimento

Cláudio Carvalho do Nascimento, em 1964, foi demitido de seu cargo de Superintendente de Serviços Industriais do T.F.A, pelo general Luiz Mendes da Silva. Segundo ele, a motivação de sua demissão foi por pertencer ao grupo político adversário ao governo.

Saiu no Diário Oficial minha exoneração e eu ainda fiquei uns tempos aqui. Não pude ficar muito tempo porque o general deu ordem, ordem mesmo, que era um governo revolucionário [...] que não desse emprego pra nenhum de nós. Então, eu ia ficar aqui passando fome, necessidade? O carro da polícia foi me buscar lá em casa com aparato militar, com armas, carro aberto pra desfilar na cidade como corrupto. Então, com metralhadoras. Eu fui preso na frente da minha esposa, meus filhos pequenos. Um constrangimento muito grande pra mim. Me levaram. Desfilei na cidade toda. Me levaram para

⁶⁶ José Ribamar. Depoimento concedido a CEV -AP, em 14 de agosto de 2014.

⁶⁷ Ibidem.

Fortaleza de São José de Macapá, me colocaram aqui nesse cubículo, eu fui o preso número sete. Tinha até número lá. [...] Todos que exerciam cargos de comissão de obras, chefes de pessoal, foram todos exonerados.⁶⁸

Claudio Nascimento foi levado para a Fortaleza de São José de Macapá e submetido a torturas psicológicas durante trinta dias sem poder ver sua família, sendo vigiado pelos Guardas Territoriais. Claudio afirma que, enquanto esteve preso, presenciou a queima dos arquivos das gestões territoriais passadas: *“Lá na Fortaleza eu assisti à queima dos arquivos do governo. Fizeram aquele monte de fotografias de todos os governadores [...]. Eles fizeram aquele monte e queimaram na nossa frente ali. Nós ficamos ali obrigados a assistir.”*⁶⁹

Luís Messias Tavares

O caso da demissão de Luís Messias Tavares, já falecido, foi relatado à CEV- AP, por sua irmã, Carmozina Tavares de Lima. Messias Tavares foi militante ativo do movimento estudantil e conduziu os estudantes a resistiram contra o regime militar no Amapá. Foi presidente e um dos fundadores da UECSA, o que chamava a atenção dos governantes da época, resultando em sua prisão na Fortaleza de São José de Macapá.

Meu irmão foi preso e quem levava comida pra eles na Fortaleza, por exemplo, o meu irmão, era eu. [...]. Porque era comunista (risos), como eles diziam [...] Ele não era comunista, porque nem havia esse partido comunista aqui, eu acho que nem havia isso. [...]. O meu irmão era agente de polícia. Ele perdeu o emprego. Também foi demitido. Na época, assim, foi um terror.⁷⁰

Após ter sido exonerado do cargo de agente de polícia, Luís Messias Tavares se formou em engenharia florestal, indo trabalhar em Belém, todavia as lembranças das prisões e das torturas nos tempos em que esteve preso na Fortaleza jamais saíram de sua lembrança, atormentando-o, provocando-lhe enfermidades mentais irreversíveis.

Meu irmão, com 25 anos, quando ele surtou, não teve jeito. A coisa que ele se lembra era só da prisão. Então ele teve um AVC, ele surtou, não teve psicólogo, não teve neurológico, não teve nada, apagou toda a memória dele recente, o arquivo dele apagou. Apagou e ele não conseguia mais constituir um arquivo novo. Ele ficou só com o arquivo antigo. Se você conversasse com

⁶⁸ Claudio Nascimento. Depoimento a CEV/AP, em 28 de agosto de 2014.

⁶⁹ Ibidem.

⁷⁰ Carmozina Tavares de Lima. Depoimento a CEV/AP, em 20 de março de 2014.

ele hoje, amanhã você voltava a conversar com ele, ele não lembrava que você tinha conversado com ele.

Leonel Nascimento

Em audiência pública realizada, no dia 10 de dezembro de 2013, que fez parte da programação dos 65 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, promovida pela CEV-AP, o ex-prefeito do município de Amapá, Leonel Nascimento, então com 91 anos, relata que foi alvo de perseguição política pela ditadura militar, durante o período em que exercia o seu mandato de prefeito, entre os anos de 1964 a 1975.

Segundo a narrativa de Leonel Nascimento houve perseguição de lideranças locais, principalmente pelo chefe de segurança pública do T.F.A, coronel José Índio Machado: *“A minha presença aqui, é para defender a injustiça que foi praticada na administração do comandante Henning, e praticada pelo Tenente Coronel José Índio Machado, e ficou comprovado pela justiça e pelo Tribunal de Contas da União”*⁷¹. De acordo com o ex-prefeito, houve um golpe para destituí-lo do mandato: *“Tiraram-me porque eu não apoiei politicamente o então governador”*, Leonel Nascimento se referia ao governador, o capitão de mar e guerra Arthur de Azevedo Henning (abril de 1974 a março de 1979).

À época, os prefeitos dos municípios eram indicados pelo governo militar do Território, com exceção da capital. Leonel antes de ser prefeito era auxiliar de engenharia civil, sendo indicado, posteriormente, pelo primeiro governador nomeado no Amapá em 1964: *“quem me indicou pra ser prefeito de Amapá para o general Luís Mendes, foi o Dom Aristides Piróvano, Bispo da Prelazia de Macapá”*⁷². Para justificar sua demissão arbitrária do cargo, Leonel Nascimento afirmou que o Secretario José Índio Machado forjou um incêndio na prefeitura do município de Amapá.

O coronel José Índio Machado [...]. Ele ficou mordido comigo. Então eu fui demitido [...]. Então, arranhou uns dois policiais, mandou pro Amapá pra tocar fogo lá na prefeitura, que era pra jogar a culpa em cima de mim. E aí criou um problema. Mas a justiça tomou conhecimento e mandou o avião com o comandante Juarez e outro deputado pra Belém e vim no outro dia, justamente porque ele pediu a verificação

⁷¹ Leonel Nascimento. Depoimento concedido a CEV/AP, em 10 de dezembro de 2013.

⁷² Ibidem.

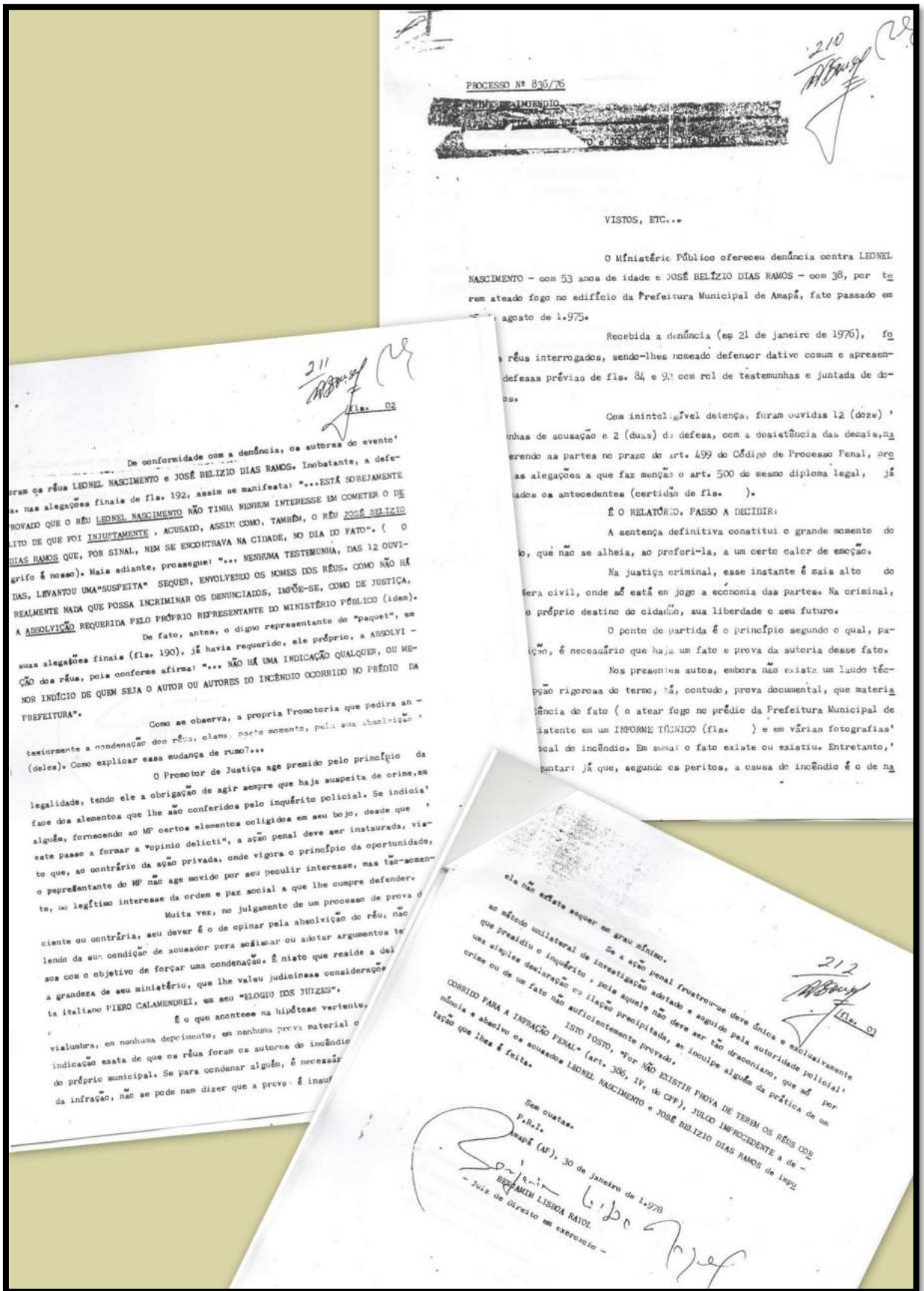
lá dos bombeiros do incêndio. Ele fez uma fantasia enorme, de uma coisa que foi bobagem, porque a própria chuva que tava dando não permitiu que o incêndio se formasse. Não houve incêndio, o que houve foi um documento lá que fizeram, mas jogaram toda a culpa em cima de mim.⁷³

Nascimento foi apontado como culpado por este incêndio na prefeitura de Amapá, resultando assim, na sua deposição, em 1975. Leonel Nascimento espera do Estado brasileiro uma aposentadoria de acordo com a função que desempenhara na época, e um ressarcimento financeiro e moral por ter sido destituído de seu cargo político:

A minha aposentadoria devia ser como prefeito do município de Amapá, governo, porque naquela época quando o gestor completava dez anos de serviço ele ficava como “dono” daquele cargo. E eu passei 11 anos, quatro meses e dois dias. Então eu tenho direito de ser aposentado com o ordenado de prefeito de Amapá na atualidade para haver justiça. E os meus prejuízos financeiros e moral, quem vai pagar?

Em 30 de janeiro de 1978 o processo contra o senhor Leonel Nascimento juntamente com o senhor José Belízio Dias Ramos foram julgados culminado com a absolvição dos réus pelo crime de atear fogo no edifício da Prefeitura Municipal de Amapá, na ocasião o Juiz de Direito em exercício Benjamim Lisboa Rayol ressalta a inexistência de provas ou qualquer indício de que os réus sejam os autores do fato ocorrido naquele município.

⁷³ Leonel Nascimento. Depoimento concedido a CEV/AP, em 10 de dezembro de 2013.



PROCESSO Nº 836/76

INCENDIO

VISTOS, ETC...

O Ministério Público ofereceu denúncia contra LEONEL NASCIMENTO - com 53 anos de idade e JOSÉ BELIZIO DIAS RAMOS - com 38, por terem atado fogo no edifício da Prefeitura Municipal de Anapá, fato passado em agosto de 1.975.

Recebida a denúncia (em 21 de Janeiro de 1976), foram os réus interrogados, sendo-lhes nomeado defensor dativo comum e apresentadas defesas prévias de fls. 84 e 92 com rol de testemunhas e juntada de documentos.

Com ininteligível detença, foram ouvidas 12 (doze) testemunhas de acusação e 2 (duas) de defesa, com a constituição das demais, na presença das partes no prazo do art. 499 do Código de Processo Penal, e as alegações a que faz menção o art. 500 do mesmo diploma legal, já considerados os antecedentes (certidão de fls.).

É O RELATÓRIO, PASSO A DECIDIR:

A sentença definitiva constitui o grande momento do processo, que não se alheia, ao proferi-la, a um certo calor de emoção.

Na justiça criminal, esse instante é mais alto do que na esfera civil, onde se está em jogo a economia das partes. Na criminal, o próprio destino do cidadão, sua liberdade e seu futuro.

O ponto de partida é o princípio segundo o qual, para condenar, é necessário que haja um fato e prova da autoria desse fato.

Nos presentes autos, embora não exista um laudo técnico rigoroso do termo, há, contudo, prova documental, que materializa a ocorrência do fato (o atear fogo no prédio da Prefeitura Municipal de Anapá) e em várias fotografias do local do incêndio. Em suma: o fato existe ou existiu. Entretanto, o que se discute é se o fato foi cometido por quem se aponta: já que, segundo os peritos, a causa do incêndio é o de natureza elétrica.

211
De conformidade com a denúncia, os autores do evento foram os réus LEONEL NASCIMENTO e JOSÉ BELIZIO DIAS RAMOS. Inobstante, a defesa nas alegações finais de fls. 192, assim se manifesta: "...ESTÁ SOBREVAMENTE PROVAO QUE O RÉU LEONEL NASCIMENTO NÃO TINHA NENHUM INTERESSE EM COMETER O DELITO DE QUE FOI INJUSTAMENTE ACUSADO, ASSIM COMO, TAMBÉM, O RÉU JOSÉ BELIZIO DIAS RAMOS QUE, POR SINAL, NEM SE ENCONTRAVA NA CIDADE, NO DIA DO FATO". (O réu LEONEL NASCIMENTO não tinha nenhum interesse em cometer o delito de que foi injustamente acusado, assim como, também, o réu José Belizio Dias Ramos que, por sinal, nem se encontrava na cidade, no dia do fato). Mais adiante, prossegue: "... NENHUMA TESTEMUNHA, DAS 12 OUVIDAS, LEVANTOU UMA "SUSPEITA" SEQUER, ENVOLVENDO OS NOMES DOS RÉUS. COMO NÃO HÁ REALMENTE NADA QUE POSSA INCRIMINAR OS DENUNCIADOS, IMPÕE-SE, COMO DE JUSTIÇA, A ABSOLVIÇÃO REQUERIDA PELO PRÓPRIO REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO (ideia). De fato, antes, o digno representante do "paquet", em suas alegações finais (fls. 190), já havia requerido, ele próprio, a ABSOLVIÇÃO dos réus, pois confere afirma: "... NÃO HÁ UMA INDICAÇÃO QUALQUER, OU MENOR INDÍCIO DE QUEM SEJA O AUTOR OU AUTORES DO INCÊNDIO OCORRIDO NO PRÉDIO DA PREFEITURA".

Como se observa, a própria Promotoria que pedira anteriormente a condenação dos réus, agora, neste momento, pela sua absolvição (deles). Como explicar essa mudança de rumo?...

O Promotor de Justiça age sempre pelo princípio da legalidade, tendo ele a obrigação de agir sempre que haja suspeita de crime, em face dos elementos que lhe são conferidos pelo inquérito policial. Se indícios, fornecendo ao MP certos elementos coligidos em seu bojo, desde que estes passem a formar a "opinio delicti", a ação penal deve ser instaurada, visto que, ao contrário da ação privada, onde vigora o princípio da oportunidade, o representante do MP não age movido por seu peculiar interesse, mas tão-somente, no legítimo interesse da ordem e paz social a que lhe cumpre defender.

Muita vez, no julgamento de um processo de prova científica ou contrária, seu dever é o de opinar pela absolvição do réu, não tendo da sua condição de acusador para socorrer ou adotar argumentos tendentes ao objetivo de forçar uma condenação. É nisto que reside a deliberação da grandeza de seu ministério, que lhe valeu judiciosas considerações do italiano PIERO CALAMANDREI, em seu "ELOGIO DOS JUIZES".

É o que aconteceu na hipótese vertente, em nenhuma prova material ou documental, em nenhuma declaração, em nenhuma indicação essa de que os réus foram os autores do incêndio ocorrido no próprio municipal. Se para condenar alguém, é necessário que se tenha prova da infração, não se pode nem dizer que a prova é insuficiente.

212
ela não existe sequer em grau mínimo.
so efeito unilateral de investigação abdicado e seguido pela autoridade policial que presidiu o inquérito, pois aquele não deve ser tão draconiano, que se perca a simples declaração ou ilação precipitada, se inculpe alguma da prática de um crime ou de um fato não suficientemente provado.
ISTO POSTO, POR NÃO EXISTIR PROVA DE TERREMOS OS RÉUS COMO AUTORES DO FATO, JULGO IMPROCEDENTE A DENÚNCIA E ABSOLVO OS ACUSADOS LEONEL NASCIMENTO e JOSÉ BELIZIO DIAS RAMOS DE TUDO O QUE LHEM É FEITO.

Sem custas.
P. Beliz.
Anapá (AP), 30 de Janeiro de 1.978
BRUNAMIR LISBIA RAYOL
- Juiz de Direito em exercício -

Documentos cedidos por Leonel Nascimento

Tenente José Alves Pessoa

Nos depoimentos concedidos à CEV-AP pelos filhos do tenente José Alves Pessoa, Tânia Mercedes Costa Pessoa e Luís Carlos da Costa Pessoa, são descritos os detalhes da perseguição política que seu pai e sua família sofreram, desde de 1964, até o seu falecimento, em 1979, bem como sua exoneração do Exército.

José Alves Pessoa nasceu em Natal, no Rio Grande do Norte, em 20 de março de 1903. Entre os anos de 1936 a 1942, tenente Pessoa serviu nas unidades militares de alguns estados brasileiros, como Amazonas (Manaus), Roraima (Porto Velho), Pará (Belém), Maranhão (São Luiz) e Amapá (Clevelândia do Norte, no município de Oiapoque) atuando como comandante no Tiro de Guerra. Em 1946, filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) no Pará, onde candidatou-se a deputado estadual, em 1947.

Com o Ato Institucional nº 01, de 09 de abril de 1964, imposto pelo Comando Supremo da ditadura militar no Brasil, foi exonerado dos cargos de delegado regional do Serviço Social da Indústria – SESI/AP e do cargo comissionado de superintendente de abastecimento do governo do T.F.A. Contudo, as perseguições políticas não cessaram. A partir de inquérito da Comissão de Investigação Sumária – CIS, e com a implantação do Departamento Militar no Amapá, o tenente Pessoa foi acusado de perturbador da ordem pública e comunismo, sendo desligado, arbitrariamente, do exército, em 09 de outubro de 1964.

Ele foi cortado paulatinamente, na questão do exército que ele foi considerado morto, chamavam de morto vivo; foi exonerado do SESI, ele era secretário da SAF, que hoje seria a Secretaria de Agricultura ou coisa assim. Então, ele foi perdendo tudo isso aí, foram cortando. Ele foi ficando isolado e massacrado. Hoje se chama *bullying*. Foi o que aconteceu. Psicologicamente ele foi ficando afetado, e como ele já era meio esquentado, começou a combater a revolução, mesmo não sendo militarmente, e sim com idealismo: falar, protestar, discursar. Aí, ele começou a ser preso.⁷⁴

Segundos os filhos, tenente Pessoa, sentindo-se injustiçado, passou a combater as perseguições do governo ditatorial de Luiz Mendes da Silva, refutando todas as acusações em

⁷⁴ Luís Carlos da Costa Pessoa. Depoimento concedido à CEV/AP, em 18 de fevereiro de 2014.

carta pública, de 21 de outubro de 1964, endereçada aos amapaenses: *“não sou corrupto nem ladrão. Não sou comunista nem subversivo!”*⁷⁵.

Tenente Pessoa pertenceu ao Clube dos Treze, grupo de amigos que se reuniam nos finais de semana para momentos de lazer. Porém, segundo relato de seus filhos, essas reuniões não eram bem vistas pelas autoridades, que consideravam seus membros subversivos. Inclusive, posteriormente, alguns de seus integrantes, visando vantagens políticas no governo de Luís Mendes, delataram o referido tenente como comunista:

Aqui em Macapá existia o Clube dos Treze e o papai pertencia a esse clube. Então, desse Clube dos Treze que eram amicíssimos nossos, ele chegou a revelar, esse pessoal. Eu não sei se por covardia ou pra se vingar de alguma coisa, armou um esquema pra denunciar ele: “ – Olha! Esse aqui é comunista!”. E eles ficaram por cima na Revolução e o papai sofreu todo esse tipo de punição!⁷⁶

Durante a vigência da ditadura, Tenente Pessoa foi repetidamente investigado e punido pelo regime por ter militado no PCB. Foi preso e interrogado na Fortaleza de São José de Macapá em diversas ocasiões. Posteriormente suas reclusões aconteceram em prisão domiciliar.

O que foi que aconteceu? Ele começou a ser preso. Começou a vim ministros aqui, prendiam ele. “ – Vai chegar ministro tal”, prendiam ele e levavam para a Fortaleza. Começou o tempo da Fortaleza. Ali onde é o Museu Joaquim Caetano, ali era a central, Delegacia de Polícia, e lá embaixo tinha um porão. Ele foi preso várias vezes ali. Eu fui levar comida pra ele de bicicleta várias vezes. Nem comida eles davam. Não deixavam nem a gente falar. Era assim que funcionava [...]. Numa vez veio um presidente, não sei se foi Costa e Silva, ele botou uma faixa escrita “vai de reto satanás”, aí prenderam ele e disseram: “ – Tu vais ficar em prisão domiciliar”. Ficava o carro da polícia na frente de casa.⁷⁷

Em algumas dessas prisões, tenente Pessoa era transferido para Belém. Durante esses percursos entre uma cidade e outra sofria com a tortura psicológica imposta pelos militares, que ameaçavam jogá-lo do avião no rio Amazonas. Essas detenções no Pará duravam em média vinte dias, em porões de um quartel militar chamado de Casa das Onze Janelas, sob o comando

⁷⁵ PESSOA, José Alves. “Carta aos meus amigos e ao povo do Amapá”. Macapá, 21 de outubro de 1964. (Arquivo Pessoal do Tenente Pessoa).

⁷⁶ Luís Carlos da Costa Pessoa. Depoimento concedido à CEV/AP, em 18 de fevereiro de 2014.

⁷⁷ Luís Carlos da Costa Pessoa. Depoimento concedido à CEV/AP, em 18 de fevereiro de 2014.

do Serviço Nacional de Informações (SNI). Em visita a Belém, em 2013, seu filho, Luís Pessoa, descobriu, acidentalmente, que seu pai esteve custodiado neste quartel:

Ano passado em 2013, eu fui naquela Casa das Onze Janelas, lá em Belém, aquilo ali era um quartel militar antigamente. O meu cunhado me levou lá e eu fui conhecer. Ele estava me dizendo: “ – Eu servi aqui e tal”, eu disse: “ – Foi? quando foi?”, “ – Na época da revolução”. Eu disse: “ – E como é que era?”, “ – Vinha uns presos, inclusive de Macapá”, ele dizendo “ – Eles ficavam ali, lá embaixo do porão”. Ele me mostrou. Eu disse: “ – Sabe quem vinha? Era o papai que vinha! [...] ele vinha meio estragado”. Um dia desse eu vi também que o Jinkings lá de Belém, que tem a livraria Jinkings, ele citou. Ele disse: “ – Olha, tinha um tenente que vinha de Macapá quase todo tempo”, ele citando isso e era o papai. Ele não lembrou o nome. Ele só citou que tinha um tenente que vinha de Macapá, e todo tempo eles se encontravam nessa Casa das Onze Janelas. E esse meu cunhado disse: “ – Olha, está aqui o porão que eles ficavam jogados”. Eu disse: “ – Como é que era?”, ele disse: “ – Isso aqui ficava isolado. Era o SNI que tomava conta dessa área”. Eu fui saber disso ano passado, pra você vê como são as coisas.⁷⁸

Até a sua morte, em 22 de outubro de 1979, ele permaneceu excluído do exército, sendo considerado oficialmente morto perante as autoridades e, somente em maio de 1980, sua família recebeu o comunicado oficial do seu processo de anistia política. Segundo seu filho:

Ele esperou a anistia em 1979, foi em agosto de 1979, ele morreu em outubro. E o decreto que o anistiou oficialmente em maio de 1980, ele já estava morto. A mamãe recebia uma pensão. Nesse período de 1964 a 1979 ele já era considerado como morto.⁷⁹

Em 07 de maio de 2015, depois de um longo processo na justiça, a Comissão de Anistia do Governo Federal concedeu a José Alves Pessoa a condição de anistiado político *post mortem* e uma “reparação econômica de caráter indenizatório, em prestação única pelo período compreendido entre 16.05.1966 a 28.08.1979, totalizando 14 períodos de perseguição política, destinada a seus sucessores”⁸⁰. Para os filhos, a perseguição política vivenciada pelo pai, e suas consequências para a vida pessoal e familiar, ainda é uma memória traumática. A busca pela reparação por parte do Estado brasileiro e os depoimentos concedidos a CEV-AP significam tentativas de lidar com esse trauma.

⁷⁸ Ibidem.

⁷⁹ Ibidem.

⁸⁰ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Relatório e Voto do processo de anistia e reparação econômica do Tenente José Alves Pessoa. DJULG/CJF/CGP/CA. Brasília, 07 de maio de 2015.

AOS MEUS AMIGOS E AO POVO DO AMAPÁ

Acabo de ser excluído das fileiras do Exército Nacional. Serei uma clamorosa injustiça, fruto da mais vil maldade humana.

Estou aqui nesta histórica região desde 1942. Vi este Território nascer. Todos me conhecem: homens, mulheres, velhos e crianças, notadamente a juventude, acostumada nos dias de festa nacional a ouvir minha voz rude de soldado, max. plena de patriotismo, incensivando o amor à Pátria estremecida e à defesa das instituições democráticas.

Durante vários anos, comandi o Tiro de Guerra 130, instilando na alma cristalina dos moços a honra, a dignidade militar, o sentimento do mal para o civismo.

Desafio a quem apontar, nesta terra, da minha parte, um ato subversivo ou uma atividade contra o regime.

Cometi erros, no passado. Também já paguei muito alto tributo. Encanei ao serviço do Exército e da Pátria. No campo da luta, a golpes de sudor e sangue atingi o oficialato, em 1942. Desde 1935, trabalhei verdadeiramente na fronteira da Bolívia, Peru, Colômbia e G. Franc. Foi reformado com cerca de trinta anos de serviço. Possuo medalhas de bons serviços, e nas de elogios individuais dos mais brilhantes e destacados oficiais desta República.

Mais de uma vez não vancei em fronteira de soldado.

Porque a fria Parca, não me quis tocar a fronte de soldado.

Não sou comunista nem subversivo!

Profundamente atirado, traumatizado pelo tremendo impacto, tenho vivências dramáticas.

Felizmente, não perdi a fé em meu católico, minha esposa, meus filhos, minha batalha, conseguindo dominar a fera acusada dentro de mim mesmo.

Olho o Cristo crucificado... Sempre pratiquei o bem. Nunca fiz mal a ninguém.

Os colossais libertados das nossas matas, realtem silenteiros aos seus pais. O qual Bruteiro ou Centinamo procurarei suportar os reversos da sorte, na pobreza do lar humilde, porém honrado, não há de falhar para os meus filhos. E aguardo a justiça de Deus.

Macapá 21 de Outubro de 1964.

José Alves P.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
COMISSÃO DE ANISTIA

REQUERIMENTO DE ANISTIA N.º 2002.01.0;
REQUERENTE : VALENTINA COSTA PESSOA
RELATOR : Conselheiro Marcello Lavenère A

MILITAR ATINGIDO PELO
MOTIVAÇÃO EXCLUSIVA
PROMOÇÃO DE DIREITO
ANISTIA ANTERIOR
ANISTIADO ANTERIORMENTE
PARCIAL. POLÍTICO

I - Aos militares punidos por motivos políticos será concedida a declaração de anistia política.

II - Trata-se de caso onde o "de" que teria direito, por meio de anistia política.

III - Pelo deferimento parcial do requerimento.

SEI / MJ - 0432928 - Relatório e Voto



3928

2002.01.07540



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DIJUG/CF/CGP/CA

RELATÓRIO E VOTO

Requerimento de Anistia n.º 2002.01.07540
Recorrente: Luíza Maria Costa Pessoa
Anistiando: José Alves Pessoa *post mortem*
Relator: Conselheiro Rita Maria de Miranda Sipahi

ANISTIA EX-MILITAR REPARAÇÃO ECONÔMICA
PERSEGUIÇÃO POLÍTICA COMPROVADA. PROVIMENTO
PARCIAL DO RECURSO.

O pedido é apresentado pela Sra. Luíza Maria Costa Pessoa, filha de José Alves Pessoa que pleiteia a reforma da decisão proferida pela Turma, deferida parcialmente.

II - Recurso Provido Parcialmente.

1. Trata-se de Recurso interposto por LUÍZA MARIA COSTA PESSOA (fls. 128/133 e 165/169), contra decisão proferida na 43ª Sessão de Julgamento que, por unanimidade, deferiu parcialmente seu Requerimento de anistia, em sessão realizada no dia 29 de março de 2004, reconhecendo o direito à declaração de anistia político "post mortem" de José Alves Pessoa e concessão da isenção do imposto de renda, sobre os benefícios recebidos pelas beneficiárias (fls. 68/72).

2. Insurge-se a Recorrente contra a decisão prolatada pela Turma que deferiu parcialmente o seu requerimento de anistia e pugna pela reforma do julgado, para que seja efetuada a mudança da patente pela declaração de anistia e pugnando a reparação econômica de caráter indenizatório e isenção do imposto de renda sobre os benefícios recebidos.

VALENTINA COSTA PESSOA, de
minhou a esta Comissão de Anistia requerime
arçada dos prejuízos causados pela demissão
Pessoa, das fileiras do Exército brasileiro, em
Informa que o "de agis" era Primeiro-T
quando fora atingido por Ato Institucior
de 09.04.1964).

anistia, a comissão da paz!

Documentos cedidos pela família do tenente José Alves Pessoa

2.8. Operação Engasga

O objetivo deste tópico é descrever uma manifestação particular de violência praticada por agentes do regime contra a população amapaense em geral, mas tendo como foco os suspeitos de subversão e desafetos políticos. A Operação Engasga, ou “Engasga-Engasga”, como ficou popularmente conhecida a Operação Militar, de 1973, no Amapá, foi uma ação de terror de Estado que produziu, no imaginário social, um medo generalizado, desdobrado em uma aversão ao comunismo, servindo como uma estratégia de controle e consenso.

O governo de José Lisboa Freire (novembro de 1972 a abril de 1974) foi marcado pela deflagração da Operação Engasga, que pode ser considerada o auge da repressão do regime ditatorial no Amapá, e que surge como um exemplo peculiar da realidade amapaense, ajudando a entender como, a despeito do poder de força envolvido pelos militares e forças policiais, para estabelecer o controle social e eliminar opositores, foi engendrado, também, um esforço de convencimento, no sentido de construção de um imaginário em que “comunistas” eram identificados como inimigos públicos. A retórica da existência de perigo comunista iminente, advindo da ação de elementos vis e perniciosos, servia para justificar socialmente a investida policial na cena pública e na vida privada dos suspeitos.

Em maio de 1973, algumas mulheres procuraram a Rádio Educadora São José de Macapá e a polícia para se queixarem de que haviam sido agredidas e submetidas à tentativa de estrangulamento por um homem encapuzado. Denúncias no mesmo teor foram se intensificando e, em junho, a população vivia um clima de pânico e de histeria. A tensão era agravada por estranhos cortes de energia elétrica, que coincidiam com saída de estudantes, no turno da noite, e com os ataques inexplicáveis. A proliferação de relatos sobre ataques disseminou, primeiramente, o pânico e, em seguida, uma busca de entendimento e significação para o que estava ocorrendo. Amalgamando aspectos fantásticos e tecnológicos, o imaginário popular começou a caracterizar os “engasgadores” como seres com superpoderes. Dizia-se que possuíam molas potentíssimas em seus calçados, capazes de impulsioná-los a mais de 10 metros de altura, por cima dos quintais, muros e casas. Dispunham de óculos especiais que lhes permitiam uma perfeita visão noturna e substâncias que os tornavam invisíveis.

Os “engasgadores” eram concebidos, em última instância, como entes dotados de poderes supra-humanos, comparados a entidades mitológicas que povoavam a mentalidade e a cultura da maioria dos amapaenses, tais como, o “curupira”, a “matinta pereira”, a “cobra Sofia”, “a mãe do rio” entre outros. Mitos esses inscritos muito além do folclore; na verdade constituíam-se em entidades organizadoras da vida comunitária. A despeito do pânico disseminado, nenhuma mulher chegou a ser assassinada ou gravemente ferida nestes ataques. Há relatos de vítimas que teriam tido pequenos ferimentos no pescoço, em razão de uma suposta luva coberta por uma lixa grossa que era usada pelo agressor ou agressores, muito embora não tenham sido localizados por esta comissão nenhum registro de ocorrências ou inquéritos policiais.

Como um complemento à narrativa do “engasga-engasga”, convém relatar dois outros acontecimentos, que ocorrem antes de maio de 1973, também sintomáticos da instrumentalização que os agentes da ditadura faziam do imaginário fantástico da população. O primeiro, em março de 1972, um boato correu entre os estudantes e suas famílias. Em Macapá, uma mulher loura andava distribuindo gratuitamente bombons envenenados. Diziam se tratar de uma comunista disfarçada que tencionava semear o germe da desordem social. Não é difícil perceber o impacto que esta notícia causou nas famílias dos estudantes. A polícia jamais apresentou oficialmente qualquer suspeita ou a conclusão das investigações, se é que foram instauradas.

O louro, ou a loura, não era um tipo físico comum, na época, no Amapá. Daí não ser uma interpretação despropositada ver nestes acontecimentos o uso instrumental pelo regime ditatorial da resistência da cultura tradicional e comunitária ao forasteiro, ao estranho que ameaça sua quietude e sua ordem. Este forasteiro pode ser tanto uma pessoa quanto uma ideia, um valor que ameace sua estabilidade. Neste sentido, tanto o comunismo, quanto o progresso eram ideias estranhas e ameaçadoras.

O segundo acontecimento ocorreu em novembro de 1972. Acalmados os ânimos da população em relação aos “bombons envenenados”, um novo boato colocava, novamente, sob tensão a sociedade amapaense. Macapá possuía na época uma única estação de tratamento de água. Segundo informações de integrantes do governo territorial, um dos tanques reservatórios sofrera um atentado, tendo sido contaminado com uma significativa quantidade de veneno

letal, capaz de matar milhares de pessoas em poucas horas, mas que, felizmente, havia sido descoberto a tempo pelas autoridades. Novamente os comunistas foram responsabilizados.

A permanência deste ambiente de boatos e com esse clima de tensão, atingiu seu auge com a proliferação do imaginário dos “engasgadores”. A Operação Engasga se valeu deste imaginário para legitimar uma intensificação da ação repressiva do Estado. Era necessário chamar, de algum modo, a atenção do centro de poder ditatorial para o “perigoso” Amapá. Segundo o depoimento de Meton Jucá à CEV-AP, foi então que, por volta de fevereiro de 1972, um plano começou a ser urdido no gabinete do secretário de segurança, coronel Índio Machado, assessorado por alguns oficiais da Polícia Militar do Paraná.

Havia aqui um cidadão que se chamava “Coronel Índio Machado”. Esse camarada é que tomava conta da segurança dos militares aqui de Macapá. E foi exatamente nessa época em que ele estava aqui, que ele forjou essa história do “Engasga-Engasga” para poder conseguir recursos, espaço e aval dos militares para criar aqui uma Polícia Militar. Esse movimento “Engasga-Engasga” foi um fator inventado pelos militares para criar aqui a Polícia Militar. Porque não havia Polícia Militar. A nossa polícia aqui era um ‘arremedo’ de Polícia Civil, e Guarda Territorial que funcionava lá na fortaleza [São José de Macapá]. Os policiais da Guarda Territorial eram uns militares muito brutos e truculentos que abordavam a gente na rua a peso de grito, de porrada, de coronhada⁸¹

No curso destas denúncias e neste clima de terror propagado, a polícia desencadeou uma intensa campanha persecutória e prendeu cerca de vinte e oito pessoas, não por coincidência, as mesmas – em sua quase totalidade – que haviam sido presas e torturadas nos primeiros dias de abril de 1964. O relato de Meton Jucá revela esse cenário de prisões indiscriminadas.

Volta e meia a gente estava preso. Era assim sem nenhuma explicação. Encontravam a gente na rua de noite: “ – Tá preso”. Levavam, botavam na delegacia. Se a gente estivesse no bar, na farra, andando na rua, pegavam a gente e levavam sem nenhuma explicação formal, sem nenhuma formalidade. Chegava lá tirava o cinto, a meia. Se tivessem alguma coisa no bolso, entregava. Naquele tempo todo mundo usava pente, lenço e meia. Faziam uma trouxa com aquilo, escreviam o nome da pessoa num papel e botavam em cima. No outro dia de manhã mandavam a gente embora [...]. Não tinha depoimento. Nada! Não tinha absolutamente nada! Era só para mostrar o peso, a força que eles tinham. [...]. Eu lembro de uma vez que nós estávamos bebendo ali pelas bandas do Mercado Central e chegou o “violino” que era o

⁸¹ Meton Jucá Junior. Depoimento cedido a CEV/AP, em 24 de fevereiro de 2014.

carro da polícia na época: “ – Bora, todo mundo preso!” “ – Por que? O que foi?” Chegou lá nesse porão que funcionava a DIC (Delegacia de Investigação e Captura) foi feita essa identificação. Pega nome e tal, o que tem nos bolsos e deixa lá. Nessa noite o Elson estava conosco. Era o Elson, era o Balofa, eu, o Mário Cruz..., enfim.⁸²

É possível perceber o horror pelo qual essas pessoas passaram, a partir da rememoração de Odilardo Lima, que ironicamente acabou tornando-se delegado de polícia, e na época era líder comunitário ligado à Igreja Católica e jornalista da Rádio Educadora. Lembra Odilardo que, ainda no mês de maio de 1973, época em que trabalhava como redator da Rádio Educadora, quando saía de um dia de trabalho em um final da tarde, foi abordado no pátio externo da emissora por uma equipe do aparelho de repressão composta pelo tenente Josemir, por Lourival Alcântara, representante do Serviço Nacional de Informação do gabinete do governador, o delegado Espíndola da Delegacia de Ordem Política e Social-DOPS e o policial João Cardoso Neto, o “Bolero”: “*o tenente Josemir me disse que o secretário de segurança [José Índio Machado] queria falar comigo*”⁸³. Estranhou o convite do secretário. Intuíu que não era verdade, mas desde abril de 1964, acostumara-se a ser inesperadamente interpelado e detido pela polícia. Odilardo Lima nem chegou a ir ao prédio da Secretaria de Segurança Pública, foi levado diretamente para a Fortaleza São José de Macapá, sem poder comunicar aos seus familiares o seu paradeiro.

Ao chegar à fortaleza, um soldado olhou para as suas alpercatas e comentou: “*Vejam só, é ele mesmo! Olhem como os pés dele estão sujos de barro*”. Só então percebeu que estavam querendo ligá-lo às recentes agressões que vinham sendo supostamente praticadas na cidade contra as mulheres. Segundo Odilardo, ele foi um dos primeiros presos a chegar ao porão que fica logo na entrada da fortaleza. Logo depois foram chegando pessoas conhecidas: João Capiberibe (irmão do atual senador João Alberto Capiberibe), Francisco das Chagas Bezerra (Chaguinha), Jorge Fernandes Ribeiro (Jorge Padeiro), Alexandre Fernando Ribeiro (filho de Jorge Padeiro), Isnard Lima Filho, Olivar Cunha, Paul Lerrouge, dentre outros. Passados dois dias da sua prisão, Odilardo, ativo militante da juventude católica, recebeu a visita do bispo de

⁸² Meton Jucá Junior. Depoimento cedido a CEV/AP, em 24 de fevereiro de 2014.

⁸³ SANTOS. Op.cit., p.74.

Macapá, Dom José Maritano.

Para falar com o bispo eles me mandaram para outro prédio. Ao atravessar a ala entre o porão em que eu estava preso e o prédio quente, vi o delegado Antero que estava selecionando correntes e cadeados e ouvi ele comentar qualquer coisa sobre Belém. Aí não dei mais um tostão pela minha vida.⁸⁴

A citação a seguir é importante por dar conta do tratamento recebido pelos presos da Operação Engasga e das marcas que esta deixou nessas pessoas.

abriram o porão e botaram todos de mãos para cima, chamando-nos de comunistas e terroristas. Aí fizeram a revista. Apertaram tanto meu saco que quase não aguento. Depois nos levaram para outra cela, aos poucos. Cinco degraus separavam o nível do solo do porão para onde fui levado. Na porta havia dois caras encapuzados. Um sujeito me empurrou e fui aparado na porrada. O Isnard Lima e o Capiberibe estavam apanhando. Apanhavam lambadas de arame, socos e pontapés, com as perguntas e os palavrões. Fui torturado durante duas horas. Depois nos manietaram com arame e corrente. Eu fui manietado com arame. Havia um caminhão do exército nos esperando. Nos jogaram lá como se joga porco. Quando me atiraram lá, o arame começou a cortar meus pulsos. Aí eu fiquei de um jeito que não cortasse as veias. Antes disso, nós fomos encapuzados e levados para uma sala. Lembro-me que chamavam pro cara que estava nos interrogando de coronel. O carro nos levou até o aeroporto. Nós continuávamos encapuzados e foi lá no aeroporto que o vento levantou meu capuz e eu pude ver o caminhão e um C-47 da FAB. Eles ameaçaram jogar a gente lá de cima. No avião encontramos outros presos, estes acorrentados. Mas aí que entrou o comandante do avião. Ele discutiu com o cara do exército que havia nos levado e disse que no avião quem mandava era ele e que não iria se responsabilizar pela morte de ninguém dentro da aeronave. Depois mandou afrouxar o arame e tirar o capuz.⁸⁵

Transferidos para Belém, os presos, entre eles uma das mulheres acusadas da distribuição de “bombons envenenados”, foram encaminhados para a 5ª Companhia de Guarda, sediada no Forte do Castelo. Levaram-lhes comida: carne em conserva, ovos, arroz e feijão. Na primeira noite, chegou o sargento Uberdan Matos, conhecido de Odilardo, da época em que o preso serviu como cabo no 2º Batalhão de Infantaria de Selva. Odilardo afirma que o sargento Uberdan aproximou-se meio desconfiado, e lhe perguntou o que tinha acontecido: “ – Não sei, estou nesta canoa ... ”⁸⁶ respondeu. Pouco mais tarde surgiu um homem à paisana que, pela

⁸⁴ Ordilardo Lima. Entrevista. In: *Resistência*, Belém, maio de 1980.

⁸⁵ Ordilardo Lima. Entrevista. In: *Resistência*, Belém, maio de 1980.

⁸⁶ Ordilardo Lima. Entrevista. In: *Resistência*, Belém, maio de 1980.

deferência com que foi tratado pelo guarda, levou Odilardo a concluir que se tratava de um oficial. Foi justamente este homem que reiniciou as humilhações e sevícias:

mandava a gente levantar os braços, deitar, levantar... ninguém dormiu. Quando íamos cochilando eles batiam com a bota no chão de madeira. Lá pelas tantas começaram a chegar soldados curiosos que nos xingavam e afirmavam que seríamos jogados na Baía de Guajará, com pedras amarradas nos pés. Eu tremia todo de puro esgotamento. O pessoal também.⁸⁷

Transcorrida uma semana da chegada a Belém, os presos foram separados. Uns ficaram no Forte do Castelo, outros foram conduzidos ao Quartel do 2º Batalhão de Infantaria de Selva. O critério provável para esta seleção, segundo entende Odilardo, era o grau de comprometimento com as ideias de subversão à ordem ditatorial⁸⁸. Separado o “joio do trigo”, iniciou-se um longo e penoso interrogatório que se prolongaria por vários dias com indagações sobre a vida privada, sobre as atividades políticas e sobre a vida militar de Odilardo. Os presos foram mantidos muitos dias nesta rotina de interrogatórios constantes e de violências cotidianas, até que as condições do encarceramento comesçassem a ser abrandadas:

deixaram a gente tomar banho de sol e almoçar com os soldados e daí a cinco dias nos libertaram. Um oficial moreno disse que a gente era hóspede oficial do governo e que passaríamos para os alojamentos dos soldados e que poderíamos sair a qualquer hora, mas chegar antes das 22 horas e dizer onde íamos. Começamos a sair e procurávamos passar o tempo todo fora. Ninguém tinha interesse em voltar ali. Aquilo tinha-nos deixado com os nervos sensíveis. Tomávamos cachaça no Ver-O-Peso, com peixe frito, e emprestávamos dinheiro de conhecidos nossos. Tenho um tio que ficou apavorado quando me viu. Ele é reformado da marinha e ficou com medo de ser comprometido. [...] íamos para a casa de uma parenta do Capi e telefonávamos [ao quartel] avisando que dormiríamos fora. [...] Haviam se passado vinte e cinco dias, desde que chegamos em Belém até a nossa partida. Um dia chegou o aviso pra gente se arrumar. Um carro do exército levou-nos para o avião, do mesmo tipo que viemos pra Belém, e regressamos a Macapá. Voltou todo mundo.⁸⁹

O depoimento abaixo, de Alexandre Fernando Ribeiro, é bastante impactante, ao demonstrar como a Operação Engasga foi a inflexão da perseguição política, com aumento

⁸⁷ SANTOS. Op.cit., p.77

⁸⁸ “Ao que tudo indica os mais suspeitos ficaram no Forte do Castelo: eu, Alexandre, Jorge, Fernando Ribeiro, Paul Lerrouge. O Alexandre tinha sido baleado pela polícia de Macapá, dentro da casa dele, e passou mal com aquela rótula... havia mais o Capiberibe e um epilético.” In: SANTOS, Op. cit., p. 77.

⁸⁹ SANTOS. Op.cit., p.79-80.

expressivo no número de prisões. Através dele é possível a reconstrução do terror vivenciado, sobretudo, por aqueles que foram presos por essa operação em Macapá e conduzidos coercitivamente à Belém.

Em 1973 na crise do Engasga [...] nós fomos levados pra Belém daqui [...]. Eu fui algemado no avião, papai também foi algemado. Eu fui no avião num teco-teco, digamos um teco-teco, e eles foram, me parece que, num búfalo da FAB. Porque papai, Fernando (que é meu irmão), Periquito (Raimundo Pereira Duarte), filhos do Periquito, alguns deles, o Tupã, inclusive. Outras pessoas... uma infinidade de pessoas. Fomos levados para aquele forte, não sei qual é o nome da companhia ali no Ver-O-Peso [...]. Então chegamos lá, foi aquela comitiva. Como era muita gente, umas pessoas foram lá para o CPOR (Centro de Preparação de Oficiais da Reserva). Eu estava numa situação crítica porque eu havia levado um tiro. Eu havia perdido muito sangue. Eu estava recém operado e fui colocado lá e aí me chamaram. Chamavam de um por um para dar depoimento. As perguntas mandadas pelo senhor secretário de segurança, na época, parece que era o Ivan [...]. E havia uma imensidade de insanidade, perguntas malucas, extrapoladas [...] uma coisa sem nexos, coisa de gente doida. Aí faziam perguntas. Aí terminava esse vinha outro, você pensa que você ia folgar vinha outro, conta tudo de novo. [...] eles queriam caçar uma agulha dentro de um palheiro, porque não sei como é que alguém podia achar alguma coisa dentro de um mundo fantástico de coisas, de pergunta sem nexos. Por que isso aí? Eu acho que esse secretário, ele tinha forjado alguma coisa para jogar culpa no pessoal que já tinha fama de comunista e tal, visando o que? Desestabilização. Então vamos pensar por esse lado, desestabilizar o que? A ordem. Por quê? Criaram um movimento aqui que havia um camarada, estrangulava mulher e saía pulando cerca. Ora, então seria um maníaco? Tudo bem. Um maníaco, ele tinha cabelo grande, usava barba grande e tinha unhas grandes e ele tinha uma facilidade para sumir. [...]. Mas era fantástico como aquilo desestruturou, tirou a paz, saiu da rotina a cidade de Macapá, sabe?! Então, eles queriam pegar alguém para jogar essa responsabilidade para alguém. Para ver se alguém encaixava naquela carapuça. Só que quem estava colhendo o depoimento era pessoas de credibilidade, era agente, tenente do Exército, suboficiais. O que se dizia estava anotado.⁹⁰

Alexandre lembra como sua a família foi afetada pela Operação Engasga. Seu pai foi à falência em seu empreendimento de panificação pouco tempo depois de ter sido preso e acusado de sindicalismo subversivo atrelado à ideologia “esquerdista comunista”, e por sua hipotética participação no “engasga-engasga”. A população deixou de consumir seus pães, pois

⁹⁰ Alexandre Fernando Ribeiro. Depoimento cedido à CEV/AP, em 12 de fevereiro de 2014.

acreditava que estavam envenenados. Alexandre, com mencionado anteriormente, foi aquele atingido por um tiro em uma das pernas, fato remorado por vários depoentes.

A maranhense Carmozina Tavares Lima, na época ainda adolescente relembra o episódio em que Alexandre foi baleado e preso.

Aí em 73 no “Engasga-Engasga”, levaram todas as pessoas que supostamente eram comunistas, que moravam aqui. Elas foram presas. O filho do seu Jorge, o Alexandre, foi baleado. O rapaz estava dormindo, aí quando foi ver aquela confusão todinha: “ – Engasga-Engasga!”, ele se levantou e correu para o quintal para ver o que era, aí atiraram na perna dele. Quando ele foi preso, para Belém, que eles foram presos para lá, ele foi baleado e só foi socorrido da bala lá em Belém. Foram amarrados, em 73, ao invés de colocarem algemas, colocaram arames. Eles foram no avião transportados com arames nos braços.⁹¹

Carmozina Tavares corrobora com a afirmação de que o cotidiano da população foi profundamente afetado por esta operação. Ela foi esposa de Isnard de Lima Filho, bacharel em direito e poeta, autor de obras como: *Marabá azul*, *Rosas para a madrugada*, *Memórias de um cárcere* e *Poemas para um amor cigano*. Esta última foi censurada e quase todos seus exemplares foram recolhidos no dia de seu lançamento por suposto conteúdo comunista. Abaixo descreve o cenário do medo vivenciado pela população amapaense, comentando, também, sobre as prisões de seu marido no prédio que hoje é o atual Museu Histórico Joaquim Caetano da Silva:

Ser PM (policial militar) já era um poder e com essa autoridade de 64 o poder cresceu. Eles deixaram de ser só um representante de poder, o poder quadruplicou, eles podiam tudo. Você não podia falar. Se você reclamasse você ia preso. Era a “lei do cala boca”, ficar com a boca calada. E as pessoas que estavam próximo de você tinham medo de se aproximar. Porque se você é considerada comunista e eu ando com você, eu vou ser comunista. Até isso, você começar a ter uma separação social, você tem uma separação social. Poucas pessoas ficaram assim depois de 73, só aqueles amigos mesmo fieis ficaram junto com o Isnard, formavam aquele grupo. Mas muitos que frequentavam a nossa casa, que se diziam, eram poetas, e eu também não condeno, até porque quem tem família tem medo. Era uma coisa assim, não é como hoje que se você pega uma pancada você vai na televisão, você vai no rádio, você reclama, você passa no e-mail, todo mundo sabe, e aí você consegue agrupar um grupo de pessoas pra te defender ou pra dar uma opinião favorável a você. [...]. Aí quando prendiam o Isnard, levavam pra lá, então tinha um porão, aí ele gritava, porque ele tinha uma voz pra berrar, ele

⁹¹ Carmozina Tavares Lima. Depoimento concedido à CEV/AP, em 21 de fevereiro de 2014.

barrava de lá, a tia Valquíria ouvia. Aí coitada, ela ia chorando, ia atrás do Petcov. Petcov era um advogado que tinha aqui, ou atrás do Cícero Bordalo pra ir tirar ele de lá.⁹²

José Lúcio Pereira, presidente da associação dos guardas territoriais, ingressou na hoje extinta Guarda Territorial, em 1973, no auge desta operação. Em depoimento concedido à CEV/AP relembra este clima de terror vivenciado pela população amapaense dos anos 1970, conforme trecho a seguir:

Na época a vítima, era a sociedade em si. Todas aquelas pessoas viviam aquele clima como se fosse uma guerra, [...] seis horas da tarde todo mundo fechava as janelas e portas, pregavam portas, pregavam janelas com medo da situação. Então, não tinha uma pessoa assim para dizer hoje: “ – Hoje eu estou com medo das pessoas que engasgam”. Era a sociedade em si que ficava temerosa, e até hoje as pessoas ainda o tem como se fosse um momento de pânico, e não buscaram ainda. [...]. Teve vítima sim, só que a gente não tinha como chegar lá. Eu pelo menos não cheguei um dia, assim, a socorrer uma daquelas pessoas, entendeu?⁹³

A importância deste depoimento é indicar que agentes da repressão não acreditavam na existência real do engasgador (ou engasgadores). Conforme José Lucio, em nenhum momento de suas diligências essa figura que despertava o terror da sociedade amapaense foi avistada ou apreendida pelas forças policiais. Rui Gonçalves Lima, técnico judiciário do Tribunal de Justiça do Amapá, relembra o impacto social da Operação Engasga:

O “Engasga-Engasga” se tornou essa psicose, né? [...] tinha esses acontecimentos, [...] mais assim a noite, quando as pessoas saíam do colégio [...] desligava a energia, apagava, dava aquele apagão na cidade. Aí, depois começava aquele corre-corre, as viaturas andando, correndo, e as pessoas dizendo que estavam engasgando. Espalharam uma onda de boataria [...] e aquilo ali aterrorizava todo mundo. Aí, as pessoas já viam qualquer movimento estranho, qualquer uma pessoa olhando, correndo, ou então, aí já tinha aquele pânico na cidade.⁹⁴

O testemunho de um personagem que integrou o sistema repressivo, João Francisco Cardoso Neto, o “Bolero Neto”, como é popularmente conhecido, que atuou como 3º escrivão do Dops, na época do “Engasga-Engasga”, apresenta uma das teorias explicativas para o

⁹² Ibidem.

⁹³ José Lúcio Pereira. Depoimento cedido a CEV/AP, em 12 de novembro de 2014.

⁹⁴ Rui Gonçalves Lima. Depoimento concedido a CEV/AP, em 20 de fevereiro de 2014.

empenho das autoridades na operação, vinculando o “Engasga- Engasga” à criação da Polícia Militar:

Esse “Engasga-Engasga” foi uma história que implantaram aqui para criar a Polícia Militar. Isso aí foi quase que notório [...] veio o coronel Gentil Almeida Campos lá do Rio Grande do Sul para fazer esse movimento e criar a polícia [...] isso nunca saiu da minha cabeça⁹⁵.

Ainda segundo o depoente, uma das justificativas empreendidas pelos militares para a utilização do “mito” dos engasgadores, era o fato de que com a criação da Polícia Militar eles poderiam ascender na carreira e aumentar seus soldos, equiparando-os aos agentes de Polícia Federal. Parte dessa elite, mais diretamente ligada ao aparelho repressivo, entendia que a Guarda Territorial não atendia mais a organização, a cientificidade e a profissionalização necessária para uma moderna ação coercitiva.

O depoimento de pessoas ligadas ao aparelho repressivo diminuem o significado e a abrangência da Operação Engasga. O fato é que ela, embora não oficialmente reconhecida, permanece viva na memória de quem a vivenciou, em Macapá. Este processo pode ser compreendido como algo muito maior do que somente o uso do aparato policial e militar para reprimir e prender supostos terroristas e comunistas. Ela deve ser entendida, também, como uma política de estado para a disseminação de boatos e instalação de um clima de terror social generalizado.

Pelo menos em um aspecto os militares acertaram, conforme documentos internos do Partido Comunista Brasileiro, colhidos pelo Projeto Brasil Nunca Mais – e custodiados no Arquivo Edgard Leuenroth –, desde o final da década de cinquenta, Chaguinha, Jorge Padeiro e Nehemias Nascimento⁹⁶ eram importantes lideranças do partido no Amapá. É importante notar que, logo após a prisão e envio para Belém de um número expressivo de pessoas acusadas de serem “engasgadores” e “comunistas”, os ataques cessaram. Esta relação, embora possa ter sido lida por alguns, à época, como prova da culpabilidade dos acusados, hoje parece indicar que os objetivos da “Operação Engasga” tenham sido atingidos: tirar de circulação efetivos ou

⁹⁵ João Francisco Cardoso Neto. Depoimento cedido a CEV/AP, em 29 de agosto de 2014.

⁹⁶ Nehemias Nascimento não foi citado por nenhum dos depoentes, não tendo sido possível identificá-lo.

potenciais opositores do regime e disseminar um clima de desconfiança, tensão e medo na sociedade.

Algumas perguntas teimam em inquietar as mentes das pessoas que sofreram neste episódio: Por que esta encenação? Quais as razões de sua montagem? Os depoimentos e indícios coletados pela CEV-AP parecem indicar que agentes da repressão entenderam a operação como forma de se conseguir a militarização da polícia no Território e controlar a população pelo medo.

Deve-se considerar, entretanto, no que se refere à afirmação de que a *Operação Engasga* foi arquitetada pelos militares e pelos agentes de repressão no Amapá como uma forma de justificar a necessidade de criação da Polícia Militar, que o processo de militarização da polícia é uma das marcas do regime em âmbito nacional. Um exemplo disso é que, desde 1972, os Territórios Federais de Roraima e Rondônia já haviam iniciado as articulações para a substituição de suas guardas territoriais por policias militares, o que permite supor que, mais cedo ou mais tarde, este processo também ocorreria no Amapá, como, de fato, aconteceu em 26 de novembro de 1975.

Saber o que se passava na cabeça dos construtores da Operação Engasga ainda é um desafio. A ausência de documentos oficiais sobre o ocorrido e a recusa de seus principais protagonistas em se manifestarem, produziu muitos apagamentos e silenciamentos. A ausência de documentos oficiais (considerando-se a destruição massiva de fontes históricas do período, deliberadamente ou não) dificultam a comprovação oficial da Operação Engasga, entretanto, as oitivas realizadas pela CEV-AP são indícios fortes de sua existência. Daí a importância desses depoimentos, mais do que desvendar as razões que motivaram o surgimento de uma operação militar de cunho repressivo, estes possibilitam uma reflexão acerca da resignificação dada pela cultura local a tal acontecimento e do uso do medo como instrumento de controle pelo regime.

Mesmo que se considere a hipótese de terem concebido um plano, simplesmente, como mais um recurso de intimidação e difamação dos opositores do regime, ou então como estratégia para justificar e forçar o governo brasileiro a criar a Polícia Militar no Amapá (e, independentemente de ter sido arquitetada ou não por agentes da repressão), a operação foi decisiva para o desmantelamento da resistência à ditadura, deixando marcas profundas no

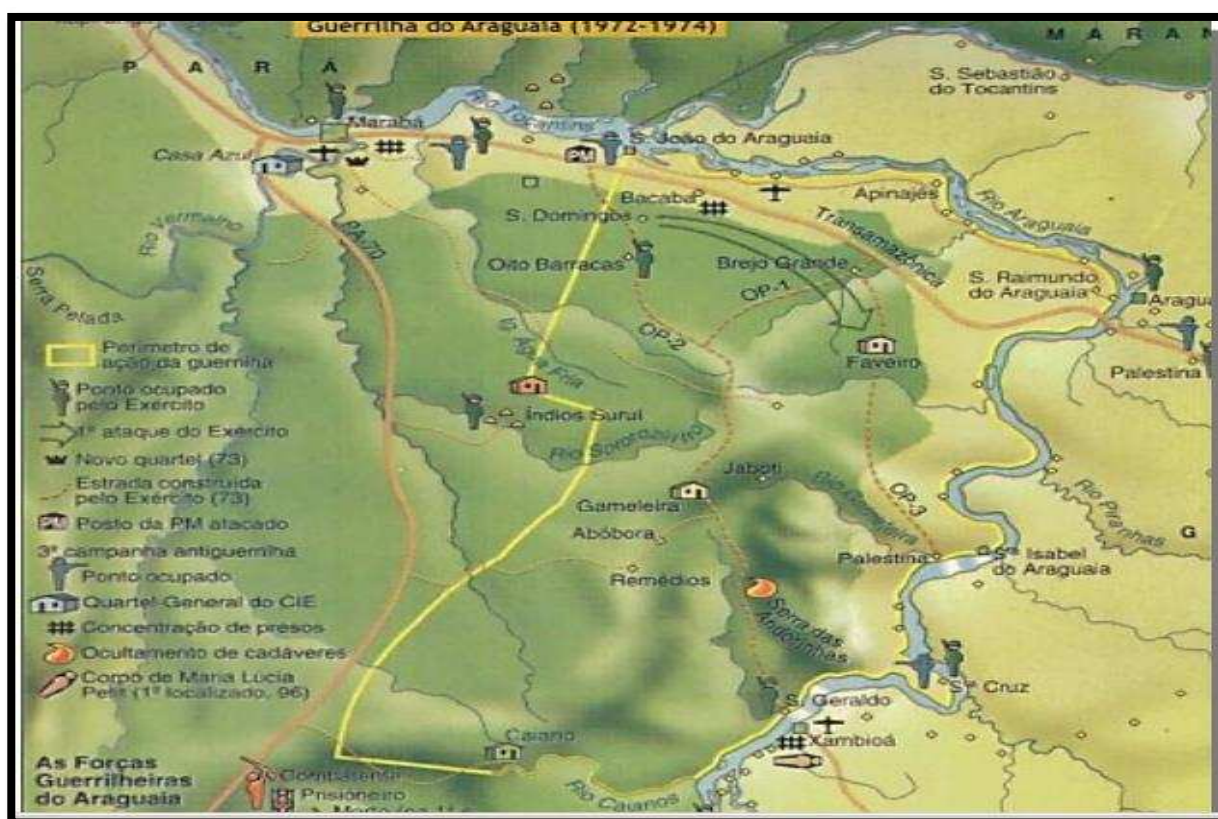
imaginário social amapaense, que permanecem vivas nas memórias das vítimas e de seus descendentes como experiências traumáticas que não passam.



Fonte: jornal Folha do Norte, 01 de junho de 1973.
Fonte: jornal Folha do Norte, 07 de junho de 1973

2.9. Amapá e a Guerrilha do Araguaia

A Guerrilha do Araguaia foi um movimento de resistência ao regime militar na região amazônica brasileira, ocorrido ao longo do rio Araguaia, no final da década de 1960 e na primeira metade da década de 1970. Organizada, preponderantemente, pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), foi severamente combatida pelas Forças Armadas, a partir de 1972, quando vários de seus integrantes já haviam se estabelecido na região, há pelo menos seis anos. O palco das operações de combate entre a guerrilha e os militares se deu às margens do rio Araguaia, próximo às cidades de São Geraldo do Araguaia, Marabá e de Xambioá, no Pará, no norte de Goiás (região onde atualmente é o norte do Estado de Tocantins) e noroeste do Maranhão, numa região conhecida como Bico do Papagaio. Cerca de dez mil militares atuaram em campanhas e operações de inteligência deflagradas a partir de abril de 1972. Para combater os militantes de esquerda, foram mobilizados vários destacamentos de soldados do Exército Brasileiro de diversos Estados. As perseguições aos militantes culminaram na morte e no desaparecimento de dezenas de pessoas, entre elas guerrilheiros, camponeses da região e militares, em circunstâncias ainda não devidamente esclarecidas.



Fonte: Comissão Nacional da Verdade

A partir do depoimento de Paulo Fonteles Filho a CEV-AP encontrou indícios da participação das Forças Armadas do antigo Território Federal do Amapá na Guerrilha do Araguaia. Para compreender o papel do Amapá como base de apoio do exército no combate à guerrilha, foram realizadas oitivas que só foram possíveis a partir da intervenção do Ministério Público Federal. O resultado deste esforço se materializou em três depoimentos, de Raimundo José da Silva Rodrigues, Valdim Pereira de Souza e um sob sigilo.

A oitiva com Paulo Fonteles de Lima Filho, membro da Comissão Estadual da Verdade do Pará⁹⁷, filho do advogado, ex-presos político e ex-deputado estadual assassinado, Paulo Fonteles de Lima, indica como o Amapá se inseriu no cenário obscuro de desaparecidos da guerrilha, principalmente, no que concerne a ocultação de cadáveres de guerrilheiros, na região da Oiapoque-AP, especificamente, na vila de Clevelândia do Norte, onde poderia ter existido um cemitério clandestino de guerrilheiros do Araguaia. Para Fonteles, este lugar poderia ser um dos destinos das ossadas da “Operação Limpeza” que consistiu em

retirada de ossadas no Araguaia [...] entre 1976 e 2004, eles [os militares] fizeram diversas “Operações Limpeza”, que é o seguinte: você tem aqui um sepultamento, você vai e retira e leva para um local ignorado, isso é que foram as “Operações Limpeza”. [...] Você precisa levantar as informações. Mas, é uma tendência muito forte. Primeiro porque nós estamos numa região afastada do país. [...] Então, essas bases que ficam, digamos assim, nos sertões brasileiros, em locais afastados precisam ser naturalmente trabalhadas essas informações. [...]. Mas, acho provável que o local sendo afastado, eles tenham feito isso. Por exemplo, na serra do Cachimbo há informação que ainda continuam lá os sepultamentos. Agora é isso, é um trabalho de pesquisa que vai exigir esforço, vai exigir dedicação, vai exigir que você faça um levantamento de toda essa memória.”⁹⁸

Buscando confirmar essas informações a CEV/AP colheu o depoimento de Valdim Pereira de Souza, um ex-militar, que atualmente reside em Macapá, e que serviu ao 52º Batalhão de Infantaria de Selva do Exército. Em 1976, foi enviado junto com as tropas ao conflito armado no Araguaia. O ex-combatente conheceu de perto o terror que pairava na região, pois foi motorista, entre 1976 a 1983, do principal comandante do Exército responsável pelas operações no Araguaia, o tenente coronel Sebastião Rodrigues de Moura, o “Major Curió”. Além de Curió, Valdim serviu de motorista para outros agentes da repressão, que circulavam

⁹⁷ A Comissão Estadual da Verdade do Pará foi criada pela Lei Estadual 7.802, de 31 de março de 2014.

⁹⁸ Paulo Fonteles Filho. Depoimento cedido à CEV-AP, em 02 de novembro de 2013.

sem uniforme, impossibilitando a identificação dos mesmos, que poderiam ser tanto civis quanto militares. Segundo ele, os mandantes das operações eram conhecidos como “doutores” e possivelmente pertenciam ao alto escalão do Exército.

O ex-motorista, à época com 19 anos, começou o seu depoimento revelando que presenciou várias prisões e torturas de guerrilheiros: *“A gente ouvia os caras sofrendo. A gente não sabia o que era. Para a gente eram inimigos. Você sabe como é que é na guerra. Na guerra às vezes morre gente inocente, eu acredito que muitos inocentes”*⁹⁹. Para Valdim a ditadura vitimou não apenas civis mas, também, muitos militares que nem sequer tinham noção do que iriam enfrentar nas matas do Araguaia, deixando marcas permanentes em suas vidas. Ele também se considera vítima das operações no Araguaia.

Eu acho que nós fomos mais vítimas do que as vítimas da época que se diziam vítimas, que hoje viraram todos autoridades. Então, eu não vejo eles como vítimas. Quem se tornou vítima fomos nós que fomos pegados pelo sistema para entrar numa briga que a gente não sabia o que que era.¹⁰⁰

As sucessivas operações de “pente fino”, como se referiu Valdim, ou “Operações Limpeza”, nas quais o Amapá estaria supostamente envolvido, foram realizadas de forma clandestina, por oficiais à paisana, com o objetivo de ocultar indícios e dificultar possíveis investigações sobre as mortes e desaparecimentos de guerrilheiros e camponeses na região.

Olha, o que eu fiquei sabendo da “Operação Limpeza”, até porque eu não sabia o que era, era para apagar os vestígios de guerrilha. Isso é o que eu entendi porque a gente ia muito para uma região chamada Bacaba do Quartel, e o Curió não vivia muito lá no quartel. Ele vivia lá para Brasília e quando ele chegava, me requisitava. Ele me pedia para eu ficar à paisana, eu era fardado, e ir num carro descaracterizado também, que era do DNER, do INCRA, qualquer carro. Não era carro caracterizado. Era descaracterizado, inclusive, sem placa.¹⁰¹

O que chamou a atenção no depoimento de Valdim Pereira foi a utilização de veículos de órgãos como o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) – substituído pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) – e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para o transporte dessas ossadas humanas enterradas nos cemitérios de Xambioá e Marabá, e em outros locais da região, onde os presos foram

⁹⁹ Valdim Pereira de Souza. Depoimento cedido à CEV-AP, em 13 de maio 2014.

¹⁰⁰ Valdim Pereira de Souza. Depoimento cedido à CEV-AP, em 13 de maio 2014.

¹⁰¹ Ibidem.

torturados e mortos, como a “Casa Azul”, localizada em Marabá, no Pará, às margens da Rodovia Transamazônica, para onde eram levadas as lideranças consideradas mais perigosos pelos militares.

Conforme seu depoimento, foram presos guerrilheiros em vários outros Estados da Amazônia, como Amapá, Roraima, Acre e Manaus. O Amapá participou ativamente no combate contra os “supostos” comunistas no Araguaia: *“Muitos militares daqui [Amapá] foram para lá [...]. Até porque aqui também tinha guerrilheiros. Aqui no Amapá também tinha suspeito. Foi preso gente aqui. Era em toda a região amazônica”*¹⁰². Clevelândia do Norte, segundo Valdim, funcionou, na época da guerrilha, como base de preparação dos militares para treinamento em selva, haja vista que os combates contra os guerrilheiros eram travados em matas fechadas de difícil acesso, e a base militar de Clevelândia tinha as condições perfeitas para a formação dos soldados combatentes: *“Ali não só era uma base militar. Era uma base de apoio [...]. Eu nem conhecia Macapá naquela época. Eu fui em Clevelândia, a gente passou quarenta dias e de lá a gente voltou pra Belém/Marabá novamente”*¹⁰³.

Valdim Pereira prestou esse mesmo depoimento, também em maio de 2010, ao Grupo de Trabalho Tocantins (GTT) – atualmente Grupo de Trabalho do Araguaia (GTA). Como ele, outros ex-militares e ex-mateiros que participaram da “Operação Limpeza” foram ouvidos pelo GTA, com objetivo de localizar o derradeiro paradeiro dos corpos. Essas revelações implicaram em retaliações contra sua pessoa por ex-agentes ligados à repressão. Essas perseguições começaram desde 1987, quando Valdim, já fora das Forças Armadas, decidiu fugir de Marabá, deixando para trás sua esposa e filhos.

No contexto da política territorial amapaense em relação à Guerrilha do Araguaia, a gestão do general Ivanhoé Martins, que apresentava uma imagem de refinamento político, também teve sua face truculenta. Foi durante seu governo que as forças policiais do Território Federal do Amapá começaram a colaborar intensamente com o exército no intuito de destruir a vizinha guerrilha do Araguaia. Como resultado desta colaboração vários camponeses foram torturados nos acampamentos do Departamento de Estradas e Rodagens do Território para

¹⁰² Valdim Pereira de Souza. Depoimento cedido à CEV-AP, em 13 de maio 2014.

¹⁰³ Ibidem

fornecerem informações sobre uma suposta base de apoio ao movimento guerrilheiro citado.

Fernando Portela, no livro *A guerra de guerrilhas no Brasil: a saga do Araguaia*, testemunha tanto o envolvimento do Governo do Território Federal do Amapá, quanto a participação de soldados amapaenses na repressão ao foco guerrilheiro:

A tortura foi sistemática. [No Amapá] como em Xambioá, cavaram-se buracos próximos ao acampamento e os homens foram pendurados de cabeça para baixo, amarrados com cordas em estacas enfiadas à beira dos buracos. Levaram empurrões, socos e choques elétricos. E havia um médico entre os “especializados”. Quando um homem desmaiava, recebia uma injeção para reanimar e sofrer bem consciente. [...] nessa época, um incidente abalou em definitivo as relações exército-PM. Um sargento da PM de Goiás dirige um grupo fardado que se encontra com tropas descaracterizadas do Oiapoque, do Comando de Fronteiras de Roraima¹⁰⁴ (sic). O sargento, que perdera um colega no dia anterior, num encontro com guerrilheiros, teve reflexo rápido: abriu fogo e matou um soldado do outro lado. Foi difícil evitar um massacre. Mas o exército jamais esqueceu o caso e as PM não voltaram a participar, como antes, do combate à guerrilha.¹⁰⁵

O Jornal *Nova Fronteira*, em sua edição de 15 de maio de 1992, numa matéria intitulada “Cidade relembra 20 anos do Araguaia” mencionou alguns nomes de amapaenses participantes da repressão aos guerrilheiros no interior do Pará:

O Amapá participou da repressão ao foco guerrilheiro enviando tropas do exército local para combater os chamados “comunistas” de Marabá. Alguns desses soldados, hoje, se encontram adaptados à vida civil, como é o caso do contador José Paulo Ramos, atualmente funcionário do Palácio do Setentrião; do assessor de imprensa da CAESA, Juarez Dantas e do vereador Pery Arquelau, do PT, que na época era eletricitista do exército.

Alguns desses amapaenses morreram em combate. Como é caso dos soldados “Cabral” e “Ovídio”. Este último foi morto por engano por um outro soldado, que o confundiu com um guerrilheiro. Ovídio não respondeu à senha combinada para aquele dia e acabou levando uma rajada de metralhadora.¹⁰⁶

¹⁰⁴ O autor equivoca-se, posto que, se trata de tropas do Comando de Fronteiras do Amapá. Fica evidente o lapso quando se cruza com informação imediatamente anterior: “tropas descaracterizadas do Oiapoque”, cidade amapaense.

¹⁰⁵ PORTELA, Fernando, *A guerra de guerrilhas no Brasil: a saga do Araguaia*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 1979, p.74-76.

¹⁰⁶ Jornal Novo Fronteira nº 214, Ano IX de 15/05/1992 - Cidade relembra 20 anos do Araguaia.

A morte desses soldados amapaenses ainda permanece como uma incógnita. Quando as pessoas rememoram o fato, que significou para elas uma experiência psicológica profunda, parecem praticar uma espécie de terapia, ao jogar luz sobre uma história que é pública e é também biográfica. Em depoimentos à CEV/AP, alguns se emocionaram e não conseguiram continuar quando lembravam das crueldades que se faziam presentes no combate à guerrilha. Fatos infames da guerrilha, como torturas, execuções, ocultação e eliminação de restos mortais, dificilmente serão confessados por quem os cometeu.

2.10. Mortos e desaparecidos

No que tange às graves violações de direitos humanos praticados pelo terror de Estado, excetuados casos dos soldados Cabral e Ovídio, mortos na região da Guerrilha do Araguaia por ocasião das operações militares contra militantes da resistência, esta Comissão não encontrou informação de nenhum outro amapaense ou habitante do Amapá que tenha morrido ou desaparecido em consequência de ações de agentes da repressão, o que não quer dizer que não tenham ocorrido outros casos.

2.10.1. Os casos dos soldados Cabral e Ovídio

O ex-soldado amapaense Raimundo José da Silva Rodrigues, o “Cabo da Silva”, atualmente professor em Macapá e sócio da Associação dos Ex-Combatentes da Guerrilha do Araguaia, foi ouvido pela CEV/AP. Em seu relato, contou sua experiência, entre os anos de 1972 e 1973, no Exército na Guerrilha do Araguaia, e chamou atenção para os fatos relacionados à morte de um militar amapaense, conhecido como “Cabral”, ocorrido em 1972, em Marabá PA. Segundo o depoente:

[...] nós íamos patrulhar baseados em informações de onde estavam os guerrilheiros, vinha informação e nós íamos ou de carro, ou de helicóptero, e quem descia primeiro do helicóptero pelo guincho era eu, no meu grupo, o GC, que era um Grupo de Combate que tinha um sargento e um cabo.¹⁰⁷

Cabo da Silva era responsável, juntamente com sua guarnição e com apoio da Polícia Militar paraense, de proteger as instalações do Incra e os maquinários das empreiteiras – utilizados na abertura da transamazônica em Marabá –, contra os ataques e as invasões de guerrilheiros: *“Nós tínhamos de atender as ordens explícitas do Exército, senão você ia preso mesmo!”*¹⁰⁸

O ex-militar afirmou, ainda, que, de 1972 a 1974, foram enviados mais de sessenta soldados amapaenses para o combate no Araguaia. Dentro desse contexto, o militar conhecido como “Cabral” foi vítima de “fogo amigo” (expressão eufêmica utilizada militarmente para descrever ataques de aliado a aliado, geralmente por erro de cálculo ou de interpretação).

¹⁰⁷ Raimundo José da Silva Rodrigues. Depoimento cedido à CEV/AP, em 02 de novembro de 2013.

¹⁰⁸ Ibidem.

Cabral foi confundido com um guerrilheiro e, por não proferir a senha da guarnição numa noite, seu companheiro, o cabo Nobre, ou 'Merendinha', acabou efetuando um disparo que o matou, conforme trecho a seguir:

Nós fomos guarnecer as maquinas, então nós nos dividimos, aliás, o sargento dividiu em duas partes o GC, em duas turmas e eu fiquei na primeira turma e a outra turma foi descansar. Então, lá pelas dez da noite, porque lá era tudo escuro, escuro mesmo, mesmo perto da clareira, eu e o Nobre que era o atirador oficial do grupo. [...]. O finado Cabral ficou atrás da lamina do trator, o soldado Matos ficou atrás do trator e o soldado Mira era o sentinela móvel, então houve um momento que o Cabral deu um toque na minha coxa, coxa com coxa, assim sabe, perna com perna me avisando, ai a backson era giratória e eu corri, a gente era treinado né, e eu corri fazendo a visão de 180°, isso girando a backson e coincidiu de eu ver o vulto que apesar de estar escuro, houve a coincidência de eu ver o vulto e o disparo do elemento que tava atrás de mim. O projétil passou perto de mim e atingiu o Cabral. Ele não falou nada, não disse a senha, eu acho que o merendinha pensou que era guerrilheiro mesmo e sobre forte tensão emocional ele atirou. Ele fez o disparo, o 762 entrou aqui e varou aqui atrás, e ai ele gritou: "Inimigo!". Ai eu destravei a backson, mas ninguém se manifestou, ai eu comecei a deduzir as coisas e disse: " – Poxa, foi o Mira", que era o único sentinela móvel. Eu comecei a focar, peguei a lanterna e comecei a focar, que eu olhei e vi o corpo, aí o Cabo lá pulou e viu o corpo e viu que era o Cabral, aí tocou o "auê", porque eles eram amigos de bola, era o Nobre (Merendinha) queria se suicidar na hora e a gente pra segurar.¹⁰⁹

O soldado Cabral, morto por engano, tinha um histórico de sonambulismo no alojamento militar. Segundo Cabo da Silva:

O Cabral era sonâmbulo, tinha havido um episódio no alojamento em que ele acordou e pegou o fuzil, quer dizer, ele supostamente acordou e queria atirar dizendo "inimigo, inimigo", os soldados pularam, pegaram a arma dele e ele acordou. Então, se presume que ele dormiu e subiu na "lagarta" do trator dormindo, e se assim foi, o Exército tem culpa porque ele não deveria nem ter servido.¹¹⁰

Cabo da Silva relatou que o corpo de Cabral ficou dois dias no necrotério de Marabá e, sem o tratamento adequado, acabou se decompondo: "*o pessoal não passava no quartirão onde o corpo tava porque ele já estava em estado de decomposição e a gente sentindo aquele*

¹⁰⁹ Raimundo José da Silva Rodrigues. Depoimento cedido à CEV/AP, em 02 de novembro de 2013.

¹¹⁰ Ibidem.

*cheiro horrível e não poder sair de lá, foi aí que veio um sargento e eu ajudei a soldar a urna, e a urna veio pra cá [Macapá] ”.*¹¹¹

A família do soldado Cabral procurou várias vezes o ex-militar Raimundo José da Silva, a fim de compreender realmente o que havia ocorrido de fato naquela noite e pedir para que Cabo da Silva prestasse depoimento alegando ser o Exército Brasileiro o culpado pela morte do combatente. Porém, este alegou que foi orientado por seus superiores a não desmentir seu depoimento prestado para as Forças Armadas, logo após a morte do soldado.

Então o Exército, imediatamente e praticamente, me obrigou a fazer um depoimento meio estranho. Os meus superiores estavam presentes. Evidentemente, o depoimento que eu fiz foi pra atender, guardar os interesses do Exército. Eu omiti o sonambulismo porque senão eu iria sofrer repressão. Porque se eu menciono o sonambulismo eu ‘queimava’ o Exército e eu não poderia ficar ‘queimado’.¹¹²

Outro caso semelhante de morte, supostamente, por engano envolvendo soldado amapaense, foi o caso de Ovídio França Gomes, de 27 anos. O militar atuava, pelo menos há cinco anos, no exército, e foi convocado para combater na Guerrilha do Araguaia. A notícia de sua morte pela família, em outubro de 1973, foi relatada a CEV-AP pela irmã Durvalina França Gomes que na época tinha 23 anos de idade.

Foi em outubro de 1973, e a gente não tinha notícia nenhuma, não sabia o que estava acontecendo. Não sabia de jeito nenhum notícia dele, a mamãe começou a se preocupar, aí passou outubro né, aí novembro, dezembro, janeiro, aí a minha mãe chorava quase que todo dia, assim, porque não sabia o que tinha acontecido e reclamava, aí quando foi em fevereiro, no dia 16 de fevereiro, logo cedinho, umas seis horas da manhã, bateram lá em casa. O pai foi atender, aí quando meu pai foi pra frente da casa, eu também fui atrás, né? aí disseram pra ele, “ – Olha, aconteceu um acidente com seu filho, com o Ovídio, e ele faleceu, e o corpo dele tá chegando dez horas da manhã, chegando em Macapá”. Assim, aquela notícia muito rápida, aí minha mãe e eu, começamos a chorar, gritar, me desesperei na hora, a mamãe perguntou “ – O que aconteceu?” aí eu disse “ – Mamãe eu tenho uma notícia pior que nós poderíamos receber, meu irmão faleceu!”. E aí foi só desespero, só desespero mesmo¹¹³.

Segundo Duvalina, as circunstâncias da morte do irmão não foram, à época e nem até o presente, devidamente esclarecidas pelo Exército. A família tomou conhecimento de possíveis

¹¹¹ Raimundo José da Silva Rodrigues. Depoimento cedido à CEV/AP, em 02 de novembro de 2013.

¹¹² Ibidem.

¹¹³ Durvalina França Gomes. Depoimento cedido a CEV/AP, em 01 de dezembro de 2016.

detalhas da morte de Ovídio por outros soldados presentes no local do ocorrido. Ovídio teria sido alvejado por outro soldado do Exército quando retornava para o acampamento, após uma inspeção em busca de alimentos, em uma região insalubre, com pouca luminosidade, de mata fechada e de difícil acesso.

A gente começou...a procurar saber como, porque ele morreu, o que foi? A gente não tinha informações, nenhuma, alguns amigos dele, que chegaram depois foi que falaram pra gente que eles passavam muito sacrifício. [...]. Lá nesse local, na mata, mata fechada, meio dia era como se fosse meia noite, os “caros”, como é que se diz? Os helicópteros do exército passavam em cima da mata e eles escutavam o barulho do motor e tal, mas eles não podiam aterrissar. Não tinha espaço, não podiam jogar nada porque ficava preso lá pelas arvores, então eles passaram muita fome, muita necessidade. Ele conta que eles andavam com plástico, quando o cansaço batia a noite, né, eles se enrolavam no plástico e dormiam por lá mesmo, na chuva, e quando eles chegavam em algum lugar assim que tinha aquelas roças antigas, cana, cana-de-açúcar, mamão, eles pegavam pra comer, pra irem se alimentando, eles passavam de cinco dias nessa..., andando no mato, depois voltavam pro acampamento, e lá um desses dias que ele foi, eles voltando pro acampamento, conta o rapaz, que fazia visita pra gente. Contou pra gente, que ele ia com um pedaço de um mamão na mão. Eles se identificavam com um lenço vermelho, amarrado com um lenço vermelho ou uma fita vermelha, pra que quando eles chegassem no acampamento eles fossem reconhecidos de longe, e ele ia com lenço e tudo. Então a gente imaginava assim, que a pessoa que estava lá, ficava uma única pessoa, eles estavam cinco dias andando na mata. Ele deveria estar apavorado, cansado, com sono, a gente não sabe. E quando ele deu sinal que eles estavam chegando, ele pegou a metralhadora e começou a disparar, ele ia na frente, atingiu logo ele, então ele fraturou tudo, mal a gente via o rosto, o resto estava tudo destruído.¹¹⁴

Contudo, os soldados que atuavam na Guerrilha do Araguaia eram orientados a manterem segredo das atividades militares na região, e as informações recebidas pela família, por colegas do pelotão de Ovídio foram vagas e contraditórias. À família restou apenas o consolo de receber um caixão lacrado com o corpo fuzilado de Ovídio. A dor da perda foi marcada pelo silêncio, mas jamais pelo esquecimento e pela busca da verdade e justiça: *“não permitiram na verdade que fosse aberta a urna pra gente ver o corpo. Já os amigos que*

¹¹⁴ Durvalina França Gomes. Depoimento cedido a CEV/AP, em 01 de dezembro de 2016

*contavam, né, que ele foi todo metralhado, que o rosto ficou ..., a cabeça não foi atingida, mas os braços foi fraturado o corpo todo.*¹¹⁵

¹¹⁵ Durvalina França Gomes. Depoimento cedido a CEV/AP, em 01 de dezembro de 2016.

2.11 Lugares de memória: locais de prisões e torturas

A história de Macapá é muito furada, ninguém tem dados concretos. O governo queimava tudo. Nós ficamos “sem história”. Muitas vezes eu vou aqui na fortaleza, e vejo que não era assim, porque eu vivi aqui. Eu fui criado nessa fortaleza. Quando papai foi preso lá, eu que levava café pra ele. Quando eles foram presos, encapuzaram eles, amararam eles com arame farpado. Teve um policial que veio dar um tapa no rosto dele. Ele não gosta de se lembrar disso porque ele apanhou justamente porque o cara encapuzou ele. Nossa família, até hoje, as pessoas ainda pensam que somos comunistas.

(Tupã, filho de Raimundo Pereira, o “Periquito”).¹¹⁶

No Amapá, assim como no resto do Brasil, algumas instalações foram utilizadas pelas autoridades militares e policiais como centros de prisões e torturas de presos políticos, onde ocorreram graves violações aos direitos humanos. No que se refere à existência comprovada de locais de tortura no espaço amapaense dois foram os lugares mais mencionados por diversos entrevistados pela CEV/AP: a Delegacia de Investigação e Captura (DIC) e a Fortaleza de São José de Macapá.

2.11.1. DIC – Delegacia de Investigação e Captura

O prédio onde atualmente funciona o Museu Histórico Joaquim Caetano da Silva, localizado no centro de Macapá (e que teve já variadas funções, como por exemplo, Intendência de Macapá, Conselho de Intendência, Câmara de Vereadores e Tribunal do Júri) sediou, durante a ditadura, a Delegacia de Investigação e Captura (DIC), departamento administrado pelos militares, especializada em investigar e averiguar os delitos contra a ordem social. Os suspeitos de envolvimento com grupos de esquerda, comunismo e subversão, ou que simplesmente discordavam dos rumos políticos e administrativos do Território Federal do Amapá, eram encarcerados e, em muitos casos, submetidos à torturas físicas e psicológicas nesse lugar.

¹¹⁶ Tupã, filho de Raimundo Pereira. Depoimento cedido a CEV/AP, em 17 de março de 2013.



Fonte: *Jornal Novo Amapá*, Macapá 29 de setembro de 1973

Josias Nogueira Hagem Cardoso, membro da UECSA, narrou a esta comissão os momentos de encarceramento e torturas nas dependências do DIC, conforme trecho a seguir:

Aproximadamente dezoito pessoas, confinadas em um só ambiente e éramos jogados assim, presos incomunicáveis. A nossa alimentação vinha lá do antigo presídio, do Beírol. Era resto de comida que eles colocavam assim em uma bandeja e depois das dezoito horas, eles empurravam e diziam: “ – Olhem aqui seus filhos da puta, podem comer! Amanhã nós passaremos aqui e vamos ver que gosto tem a comida e vamos ver quantos estão vivos”. E nós não comíamos a comida [...]. Quem foi preso nesta época e diz que não apanhou é mentiroso. [...]. Fiquei preso, e a comissão era formada pelo capitão de corveta, Luiz Gonzaga Vale, coronel Gerson Góes, capitão de exército José Artagomis e o coronel Adalvaro Cavalcante. Você era chamado e lhe era dado um papel e dito: “ – Preste a atenção no que você vai responder, caso contrário o negócio vai ficar feio”. E perguntavam daqui e dali e nada sabendo era aplicado umas bolachadas e depois solto. Quando eu saí daqui dez da noite, eu saí com a mão quebrada e a costela quebrada e nessa condição fui assinar o alvará de libertação na condição de preso domiciliar em frente ao capitão José Artagomis. Aí eu tive que sair fedendo a merda e a urina, porque não tinha banheiro! [...] Olha nós tínhamos aqui no Amapá os “cabeças”, a Comissão Sumária, oficiais do exército, gente que nos sumariavam, mas torturadores, eram gente daqui mesmo. Olha essa declaração: “ – Eu Antônio Lino do Carmo, servidor público civil aposentado da SEGUP, declaro que estando de serviço na Divisão de Segurança e Guarda do antigo Território

Federal do Amapá, no mês de janeiro de 1968, cumprindo ordem superior do capitão de corveta Luiz Gonzaga Vale, diretor da divisão, conduzi à cela do subterrâneo do Museu Joaquim Caetano da Silva (Delegacia de Investigação e Captura), o preso Josias Nogueira Hagem Cardoso, preso incomunicável até segunda ordem da autoridade. Quem foi meu torturador foi ele!”¹¹⁷

No relato acima, Josias Hagem identifica um de seus agressores nos porões da DIC e descreve detalhadamente as práticas de torturas das quais foi vítima, juntamente com outras dezessete pessoas. Além dos constantes maus tratos sofridos por eles na prisão, ainda tiveram que conviver com estigma de terem sido confinados em um dos lugares mais temidos pela sociedade no período: *“Ficamos como leprosos. Nem nossos parentes iam a nossas casas com medo de serem presos também e torturados.”*¹¹⁸

¹¹⁷ Josias Nogueira Hagem Cardoso, Depoimento cedido à CEV/AP, em 16 de setembro de 2014.

¹¹⁸ Ibidem

2.11.2 Fortaleza de São José de Macapá

A Fortaleza de São José de Macapá foi construída durante a colonização portuguesa, no século XVIII, com o objetivo de garantir a defesa e ocupação portuguesa no norte do Brasil. É considerada uma das maiores fortificações militares da América Latina, e contribuiu para o surgimento da vila de São José de Macapá, que deu origem à cidade de Macapá e, em 1943, tornou-se a capital do Território Federal do Amapá. Foi tombada como Patrimônio Histórico pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 22 de março de 1950. No ano de 1997, entrou em processo de revitalização. Atualmente, o monumento abriga o Museu da Fortaleza, administrado pela Secretaria de Estado da Cultura e pelo IPHAN, que desenvolvem atividades artísticas, culturais e científicas, com o objetivo de preservar e valorizar a história nacional.



Anos 60 – Entrada principal da fortaleza de Macapá com a antiga rampa de terra
Fonte: <http://porta-retrato-ap.blogspot.com.br>

Durante o período do Amapá federal, a Fortaleza foi cedida para uso de diversas instituições públicas. Com a implantação do regime militar, em março de 1964, o governo amapaense determinou que somente o comando da Guarda Territorial permanecesse no Forte, para onde foi levada a maioria dos presos políticos, tornando-se símbolo e ícone de medo. Grande parte das pessoas entrevistadas pela CEV-AP destacaram essa representação que o forte de Macapá passou a ter em suas vidas desde então, o que leva a pensá-lo como um dos lugares de memória, conforme a expressão cunhada por Pierre Nora¹¹⁹, como lugares que simbolizam a história nacional, de consolidação e totalização, reunindo elementos característicos de um grupo, conferindo-lhe sentido, e unificando-o a uma rede articulada dessas identidades diferentes.

Adamor Oliveira, que foi chefe da Divisão de Polícia Judiciária durante o período ditatorial, rememora que estudantes e criminosos comuns dividiam o mesmo local nas dependências do Forte.



Vista parcial da área interna da Fortaleza de Macapá

Fonte: <http://porta-retrato-ap.blogspot.com.br> – Coleção Digital – IBGE

¹¹⁹ NORA, Pierre. "Entre a Memória e a História: a problemática dos lugares". *Revista do Programa de Estudos pós-graduados em História do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo, nº 10, p.7-29, dez.1993,

As refeições dos prisioneiros eram doadas pelos familiares e alguns ficavam sem o alimento e as visitas para entrega da refeição eram sempre monitoradas pelos guardas. Segundo seu depoimento:

Teve dois estudantes: o Messias Tavares e o “Ribeirinho”, que foram os que mais demoraram lá pra serem liberados. Uma tortura do tipo massacre físico, eu não presenciei, mas presenciei essa estada toda deles lá. A comida, também, era uma forma de tortura que posso citar. A comida geralmente os parentes levavam [...]. Eles não recebiam visitas. Era permitido que lá na porta da Fortaleza, fosse entregue as marmitas e os soldados de plantão levavam para eles. Era no “come na mão”¹²⁰

Ainda conforme narrativa de Adamor, no inverno a situação se agravava com as chuvas que invadiam o presídio, obrigando-os a se amontoarem pelos cantos. A escuridão e a umidade eram constantes: *“só aquela situação já é uma terrível tortura. Eu me imagino lá no lugar de um deles, passando uma noite inteira ilhado ali naquele cantinho. É uma umidade terrível de inverno. É inimaginável a umidade lá dentro. Principalmente com o piso cheio d’água”*¹²¹.

Segundo Carmorzina Lima, seu marido Isnard Lima Filho e seu irmão Luís Messias Tavares, ambos falecidos, foram presos na Fortaleza de São José de Macapá. Quando seu irmão foi preso, em 1964, Carmozina, com apenas 11 anos de idade, era quem levava comida para ele. Abaixo trechos desses momentos narrados por Carmozina:

Em 64 eu vivenciei assim, porque meu irmão foi preso e quem levava comida pra ele na Fortaleza, por exemplo, o meu irmão, era eu (...), eles ficaram em celas que pingava água, né e ficaram alguns dias até sem se alimentar, depois as famílias foram, por exemplo, a minha mãe procurou ajuda do Tenente Charone, que na época morava próximo de casa, pra que ele pudesse facilitar a entrada da comida, né? E assim, as famílias procuravam aquelas pessoas que tinham influência na polícia e que poderiam ajudar nessa integração família e preso. E depois conseguiram que todo mundo levasse comida, toda família. Cada família levava a comida pra pessoa que estava presa.¹²²

Outro entrevistado que também menciona o tempo de prisão nas masmorras da Fortaleza de São José de Macapá foi João Rodrigues Capiberibe, preso apenas por ser irmão de

¹²⁰ Adamor de Sousa de Oliveira. Depoimento concedido à CEV/AP, em 03 de setembro de 2014.

¹²¹ ibidem.

¹²² Carmorzina Tavares de Lima. Depoimento cedido à CEV/AP, em 20 de março de 2014.

João Alberto Capiberibe (Capi), militante da Aliança Nacional Libertadora (ANL), que neste momento se encontrava preso em Belém do Pará.

Tive a infelicidade de participar desse momento tortuoso do país que até hoje existe. Nós fomos surpreendidos e achincalhados, presos, batidos, passado por todo um processo de humilhação sendo cidadãos trabalhadores. Eu estava trabalhando nesse dia. Cheguei aqui tinham invadido a minha casa. Fui para delegacia, ao chiqueiro que era a delegacia com um monte de bandido lá dentro e me mandaram direto para a Fortaleza. Não pense que eu fui pacífico não! Um cara me deu porrada e eu dei nele dentro da Fortaleza. Eu apanhei menos que os outros porque não tinha espaço para me baterem. Sofri muito aquele constrangimento psicológico. Era muita gente. Na fortaleza tinha gente, não era brincadeira. Lá eu fiquei na fortaleza preso alguns dias e de lá fomos pra Belém amarrados com arame e passamos trinta e um dias, eu e mais oito companheiros na 5ª Companhia de Guardas.¹²³

Regina Coeli de Menezes Medeiros, viúva do radialista Ermínio Carlos Gurgel Medeiros, conhecido como “Gurgel”, também destacou em seu depoimento a utilização da fortaleza como local de prisão e tortura durante o período militar no Amapá.

Quando chegou a época da “revolução”, em 1964 do golpe militar [...] estavam prendendo muitos comunistas [...] e um desses que foram presos foi o Gurgel que tinha emprestado um livro que ele estudava no Colégio Amapaense, um livro de Moral e Cívica. Viram a assinatura dele nesse livro e o guarda o recolheu na casa da minha sogra. Olharam tudo, revistaram tudo, não acharam nada, mas assim mesmo levaram aquele jovem preso. Levaram pra dentro da fortaleza [...] Eles foram direto sem depoimento sem nada. Veio um avião da FAB, com um bocado de generais pra colher o depoimento daqui.¹²⁴

Analisando estes depoimentos é impossível não relacionar esse forte ao período da ditadura no Amapá. De fato, estes locais de prisão, como o da Fortaleza de São José de Macapá, citados pelos depoentes, carregam em sua história o estigma das perseguições políticas, torturas e privações de liberdade do período ditatorial.

A Comissão Estadual da Verdade do Amapá compreende a importância de reafirmar o significado que a Fortaleza de São José de Macapá possui como *Lugar de Memória*, relacionado aos fatos ocorridos no período ditatorial do Brasil (1964-1988). Segundo Pierre Nora¹²⁵, estes lugares, construídos historicamente, teriam uma tripla função: são lugares *materiais, funcionais*

¹²³ João Rodrigues Capiberibe. Depoimento cedido à CEV/AP, em 24 de março de 2014.

¹²⁴ Regina Coeli Menezes Medeiros. Depoimento cedido à CEV/AP, em 11 de fevereiro de 2014.

¹²⁵ Ibidem.

e *simbólicos*, onde a memória coletiva se ancora e se expressa. Possui, ainda, um valor como documento e monumento reveladores dos conflitos e disputas, que envolvem o constante processo de construção da memória.

III PARTE

PROJETO “A MEMÓRIA VAI À ESCOLA”

Nos últimos anos, os professores, sobretudo, os das áreas de humanas do ensino fundamental e médio, vêm-se se deparando a cada dia com a crescente demanda social e a necessidade cada vez maior de se debater temas considerados de natureza “sensíveis” e de difícil abordagem, como o da ditadura civil-militar brasileira, marcado pelo autoritarismo e pela violência do Estado. São temas sensíveis, não apenas porque é difícil falar sobre eles, mas, principalmente, porque não existe ainda, na maioria dos casos, um consenso da sociedade sobre *o que* dizer e *como* falar sobre esse passado, e em muitos casos, os processos de memória, trauma e reparação ainda estão em curso e diferentes versões se encontram em disputas.

O Projeto “A Memória Vai à Escola” nasceu das preocupações acima levantadas, durante as reuniões de planejamento e avaliação das atividades da Comissão Estadual da Verdade do Amapá, percebeu-se que era enorme o desconhecimento e desinteresse dos alunos acerca desse passado autoritário. O estudo da ditadura civil-militar ainda enfrenta certa resistência entre alguns professores que preferem conservar o silêncio do que refletir sobre ele. Assim, foi proposto um projeto, em parcerias com as escolas, tanto da rede pública quanto privada, objetivando levar ao espaço escolar e acadêmico do Estado, por meio de palestras, exibição de vídeos/depoimentos, exposição de imagens e manifestações artísticas e culturais, a temática da ditadura militar, dos direitos humanos e dos temas afins, para que esse período da história brasileira possa ser melhor conhecido e debatido em sala de aula.

Duas atividades, que ocorreram em caráter experimental e que antecederam seu lançamento foram fundamentais para a elaboração das ações do “A Memória Vai à Escola”. Foram elas: a realização da II Feira do Livro que contemplou o eixo “Flap Memória e Verdade”, em dezembro de 2013, que propôs como uma das suas atividades, a palestra “Direitos Humanos, Direitos Universais”, ministrada por um integrante da CNV, e mediada pela CEV-AP; e a realização, em maio de 2014, do Painel “Guerrilha do Araguaia”, com a exibição do documentário seguido de debate “Araguaia: Campo Sagrado”, realizado por um integrante do Grupo de Trabalho “Araguaia, da Comissão Nacional da Verdade”, ocorridos na Escola Estadual Gabriel de Almeida Café e na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

A MEMÓRIA VAI À ESCOLA



O Governo do Amapá instituiu, no dia 24 de junho de 2013, pela lei nº 1756/2013, a Comissão Estadual da Verdade "Chaguinha", com o objetivo de examinar, esclarecer e reconstruir a história dos fatos e a circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos praticados no período da ditadura civil militar.

A atuação da comissão "Chaguinha" tem sido significativa para revelar uma parte da história do Amapá que estava escondida sob os mantos da ditadura. Com o objetivo de levar ao espaço escolar a história da ditadura civil militar a CEV do Amapá está realizando o projeto "A Memória Vai à Escola", a fim de que esse episódio não seja esquecido e não mais se repita.



Comissão Estadual da Verdade - Chaguinha

- | | | |
|---|---|---|
| Presidente
Luciano Del Castillo | Assessoria Técnica
Hayat Freire
Aparecida Penha
Benedito Alcântara
Ewerton Neri
Leonil Ferreira | Colegiado
Adervan Dias
Dorival Dos Santos
Jorge Wagner
Maura Leal
Maria Benigna Jucá
Raimundo Queiroga |
|---|---|---|

Rua Francisco Azevedo da Silva C. Neto, nº 1, Beira Rio Centro (Anexo à Casa do Alcega)
Macapá-AP CEP 68.900-060
Fone: 3233-9121
E-mail: comissaoeverdadedoap@gmail.com
website: cev.ap.gov.br

Expediente

A MEMÓRIA VAI À ESCOLA

Governador do Amapá
Gente Capiberibe

Vice Governador do Amapá
Benedito Macena

Presidente da CEV - Chaguinha
Luciano Del Castillo

Secretária Executiva
Isabel Coimbra

Assessoria de Comunicação
Leidiane Lamarco

Assessoria Técnica
Leidiane Lamarco

Relações Institucionais
Maurício Chagas

Prévia de Comunicação
Adriano Brito Nery Senes

Assessoria Jurídica
Renata Albuquerque de Albuquerque

A MEMÓRIA

Informativo | Ano I, Maio, 2014
Edição especial!

VAI À ESCOLA

GOLPE CIVIL-MILITAR NO BRASIL - 50 ANOS



Em 2014, completa-se 50 anos do Golpe Militar. Este foi um período acoberto da história de nosso país. Foram 21 anos (de 1964 a 1985) em que o povo brasileiro foi privado de seus direitos democráticos.

O Regime militar foi o período da política brasileira em que militares conduziram o país. Essa época ficou marcada pela prática de vários Atos Institucionais que utilizavam a censura, a perseguição política, a supressão de direitos constitucionais e a repressão àqueles que eram contrários ao regime militar.

A Ditadura militar no Brasil teve seu início com o golpe militar de 31 de março de 1964, resultando no afastamento do Presidente Jânio Quadros, e tomando o poder o Marechal Castelo Branco. Este instituiu no país um governo liderado por militares. Estes que na época justificaram o golpe sob a alegação de que havia uma ameaça comunista no País.

O que foi o AI-5?

Criado durante o governo do presidente Artur da Costa e Silva em 1968, o Ato Institucional Nº 5 ou AI-5 (1968-1978), foi o quinto de uma série de decretos emitidos pelo regime militar, produzindo um conjunto de ações que feriram os princípios dos direitos humanos. Definido como o momento mais duro e violento da ditadura que dava poder ao Presidente da República para fechar o Congresso Nacional, punir seus opositores, reprimir manifestações populares e suspender direitos políticos.



O Palácio de Copatuzama é formado pela maioria dos edifícios que defendem o Palácio da Assembleia Legislativa do Amapá.

A MEMÓRIA VAI À ESCOLA

MEDIDAS TOMADAS PELA DITADURA



Partidos políticos, sindicatos, agremiações estudantis e outras organizações representativas da sociedade foram extintas ou sofreram interferência do governo. Os meios de comunicação e as manifestações artísticas foram reprimidos pela censura. Todas as ações que

viesses a público eram inspecionadas pelos militares. Neste período diversas pessoas, militantes ou não, foram presas, torturadas ou mortas. Algumas permanecem desaparecidas até hoje, outras tiveram que exilar-se, permanecendo fora do Brasil até a promulgação da Lei de Anistia.

O AMAPÁ DA DITADURA CIVIL MILITAR

No Amapá a ditadura militar implantou um regime de medo e perseguições dentro da proposta ideológica nacional do regime. Os militares se utilizaram de representações míticas e violentas táticas para instalar uma política de controle da sociedade amapaense. Qualquer "desvio de conduta" cometido pelas pessoas era motivo para perseguições, humilhações, torturas e vários dias de reclusão em condições precárias. Em Macapá, muitas pessoas foram presas sem qualquer explicação, vítimas de uma política repressiva, que efetivou uma prática totalitária de domínio sobre a vida, causando "adestramento" da sociedade moldado no interesse comum dos demais governos militares do Brasil. Deve-se ressaltar as prisões e torturas que foram cotidianamente aplicadas aos opositores do governo, onde a Fortaleza de São José de Macapá serviu como cárcere para os ditos "subversivos" da ordem, sofrendo literalmente na carne com as sanções desmedidas da ditadura militar.



A MEMÓRIA VAI À ESCOLA

VOCÊ SABIA?

Que a bela e pacata Macapá viveu um período de intenso medo e intranquilidade plantado pelos cruéis governos militares. Em 1972 surge, por exemplo, a lenda da "Loura do Bombom", em que uma mulher distribuía bombons envenenados, que, segundo os militares seria uma comunista disfarçada para provocar desordem entre os moradores. Outro episódio marcante desta época data de 1973, foi o movimento "Engasga-engasga", o qual, segundo a polícia, um grupo de comunistas encapuzados com super instrumentos; molas em seus calçados os impulsionavam a pular mais de dez metros de altura, por cima de quintais, muros e casas, supostamente cometiam ataques de estrangulamento. Muitos homens foram acusados e presos injustamente apontados como protagonistas desta história que até hoje permanece uma incógnita em relação à sua veracidade.



QUEM FOI CHAGUINHA



Chaguinha, cearense de Quixadá, era um trabalhador honesto e que, como pioneiro, muito contribuiu nos primeiros anos de existência do Território, foi preso diversas vezes. Em 1964, foi preso acusado de ser Comunista. Em 1973, no famoso caso do "Engasga-engasga", foi novamente preso junto com o poeta e advogado Iñard Lima, Odilardo, o padreiro Jorge Fernando e seus familiares.

Chaguinha foi amarrado com arame e transportado para Belém, onde permaneceu por 20 dias. Sempre vivendo humildemente, lendo e interpretando a história, Chaguinha jamais renunciou às suas ideais de justiça social, pois desde menino conviveu com os problemas mais graves que desafiam a inteligência e a boa vontade dos políticos e da elite que governa o Brasil, a distribuição de terra.



Durante a etapa de planejamento das atividades do “A Memória Vai à Escola”, visando a qualificação e uma maior participação do público escolar foram realizadas três oficinas preparatórias para os alunos e professores que atuariam no lançamento do Projeto: Noções de Cerimonial; Operacionalização de Eventos; e Técnicas de Jornalismo. Foi escolhida para o lançamento do projeto a Escola Estadual Gabriel de Almeida Café, em razão de estar desenvolvendo atividades sobre o tema “50 anos do golpe”, com o objetivo de preparar os alunos e as alunas para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Além disso, como a escola possuía a Rádio Escolar “Gabrielense”, que servia como meio de divulgação e informação, foi realizado em parceria com a CEV-AP um programa que abordou a ditadura militar.

O evento de lançamento do projeto “A Memória Vai à Escola” ocorreu no dia 23 de maio de 2014, no Centro de Difusão Cultural João Batista de Azevedo Picanço, contemplando três momentos: Mesa de Abertura, composta por representantes da Secretaria Estadual de Educação (SEED) e da Comissão Estadual da Verdade do Amapá (CEV-AP); Apresentações Artísticas, na qual estudantes realizaram performances com músicas de resistência do período da ditadura e os poetas locais declamaram poesias; Mesa Redonda, com integrantes da CEV-AP e da UNIFAP – que discorreram sobre o golpe de 64 e ao período da ditadura militar. Após as palestras houve intervenções dos alunos.

Durante a vigência do projeto, entre o período de maio a outubro de 2014, foram desenvolvidas quarenta e seis ações, nas quais foram atendidas trinta e uma instituições de ensino fundamental, médio, tecnológico e superior, tanto públicas quanto privadas, com carga horária de 126 h/a, contemplando um público de 2.342 alunos e alunas de diversas faixas etárias. Um dos pontos fortes destacados pela equipe do projeto “A Memória Vai à Escola”, além da participação positiva do corpo técnico e docente, foi a grande aceitação do público estudantil, que demonstrou motivação e interesse durante a realização das atividades, por intermédio de reflexões, análises, comparações entre as leituras, os fatos históricos e as notícias divulgadas na mídia, além de troca de informações e experiências, contribuindo assim para a ampliação de conhecimentos, formação de juízos e valores e, conseqüentemente, assumir uma posição mais crítica e fundamentada sobre o regime ditatorial brasileiro.

Para os integrantes da CEV-AP o projeto “A Memória Vai à Escola” foi uma experiência gratificante e enriquecedora, ao propor desafios maiores dos que os planejados inicialmente

por essa comissão, ao levar a pensar sobre o período da ditadura civil-militar também no campo da ação, onde ela se mantém mais viva do que nos livros. Espera-se que essa proposta seja recuperada cotidianamente nas instituições de ensino, público e privado, em âmbito local, nacional e internacional, pois como sugere Frei Betto: *“resgatar no presente o passado é a melhor forma de manter viva a memória das vítimas e impedir que tais atrocidades se repitam no futuro”*¹²⁶.

¹²⁶ BETTO, Frei. *Cartas da Prisão (1969-1973)*. Rio de Janeiro: Agir, 2008, p. 12.

Depoimentos de participantes do projeto “A Memória Vai à Escola”

“Os alunos precisam ter informação desse que é um tema tão relevante para a memória histórica do país”

(prof. Raimundo José da Silva Rodrigues, diretor da Escola Estadual Jacinta Carvalho)

“Já trabalhamos vários temas que abordam o período militar, mas nada parecido com a maneira com que a comissão abordou. Então, a vinda desse projeto para dentro da escola foi importante para acrescentar na nossa forma de apreender, compreender e refletir”,

(aluna Paula Viana, da Escola Estadual Gabriel de Almeida Café)

“O projeto “A Memória Vai à Escola””, no qual tive a honra de ministrar palestras e desenvolver outras atividades didáticas, visou promover debates transdisciplinares sobre o golpe civil-militar perpetrado contra o estado democrático brasileiro, que propiciou compreender relevantes aspectos do contexto histórico que levaram ao golpe, bem como, seus impactos no cenário nacional, mas especificamente local, ou seja, no ex-Território Federal do Amapá, contribuindo assim, para que a comunidade escolar, acadêmica e a sociedade em geral pudessem refletir sobre a construção sócio histórica do país. Passados meio século do golpe, essa iniciativa da Comissão Estadual da Verdade do Amapá, permite uma visão didática e crítica do regime militar, seus antecedentes e conseqüentes, identificando os resistentes, seus legados e contribuindo de forma efetiva ao resgate da memória e ao entendimento do Brasil e seu contexto na atualidade. ”

Prof^o Leonil Ferreira Góes, integrante da CEV-AP e palestrando do projeto.

QUADRO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO ATENDIDAS PELO PROJETO "A MEMÓRIA VAI À ESCOLA"					
Nº	INSTITUIÇÕES	DATA DE REALIZAÇÃO	PARTICIPANTES	C/H	AÇÕES
01	E. E. Nanci Nina Costa	10/12/2013	60	4h	1
02	E. E. Professor Gabriel de Almeida Café	04/05/2014 05/05/2014 07/05/2014 23/05/2014	440	14h	4
03	Universidade Federal do Amapá	05/05/2014 27/05/2014	60	8h	2
04	E. E. Esther da Silva Virgolino	23/05/2014	60	4h	2
05	Escola Bosque do Bailique	25/05/2014 26/05/2014 27/05/2014 28/05/2014 29/05/2014	120	12h	6
06	Universidade Estadual do Amapá	25/05/2014 27/05/2014	100	4h	2
07	E. E. José do Patrocínio	30/05/2014	80	3h	1
08	E. E. Rivandra Nazaré Silva Guimarães	04/06/2014	90	4h	2
09	E. E. General Azevedo Costa	04/06/2014	60	4h	1
10	E. E. Antônio Cordeiro Pontes	20/06/2014	60	4h	2
11	E. E. Maria Ivone de Menezes	06/08/2014	70	4h	2
12	E. E. Maria Cristina Botelho Rodrigues	15/08/2014	24	2h	2
13	E. E. Reialina Ferreira Thomas	22/08/2014	13	2h	1
14	E. E. Professora Jacinta Carvalho Gonçalves	25/08/2014	154	6h	3
15	E. E. Marechal Castelo Branco	29/08/2014	109	2h	2
16	E. E. Professora Antonia Silva Santos	09/09/2014	98	4h	2
17	Museu Sacaca Faculdade de Macapá Faculdade Estácio de Sá (SEAMA)	20/09/2014	300	2h	1
18	E. E. Osvaldina Ferreira da Silva	30/09/2014	35	2h	2
19	E. E. Professora Benigna Moreira de Souza	07/10/2014 21/10/2014	70	6h	2
20	Escola Família Agrícola Pacuí	09/10/2014	69	2h	2
21	Instituto Federal do Amapá	13/10/2014	40	2h	1
22	E. E. Professora Maria Iraci Tavares	16/10/2014	75	4h	1
23	E. E. Colégio Amapaense	19/10/2014	75	4h	1
24	E. E. Irmã Santina Rioli	24/10/2014	80	2h	1

IMAGENS DO PROJETO “A MEMÓRIA VAI À ESCOLA”



RECOMENDAÇÕES

A Comissão Estadual da Verdade do Amapá foi criada, em 2013, com o objetivo de contribuir para a elucidação da verdade sobre as violações aos direitos humanos cometidas no Território Federal do Amapá (atual Estado do Amapá), durante a ditadura civil-militar. De acordo com a mesma Lei nº 1756/2013 que a instituiu, é também atribuição desta comissão recomendar aos órgãos e entidades estaduais, bem como, a outras instâncias competentes, a adoção de medidas e políticas públicas voltadas para a busca da verdade, da reparação, da garantia de direitos e da prevenção de novas violações (artigo 4º, inciso V).

A conclusão dos trabalhos desta comissão é encarada pela equipe que nela trabalhou como um primeiro passo no sentido de desvendar o passado triste do período ditatorial na região. Embora tenhamos claro que este relatório representa um instrumento de denúncia dos crimes cometidos pelo Estado brasileiro, por seus agentes e por parcelas da sociedade civil que, no Território Federal do Amapá, perseguiram, estigmatizaram, aprisionaram e torturaram homens e mulheres que tiveram suas vidas marcadas de forma profunda e permanente, acreditamos que ainda resta muito o que se fazer para garantir que esse passado não se repita. É neste sentido que deixamos recomendações que, acreditamos, evidenciem para as gerações futuras a importância de se lutar pela democracia contra todos os regimes de exceção.

As quinze recomendações elaboradas por esta comissão são resultado de mais de três anos de investigação, num processo que envolveu a análise de centenas de documentos, oitivas com testemunhas e entrevistas com estudiosos dos temas afetos a esta pesquisa, bem como a realização de audiências públicas. Optamos por centrar esforços na elaboração de propostas direcionadas ao Poder Executivo Estadual, entendendo que o Governo do Estado, sucessor do Governo do extinto Território Federal do Amapá, como ente jurídico e administrativo, deve ser responsabilizado pelas violações cometidas por seus agentes e envidar esforços no sentido de implementar programas e políticas públicas que contribuam para esclarecer e reparar os abusos cometidos entre 1964 e 1988, bem como, impedir que se repitam.

Ao mesmo tempo, acreditamos ser prerrogativa do Governo do Estado empenhar-se na adoção de medidas e iniciativas que tenham como norte a reparação, a justiça e o direito à memória e à verdade, assim como cobrar ações efetivas de outras instâncias de governo. Em cada uma das recomendações adiante haverá uma orientação específica para o Governo do Estado. Caberá ao Poder Público apoiar tais iniciativas e assegurar sua implementação.

A instalação de marcas de memória, a alteração de nomes de ruas e equipamentos urbanos que homenageiam violadores de direitos humanos, a busca permanente pelos restos mortais de desaparecidos políticos, o fomento a produtos culturais que tenham como tema o direito à memória e à verdade, todas essas ações se revestem de urgência e devem ser estabelecidas oficialmente em programas previstos em decretos ou leis, daí a necessidade de uma Unidade de Administração/Gestão de uma Política de Memória e Verdade no âmbito estadual.

RECOMENDAÇÃO Nº 1

Prosseguir na busca por desaparecidos políticos, a despeito de a comissão não encontrar registro de desaparecidos políticos no Amapá, esta coletou informações de que possivelmente corpos de guerrilheiros do Araguaia foram enterrados de forma clandestina em Clevelândia do Norte, no Oiapoque, com a conivência do Governo do extinto Território Federal do Amapá.

(ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS: Gabinete Civil; Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública, Procuradoria Geral do Estado).

A sentença do “caso Araguaia”, como ficou conhecida a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos (demanda nº 11.552 da CIDH/OEA), condenou o Estado brasileiro, em 24 de novembro de 2010, e estabeleceu uma série de obrigações, entre elas a localização dos militantes assassinados: *“O Estado deve realizar todos os esforços para determinar o paradeiro das vítimas desaparecidas e, se for o caso, identificar e entregar os restos mortais a seus familiares”*.

O arcabouço jurídico brasileiro e internacional impede que o Estado abdique do dever de buscar os desaparecidos políticos, de modo que seria valoroso firmar um novo termo de cooperação, voltado especificamente para a investigação da possibilidade da

existência do cemitério clandestino de Clevelândia do Norte. Desde 1995, a competência legal para empreender a busca pelos desaparecidos é da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos da Presidência da República. Apesar disso, tendo o governo do extinto Território Federal do Amapá, possivelmente, colaborado com a ocultação de cadáveres durante a repressão, é fundamental que ele envide esforços para identificar os corpos das vítimas nunca localizadas nos cemitérios oficiais ou clandestinos localizados no Amapá.

RECOMENDAÇÃO Nº 2

Intensificar a formação em direitos humanos dos agentes do Sistema de Segurança Pública, especialmente Polícias Civil e Militar e reforçar a importância de um protocolo de boas práticas.

(ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS: Secretaria de Justiça e Segurança Pública, Polícias Civil e Militar, Secretaria de Educação).

A denúncia de violação dos direitos humanos por agentes da Segurança Pública, no exercício de suas funções, é recorrente no Estado do Amapá, especialmente, contra a juventude da periferia de Macapá e Santana. Recomendamos que um protocolo de observação dos direitos humanos seja elaborado e sirva de instrumento a ser seguido pelos agentes da segurança pública estadual e seja reiterado e divulgado para os agentes e também à sociedade. E que ele seja permanentemente atualizado, incorporando novas orientações de boas práticas, sobretudo para reforçar seu caráter civil.

Entre as orientações, sugerimos que seja incluída uma portaria determinando que eventuais vítimas de intervenção das forças de segurança pública não sejam removidas do local da ocorrência, sejam elas fatais ou não. Segundo a medida sugerida, policiais não devem prestar socorro às vítimas de crimes ou confrontos com a polícia, cabendo a eles chamar o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). Tal prática visa não apenas impedir a descaracterização dos locais em que os crimes ocorreram, mas, também, evitar a colaboração de agentes públicos na morte da pessoa supostamente socorrida.

Finalmente, é fundamental seguir com o programa de educação em direitos humanos dos membros das Polícias Militar e Civil, entre outras ações programáticas, recomendamos:

a) apoiar, incentivar e aprimorar as condições básicas de infraestrutura e superestrutura para a educação em direitos humanos na área de Segurança Pública;

b) fomentar junto as Unidades de Formação das Polícias Civil e Militar manutenção de acervo especializado de livros de referência em temas de direitos humanos, disponíveis para a formação permanente e continuada do efetivo;

c) criar uma premiação anual da Secretaria de Justiça e Segurança Pública, visando identificar, distinguir e estimular, por categorias, os profissionais que se distinguem na promoção e defesa dos direitos humanos no âmbito de sua atuação funcional no Estado, com especial atenção para as populações mais vulneráveis;

RECOMENDAÇÃO Nº 3

Instalar marcas de memória em locais simbólicos, como a Fortaleza São José de Macapá e o Museu Joaquim Caetano, nos quais práticas ditatoriais contra integrantes da resistência democrática foram sistematicamente praticadas.

(ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS: Gabinete Civil, Secretaria da Justiça e Segurança Pública).

O amplo conhecimento por parte da população brasileira das violações aos direitos humanos cometidas ou acobertadas pelo Estado, durante a ditadura, deve ser compreendido como ferramenta fundamental para a prevenção de novas violações. Neste sentido, a Comissão da Verdade do Estado do Amapá, em observação do artigo 4º da Lei nº 1756/2013, recomenda a instalação de marcas de memória em locais representativos.

A Comissão Nacional da Verdade, em sua recomendação de número 28, buscou prestigiar esse tipo de medida:

“Devem ser adotadas medidas para preservação da memória das graves violações de direitos humanos ocorridas no período investigado pela CNV e, principalmente, da memória de todas as pessoas que foram vítimas dessas violações. Essas medidas devem ter por objetivo, entre outros:

a) preservar, restaurar e promover o tombamento ou a criação de marcas de memória em imóveis urbanos ou rurais onde ocorreram graves violações de direitos humanos”.

Recomendamos ao Governo do Estado, em acordo com essa orientação, que dê prosseguimento aos trabalhos de pesquisa e identificação dos sítios de memória, instalando neles placas que registrem e homenageiem as vítimas das violações aos direitos humanos. Como acontece na Argentina e em outros países, as marcas de memória deverão ser colocadas em posições que permitam fácil visibilidade pela população. Esta CEV recomenda, ainda, que tais marcas sejam inauguradas em eventos públicos, divulgados amplamente e com a participação do governador, de sobreviventes e familiares de vítimas da repressão. Neste sentido recomenda-se, também, a instalação do MEMORIAL DA VERDADE NA FORTALEZA SÃO JOSÉ DE MACAPÁ.

RECOMENDAÇÃO Nº 4

Prosseguir com as alterações de nomes de logradouros e equipamentos públicos que homenageiam agentes da ditadura

(ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS: Secretaria de Justiça e Segurança Pública; Secretaria de Cultura; Secretaria de Infraestrutura, Secretaria de Transportes).

As cidades de Macapá e Santana tem ao diversos logradouros e equipamentos públicos batizados com o nome de pessoas que cometeram graves violações aos direitos humanos. Neste sentido, recomendamos ao Governo do Estado, em associação com as prefeituras municipais, que crie o programa “Ruas de Memória”, por meio de mobilizações, debates e projetos de lei para a remoção de toda e qualquer homenagem em logradouros ou equipamentos estaduais a pessoas que participaram da repressão militar, providência já sugerida no relatório final da Comissão Nacional da Verdade. Determine, também, que as novas denominações de ruas, instituições e demais equipamentos públicos devam privilegiar nomes de mulheres, em minoria no viário amapaense, mas, também, vítimas em geral da repressão. Para tanto, recomenda-se, também, a criação de um BANCO DE REFERÊNCIAS EM DIREITOS HUMANOS, a ser criado para reunir sugestões populares de nomes de pessoas que contribuíram para a luta pelos direitos humanos no país e, especialmente, no Estado do Amapá.

A supressão de símbolos ligados às violências cometidas pelo Estado, especialmente durante a ditadura militar, é indispensável para a construção de uma sociedade democrática.

RECOMENDAÇÃO Nº 5

Criar um programa de fomento à cultura e a produção acadêmica que financie projetos relacionados ao tema do direito à memória e à verdade

(ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS: Secretaria de Cultura; Gabinete Civil).

Mais de meio século após o golpe de 1964, muito da história da ditadura civil-militar e das violações aos direitos humanos praticadas, naquele período, ainda estão por ser conhecidas, contadas e registradas. Parte substancial do que conhecemos sobre o período nos foi legada por meio de produtos culturais, sobretudo, livros e filmes que têm contribuído para avançarmos no direito à memória e à verdade, quase sempre superando grandes dificuldades de produção, viabilização comercial e distribuição.

Produtos culturais que logram superar tais obstáculos constituem documentos fundamentais no direito à memória e à verdade. E, sobretudo, em razão disso, têm alcançado justo reconhecimento. No cinema, o tema das violações aos direitos humanos no período da ditadura é inspirador. Seria especialmente oportuno que o Estado do Amapá e seus personagens aparecessem com mais frequência em livros e filmes sobre o assunto, e que editais de fomento contribuíssem não apenas para a viabilidade desses projetos, mas principalmente para que o tema seja mais recorrente na produção cultural amapaense.

Recomendamos ao Governo do Estado a criação de um programa de fomento que vise à elaboração e publicação de livros, filmes, peças de teatro, projetos educacionais, projetos em música e em artes plásticas que tenham como tema a ditadura civil-militar e as violações aos direitos humanos praticadas no período. A proposta é que seja aberto um edital todos os anos para o financiamento de um produto em cada uma das seis categorias a seguir: um livro, um filme, um álbum musical, uma peça de teatro, uma exposição ou instalação de artes plásticas e um projeto educacional. Não apenas a adequação com o tema e a viabilidade de execução, mas, também, o protagonismo do Estado do Amapá e o tratamento dado ao tema das violações aos direitos humanos devem ser critérios de seleção. Os demais critérios deverão ser técnicos, de modo a garantir a execução e a qualidade dos projetos selecionados no prazo a ser especificado. O júri deverá necessariamente mesclar especialistas em produção cultural e especialistas

na área da memória e verdade. Finalmente, as contrapartidas deverão incluir a ampla divulgação e veiculação dos produtos em escolas, centros culturais e bibliotecas públicas, bem como, a participação em seminários e oficinas.

A criação desse edital não exime o Governo do Estado de permanecer atento a outras possibilidades de promover o direito à memória e à verdade por meio da cultura. Outras ações culturais, para além do edital, deverão ser promovidas, em projetos independentes ou mediante a inclusão do eixo de memória e verdade em outras políticas de fomento já consolidadas, inclusive com vistas ao incentivo de novas práticas e linguagens artísticas e produção acadêmica.

RECOMENDAÇÃO Nº 6

Criar o Prêmio de Direito à Memória e à Verdade Francisco das Chagas Bezerra, o Chaguinha

(ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS: Gabinete Civil; Secretaria de Justiça e Segurança Pública).

A luta pela memória e pela verdade no Brasil pós redemocratização é, também, uma luta travada por instituições e indivíduos que, em suas trajetórias, assumiram o desafio de denunciar, divulgar, organizar, pesquisar, registrar ou narrar a história da ditadura civil-militar, conferindo destaque às violações aos direitos humanos praticadas pelo Estado ou em seu nome. No Estado do Amapá não existem premiações que reconheçam e valorizem a atuação de personalidades que se destacam na luta por direitos humanos, tampouco, pelo direito à memória e à verdade.

Recomendamos ao Governo do Estado a criação do PRÊMIO DE DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE FRANCISCO DAS CHAGAS BEZERRA, o Chaguinha, a ser conferido todos os anos a uma personalidade ou instituição que tenha se destacado na luta pela memória e verdade, menos como homenagem a anistiados, ex-presos políticos e àqueles que sobreviveram à tortura e à guerrilha, e mais como homenagem a quem, na atualidade ou no conjunto da obra, tenha dedicado sua vida e seu trabalho aos temas da memória e verdade. O prêmio será entregue em dezembro e se somará ao calendário de celebração dos Direitos Humanos, realizado em data próxima ao Dia Internacional dos Direitos Humanos (10 de dezembro).

RECOMENDAÇÃO Nº 7

Criar e manter no âmbito da administração estadual um Centro de Memória e Verdade

(ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS: Gabinete Civil; Secretaria de Planejamento; Secretaria de Infraestrutura; Secretaria de Cultura).

A preservação da memória deve garantir, no âmbito do Estado do Amapá, a criação de um centro de referência que possibilite a produção de conteúdo e a realização de eventos com foco no direito à memória e à verdade. Esse local deve ser concebido como um centro cultural, provido de espaço expositivo — incluindo um ambiente para coleção permanente e outro dedicado a exposições temporárias —, bem como, auditório, sala de cinema, espaço para cursos e oficinas e estrutura para montagem de biblioteca e videoteca.

O Governo do Estado deve assumir essa missão e criar um CENTRO DE MEMÓRIA E VERDADE, que muito poderá contribuir para a construção social da justiça de transição. Idealmente, seria oportuno obter junto ao Governo Federal os recursos para a construção desse centro. Esse centro será depositário da produção institucional sobre memória e verdade do Estado e, principalmente, de material audiovisual. Exposições itinerantes, seminários, mostras de cinema e outras iniciativas abordarão preferencialmente o tema das violações aos direitos humanos no período compreendido entre 1964 e 1988, no âmbito do Estado do Amapá, podendo ser ampliado a fim de abarcar outros períodos da História do Brasil e também a história contemporânea, debruçando-se sobre temas outros, como o movimento negro, o movimento de mulheres, a questão indígena, a identidade de gênero ou o genocídio da juventude negra nas periferias.

Recomenda-se ainda que, no futuro, o local transformado em CENTRO DE MEMÓRIA E VERDADE venha a ser também a sede de eventuais Unidades Governamentais de Direito à Memória e Verdade, bem como, de conselhos e comissões amapaenses que trabalhem com o tema, consolidando este ambiente futuro como local de referência em memória e verdade.

Por fim, para que não seja esquecida e que nunca seja repetida essa experiência, recomendamos a instalação de um MEMORIAL DA VERDADE NA FORTALEZA DE SÃO JOSÉ

DE MACAPÁ, como um dos lugares que, infelizmente, mais simboliza essa página triste de nossa história.

RECOMENDAÇÃO Nº 8

Efetivar fisicamente o Arquivo Público do Estado do Amapá

(ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS: Secretaria de Planejamento; Secretaria de Infraestrutura; Secretaria de Cultura).

O direito à memória e à verdade, previsto tanto no direito constitucional (que instituiu o *habeas data*), quanto no direito internacional, exige que o Governo do Estado do Amapá assegure o direito de acesso à informação, que foi regulamentado pela Lei Federal nº 12.527/2011. O Governo do Estado deve desenvolver uma política de gestão documental, nos termos do parágrafo 2º, artigo 216 da Constituição da República e da Lei de Arquivos (Lei federal nº 8.159/91). A própria Constituição Estadual institui como dever do Poder Público a abertura, a manutenção e a conservação dos arquivos, bem como a “custódia dos documentos públicos”. Sem o espaço físico qualquer política de abertura, manutenção e conservação de documentos está fadada ao fracasso, daí a necessidade urgente da construção do Arquivo Público do Estado do Amapá, hoje o único Estado da Federação que não dispõe de um prédio para funcionar o Arquivo Público.

É neste sentido que, também, recomendamos, a disponibilização das oitavas realizadas e dos documentos coletados por esta comissão à sociedade, por meio da guarda temporária de nossos arquivos pela UNIFAP, até que seja construído o Arquivo Público do Estado do Amapá, e a manutenção de nosso site.

RECOMENDAÇÃO Nº 9

Incluir no currículo da Educação Fundamental e do Ensino Médio, por meio do Plano Estadual de Educação, o ensino sobre as violações aos direitos humanos ocorridas na ditadura

(ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS: Secretaria de Justiça e Segurança Pública; Secretaria Municipal da Educação).

Durante a ditadura militar, o Estado extinguiu da educação brasileira o ensino de história e deu lugar à Organização Social e Política Brasileira e aos Estudos dos Problemas

Brasileiros. Tal intervenção revela a importância de se conhecer o passado para a formação do pensamento crítico e social, suprimido durante o regime. No entanto, passadas mais de três décadas desde o início do processo de redemocratização, pouco se estuda, ainda, sobre as violações aos direitos humanos cometidas pela repressão.

A introdução do assunto no currículo da educação pública foi recomendação da Comissão Nacional da Verdade, que indicou a necessidade de haver preocupação

por parte da administração pública, com a adoção de medidas e procedimentos para que, na estrutura curricular das escolas públicas e privadas dos graus fundamental, médio e superior, sejam incluídos, nas disciplinas em que couberem, conteúdos que contemplem a história política recente do país e incentivem o respeito à democracia, à institucionalidade constitucional, aos direitos humanos e à diversidade cultural.

Foi em 2003 que o Estado brasileiro começou a elaborar o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, em resposta a uma exigência da ONU no âmbito da Década das Nações Unidas para a Educação em Direitos Humanos (1995–2004). Publicado em 2006, ele deu origem às Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, em 2012, composto por programas e projetos a serem desenvolvidos tanto pelo governo como pela sociedade.

No Estado do Amapá não temos um Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos, com o objetivo de indicar princípios, diretivas e compromissos para profissionais da educação e gestores públicos. Ainda que liste como uma de suas ações programáticas fomentar a inclusão das temáticas relativas à memória e à verdade no currículo escolar, é indispensável que o ensino das graves violações cometidas pelo Estado durante o período da ditadura civil-militar seja incorporado ao Plano Estadual de Educação, tornando este tema obrigatório no ensino fundamental e médio.

De todas as atividades que realizamos, o projeto “A Memória Vai à Escola” permite de maneira mais contundente que as próximas gerações percebam como se engendrou um regime que violou direitos humanos e disseminou medo e como, apesar disso, formas de resistência são possíveis e sempre necessárias. Neste sentido, recomendamos sua continuação, a partir do convênio firmado com o Colegiado de História da Universidade

Federal do Amapá, por meio de projeto de extensão que amplie o número de escolas visitadas e que ofereça curso sobre a ditadura civil-militar a professoras e professoras da rede pública de ensino.

RECOMENDAÇÃO Nº 10

Formalizar um pedido de desculpas oficial às vítimas de violações aos direitos humanos praticadas pelo Governo do extinto Território Federal do Amapá durante a ditadura militar

(ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS: Gabinete Civil; Secretaria de Justiça e Segurança Pública).

Instada a investigar as violações aos direitos humanos cometidas no âmbito do Estado do Amapá, esta Comissão da Verdade reuniu uma amostra significativa de abusos, que vão desde a perseguição a servidores por razões políticas à colaboração sistemática com prisões arbitrárias e torturas de vítimas da repressão política.

Em 2009, o Ministério Público Federal propôs ação determinando que a União e o Estado de São Paulo procedam com pedidos de desculpas oficiais de modo a reparar *“danos imateriais causados pelas condutas de seus agentes durante a repressão aos dissidentes políticos da ditadura militar”*. Em 2014, o relatório final da Comissão Nacional da Verdade incluiu entre suas recomendações a orientação para que as Forças Armadas oficializem *“o reconhecimento de sua responsabilidade institucional pela ocorrência de graves violações de direitos humanos durante a ditadura militar”*.

Constatada a similaridade na forma de envolvimento, cumplicidade e gravidade das violações aos direitos humanos praticadas pelas esferas administrativas supracitadas e por este Governo, consideramos oportuno e necessário, no âmbito de um justo processo de reparação, que o Estado do Amapá formalize um pedido oficial de desculpas às vítimas de violações com as quais tenha colaborado.

Tal pedido de desculpas deverá contemplar não apenas as pessoas que sofreram abusos físicos e seus familiares, mas deve ser estendido aos servidores que sofreram perseguição, coação, constrangimento, demissão ou exoneração por razões políticas, bem como, àqueles que tiveram suprimido seu direito à livre manifestação, por meio de

um sistema de repressão aos movimentos sociais apoiado pelo extinto Governo do Território Federal do Amapá.

Os trabalhos relacionados a justiça e reparação, bem como a busca pela elucidação das violações aos direitos humanos praticadas no Estado do Amapá durante a ditadura civil-militar, devem ser objetos de uma política pública permanente, que não esteja a reboque do bom senso ou da “ideologia” dos próximos governadores e suas equipes.

RECOMENDAÇÃO Nº 11

Proibir a realização em espaço público estadual de eventos em celebração ao golpe militar de 1964 ou apologia a autores de violações aos direitos humanos

(ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS: Gabinete Civil, Procuradoria Geral do Estado, Secretaria de Comunicação).

Em uma democracia, é inconcebível que o Estado adote políticas ou siga diretrizes contrárias aos direitos humanos. A ditadura civil-militar brasileira praticou crimes de lesa-humanidade, que, embora sejam imprescritíveis, continuam impunes. Em razão do princípio democrático, os Poderes Públicos não podem promover ou apoiar atos e eventos contrários à dignidade humana. A quarta recomendação da Comissão Nacional da Verdade – *“Proibição da realização de eventos oficiais em comemoração ao golpe militar de 1964”* – recebeu a seguinte justificativa, constante no relatório final daquela comissão:

As investigações realizadas pela CNV comprovaram que a ditadura instaurada através do golpe de Estado de 1964 foi responsável pela ocorrência de graves violações de direitos humanos, perpetradas de forma sistemática e em função de decisões que envolveram a cúpula dos sucessivos governos do período. Essa realidade torna incompatível com os princípios que regem o Estado democrático de direito a realização de eventos oficiais de celebração do golpe militar, que devem ser, assim, objeto de proibição.

A recomendação desta Comissão da Verdade não se limita, porém às referências ao golpe de 1964, mas, também, aos agentes e defensores da ditadura civil-militar, em especial àqueles que praticaram graves violações de direitos humanos e que tenham sido relacionados no relatório da CNV ou em outras denúncias.

RECOMENDAÇÃO Nº 12

Propor à Assembleia Legislativa a revogação de homenagens e títulos conferidos a violadores de direitos humanos e impedir que esses violadores sejam homenageados no futuro

(ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS: Gabinete Civil, Procuradoria Geral do Estado, Secretaria de Comunicação).

O princípio democrático impede os Poderes Públicos de promover ou apoiar atos e eventos contrários à dignidade humana, bem como, homenagear nomes ligados a violações aos direitos humanos. A 28ª recomendação da Comissão Nacional da Verdade — “Preservação da memória das graves violações de direitos humanos” — prevê, entre outras ações, *“cassar as honrarias que tenham sido concedidas a agentes públicos ou particulares associados a esse quadro de graves violações, como ocorreu com muitos dos agraciados com a Medalha do Pacificador”*. No âmbito do Estado do Amapá, trata-se de competência privativa do Poder Legislativo, *“conceder título de cidadão honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem à pessoa que reconhecidamente tenha prestado serviço ao Estado do Amapá”*.

Não se pode considerar, no entanto, que os agentes de um regime que se baseou em crimes de lesa-humanidade tenham “prestado serviço” ao país, tampouco ao Estado do Amapá. Tendo a Assembleia Legislativa do Estado do Amapá eventualmente ofertado o título de Cidadão Amapaense, bem como prestado outros tipos de homenagens a personalidades vinculadas ao golpe de 1964 ou à ditadura, é importante que esses atos sejam anulados. E que se garanta, com força de lei, que violadores de direitos humanos não recebam honrarias e prêmios do poder público no futuro, nem no Legislativo nem no Executivo.

RECOMENDAÇÃO Nº 13

Disponibilizar aos servidores do extinto Território Federal do Amapá que tenham sido demitidos por motivações políticas, entre 1964 e 1988, certidões que lhes permitam requerer anistia política

(ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS: Gabinete Civil; Procuradoria Geral do Estado; Secretaria de Administração; Secretaria de Justiça e Segurança Pública).

Na esteira do golpe civil-militar de 1964 e da assinatura do Ato Institucional nº 1, foram demitidos de forma sumária milhares de servidores públicos indesejáveis, de todos os escalões e esferas de governo, inclusive territorial. O Governo do Território Federal do Amapá, no espírito do artigo 7º do AI-1, criou no âmbito territorial a Comissão de Investigação Sumária (CIS) que previa a demissão, o afastamento ou a aposentadoria compulsória de servidores que “atentassem contra a Segurança Nacional”. Foram alvos da CIS os trabalhadores e dirigentes envolvidos em greve de 1961 e 1963, além dos que já eram monitorados desde o final dos anos 1940. A perseguição se estendeu aos dirigentes sindicais impedidos de tomar posse na diretoria, alguns foram presos e torturados na Delegacia de Investigações e Capturas (DIC), demitidos e alvos de processos da CIS e de Inquéritos Policiais Militares (IPM).

Recomendamos que o Governo do Estado providencie o levantamento dos casos de trabalhadores que foram alvos de demissões e perseguições políticas. É oportuno que essas pessoas possam pleitear anistia política, como reparação pelo tempo de afastamento e pelo atraso no cálculo previdenciário. Recomenda-se, também, tratar com a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça a organização de uma Caravana da Anistia temática sobre esses servidores do extinto Território Federal do Amapá, para que sejam apreciados os requerimentos e para que o Estado reconheça a condição de anistiado político, de acordo com a Lei nº 10.559/2002 e realize a reparação econômica e moral, eixo estruturante da justiça de transição no Brasil.

RECOMENDAÇÃO Nº 14

Instituir uma comissão permanente dedicada a dar seguimento às investigações sobre violações aos direitos humanos cometidas entre 1964 e 1988 no âmbito estadual, em especial contra as populações indígenas.

(ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS: Gabinete Civil; Procuradoria Geral do Estado; Secretaria de Justiça e Segurança Pública).

Algumas limitações que enfrentamos, tanto em termos estruturais quanto em quantidade de pessoas, impediram que algumas questões fossem abordadas com mais profundidade, como são os casos dos partidos políticos e dos sindicatos. Um tema que identificamos como imprescindível para o entendimento da especificidade do Amapá,

que é o de como a ditadura atingiu de maneira particularmente cruel os povos indígenas da região, ficou completamente fora do escopo de nossas investigações e recomendamos que seja criado um grupo que se dedique à realização de oitivas com lideranças e de pessoas próximas às comunidades indígenas. Por exemplo, não existem estudos, dados e informações sobre o impacto da ditadura sobre as comunidades indígenas que viviam às margens da BR-156, 210 e da Perimetral Norte. Fato que exige investigações para seu esclarecimento.

Assim como as comissões da verdade estabelecidas nos âmbitos federal e em outras esferas da federação, esta Comissão da Verdade possui mandato efêmero. A pesquisa por ela realizada, com base em documentos, audiências públicas e entrevistas, revelou inúmeras violações aos direitos humanos ocorridas no Estado do Amapá no período ditatorial. No entanto, a busca pela verdade é infindável, daí a necessidade ser instituída uma comissão sem mandato limitado para resgatá-la. Em seu relatório, a Comissão Nacional da Verdade recomendou a criação de um órgão permanente com atribuição de dar continuidade às investigações por ela iniciadas e *“cooperar, complementar e coordenar atividades de investigação documental com pessoas, instituições e organismos, públicos e privados”*.

No Brasil, há outras comissões que trabalham o tema das violações aos direitos humanos e que adquiriram caráter permanente, como a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), criada em 1995, e vinculada à Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça. Outra é a Comissão de Anistia, criada em 13 de novembro de 2002, e também ligada ao Ministério da Justiça.

Para que o trabalho de investigação das violações aos direitos humanos praticadas durante a ditadura no âmbito do Estado do Amapá não cesse com o fim do mandato desta Comissão, uma vez que temos consciência do caráter inconcluso do nosso trabalho, recomendamos a criação de uma comissão permanente de Memória e Verdade, alocada dentro da Secretaria de Justiça e Segurança Pública ou do Gabinete Civil e dedicada a prosseguir com a elucidação dos crimes cometidos no extinto Território Federal do Amapá, bem como do registro do que vier a ser descoberto.

RECOMENDAÇÃO Nº 15

Criar no governo um órgão autônomo (secretaria, coordenadoria, autarquia etc.) responsável exclusivamente pelas políticas de justiça e direitos humanos no âmbito do Estado do Amapá.

(ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS: Gabinete Civil; Procuradoria Geral do Estado; Secretaria de Administração).

Não existe no âmbito do Estado do Amapá nem uma unidade administrativa e de gestão com a responsabilidade de conduzir a política de justiça e direitos humanos. Mesmo a SEJUSP que por ter em sua nomenclatura a área de justiça, sequer tem uma unidade interna responsável por essas políticas, isto em um estado onde as violações aos direitos humanos vicejam, entre outros lugares, na tríplice fronteira, no meio rural e nas periferias das cidades.

Por isso é imprescindível desvincular da segurança pública as políticas de justiça e direitos humanos dotando-as de um órgão específico.

RECOMENDAÇÃO Nº 16

Criar um conselho paritário com a função de zelar pela implementação das recomendações elaboradas por esta Comissão Estadual da Verdade

(ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS: Gabinete Civil; Procuradoria Geral do Estado; Secretaria de Justiça e Segurança Pública).

A Constituição do Estado do Amapá institui a participação popular como princípio da organização estadual (artigo 5º, inciso III), que se concretiza em diversas instâncias, como na política habitacional, na gestão da saúde, na proteção e promoção do patrimônio histórico, e, de forma ampla, que inclui as atividades de memória no *“processo cultural do estado”*

A implementação das ações de justiça de transição recomendadas por esta Comissão também deverá seguir esse princípio essencial dos regimes democráticos. Não por acaso, as principais iniciativas de justiça de transição no Brasil tiveram como origem a sociedade civil. A própria Comissão Nacional da Verdade não teria existido sem a condenação do Estado brasileiro no Caso da Guerrilha do Araguaia (Gomes Lund e Outros

vs. Brasil) na Corte Interamericana de Direitos Humanos, que se originou de uma denúncia dos familiares de mortos e desaparecidos políticos.

A CNV, em sua recomendação 26, propôs um órgão que teria, entre outras funções,

monitorar o cumprimento das recomendações da CNV, com acesso ilimitado e poderes para requisitar informações, dados e documentos de órgãos e entidades do poder público, ainda que classificados em qualquer grau de sigilo, constituindo grupos de trabalho e pesquisa e instalando escritórios nas unidades federadas onde forem necessários.

Recomenda-se a criação de uma comissão, ou conselho, estadual com esta competência, vinculado ao Gabinete Civil ou a Secretaria de Justiça e Segurança Pública, formado por representantes da própria SEJUSP e de outras secretarias, e também por representantes da sociedade civil, em igual número de assentos. Os mandatos deverão ser soberanos e não coincidentes com os mandatos eletivos da gestão estadual. A representação da sociedade civil deverá idealmente incluir representante com histórico de atuação na área de memória e verdade, bem como anistiado político e/ou familiar de mortos ou desaparecidos.

REFERÊNCIAS

Amapá, Macapá, 08 de abril de 1964.

BETTO, Frei. *Cartas da Prisão* (1969-1973). Rio de Janeiro: Agir, 2008.

BOBBIO, Norberto. *O tempo da memória - De senectute e outros escritos autobiográficos*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

(BRASIL). *Anuário Estatístico do Território Federal do Amapá*. Ano XII. Serviço de Geografia e Estatística - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1963.

(BRASIL). BALANÇO DE ATIVIDADES: 1 ano de Comissão Nacional da Verdade. Comissão Nacional da Verdade. Brasília, maio de 2013. Disponível em: www.cnv.gob.br. Acesso em: 15 de dezembro de 2015.

(BRASIL). *Cartilha elaborada pelo Núcleo de Preservação da Memória Política São Paulo*. Comissão da Verdade no Brasil. São Paulo, 2011. Disponível em <http://www.portalmemoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/media/>. Acesso em 29 de maio de 2013.

(BRASIL). *Direito à verdade e à memória*. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

(BRASIL). Lei 12.528, de 18 de novembro de 2011.

(BRASIL). *Relatório e Voto do processo de anistia e reparação econômica do Tenente José Alves Pessoa*. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. DJULG/CJF/CGP/CA. Brasília, 07 de maio de 2015.

(BRASIL). *Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)*. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília: SDH-PR, 2010.

CANTO, Fernando. *Telas e quintais*. Macapá: Conselho de Cultura do Amapá, 1987

GÓES, Leonil Ferreira. "Caça às Bruxas: o anticomunismo ditatorial em Macapá (1964-1973)". Monografia (Especialização em História e Historiografia da Amazônia). Colegiado de História do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Amapá. Macapá: UNIFAP, 2015.

IZQUIERDO, Iván. "A mente humana. MultiCiência". 3, out., de 2004. Disponível em https://www.multiciencia.unicamp.br/artigos_03/a_01_.pdf. Acesso em 28 de dezembro de 2015.

NORA, Pierre. "Entre a Memória e a História: a problemática dos lugares". *Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História*. Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, n10,p.7-29, dez.1993.

OLIVEIRA, Augusto e RODRIGUES, Randolfe (org.). *Amazônia, Amapá: escritos de história*. Belém/PA: Editora Paka-Tatu, 2009.

PENNAFORT, Hélio. *Amapaisagem*. Macapá: Imprensa Oficial. 1992.

PESSOA, José Alves. “Carta aos meus amigos e ao povo do Amapá”. Macapá, 21 de outubro de 1964. (Arquivo Pessoal do Tenente Pessoa).

PORTELA, Fernando. *A guerra de guerrilhas no Brasil: a saga do Araguaia*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2002.

Resistência, Belém, maio de 1980.

RODRIGUES, Randolfe. “A participação política dos estudantes amapaense: da fundação da UECSA ao golpe de 64”. In: OLIVEIRA, Augusto e RODRIGUES, Randolfe (orgs.). *Amazônia, Amapá: escritos de história*. Belém-PA: Editora Paka-Tatu, 2009.

SANTOS, Dorival da Costa dos. “O Regime Ditatorial no Amapá: terror, resistência e subordinação – 1964/1974”. Dissertação (Mestrado). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de Campinas. Campinas: Unicamp, 2001.

SANTOS, Fernando Rodrigues. *História do Amapá: da autonomia territorial ao fim do Janarismo 1943-1970*. Macapá: Editora Gráfica “O Dia” S/A, 1998.

SCHILLING, Flávia Inês. *Estudos sobre resistência*. Dissertação de mestrado apresentada junto à Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas em junho, 1991.

SILVA, Maura Leal da. “O Território imaginado: Amapá, de território à autonomia política (1943-1988)”. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Brasília-DF: Universidade de Brasília, 2017.

TELES, Edson, SAFATLE, Vladimir (org.). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010.